




ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro:	SEED/NRE CPP		Protocolo:
Em:	18/03/2022 09:12		18.758.322-5
CNPJ Interessado	76.416.965/0001-21		
Interessado 1:	COLEGIO ESTADUAL CASTRO ALVES		
Interessado 2:	-		
Assunto:	AREA DE ENSINO	Cidade:	CORNELIO PROCOPIO / PR
Palavras-chave:	REGIMENTO ESCOLAR		
Nº/Ano	-		
Detalhamento:	REGIMENTO ESCOLAR DO COLEGIO ESTADUAL CASTRO ALVES		
Código TTD:	-		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL
Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77
Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82
Rua Julio Gomes, 158 – Jardim Orliza – Cornélio Procópio
Fone: (43)3524-2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br
Cornélio Procópio – Paraná



REGIMENTO ESCOLAR



ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL
Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77
Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82
Rua Julio Gomes, 158 – Jardim Oriza – Cornélio Procópio
Fone: (43)3524-2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br
Cornélio Procópio – Paraná



1

LISTA DE SIGLAS

Atendimento Educacional Especializado	AEE
Ações Pedagógicas Descentralizadas	APED
Associação de Pais, Mestres e Funcionários	APMF
Base Nacional Comum	BNC
Base Nacional Comum Curricular	BNCC
Benefício de Prestação Continuada	BPC
Business Intelligence	BI
Colégios Civico-Militares	CCM
Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos	CEEBJA
Conselho Estadual de Educação	CEE
Centro de Línguas Estrangeiras Modernas	CELEM
Coordenação de Educação de Jovens e Adultos	CEJA
Código Geral de Matrícula	CGM
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	CNPJ
Cadastro de Pessoa Física	CPF
Currículo da Rede Estadual Paranaense	CREP
Diretrizes Curriculares Nacionais	DCN
Escola Cívico-Militares	ECIM
Estatuto da Criança e do Adolescente	ECA
Educação de Jovens e Adultos	EJA
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	LDBEN
Língua Estrangeira Moderna	LEM
Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS
Livro de Registro de Classe	LRC
Livro de Registro de Classe <i>Online</i>	LRCO
Mercado Comum do Sul	MERCOSUL
Programa Colégio Cívico-Militares	PCCM
Programa Escola Cívico-Militares	PECIM
Plano de Trabalho Docente	PTD
Prática Profissional Supervisionada	PPS
Professor de Apoio Educacional Especializado	PAEE
Professor de Apoio à Comunicação Alternativa	PAC
Programa Nacional de Ed. Prof. na Educação de Jovens e Adultos	PROEJA
Programa Nacional do Livro e do Material Didático	PNLD
Projeto Político-Pedagógico	PPP



ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL
Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77
Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82
Rua Julio Gomes, 158 – Jardim Orliza – Cornélio Procópio
Fone: (43)3524-2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br
Cornélio Procópio – Paraná



2

Plano de Trabalho Docente	PTD
Relação Anual de Informações Sociais	RAIS
Registro Geral	RG
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	SEAP
Secretaria de Estado da Educação e do Esporte	SEED
Sistema Estadual de Jovens e Adultos	SEJA
Sistema Estadual de Registro Escolar	SERE
Sistema Nacional de Informações da Ed.Profissional e Tecnológica	SISTEC
Trabalho de Conclusão de Curso	TCC
Unidade Didática Produtiva	UDP



SUMÁRIO

SUMÁRIO	003
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	005
TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	007
CAPÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MANTENEDORA	007
CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES E OBJETIVOS	007
TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	008
CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	008
<i>Seção I – Da Equipe Gestora</i>	009
Subseção I – Da Direção e Direção Auxiliar.....	009
Subseção II – Da Equipe Pedagógica	014
<i>Seção II – Das Coordenações</i>	021
<i>Seção III – Do Conselho de Classe</i>	025
<i>Seção IV – Da Equipe Docente</i>	029
<i>Seção V – Do Agente Educacional I e II e Trabalhadores contratados</i> <i>terceirizados</i>	035
Subseção I – Do Agente Educacional I e trabalhadores contratados terceirizados	035
Subseção II – Do Agente Educacional II e trabalhadores contratados terceirizados	039
<i>Seção VI – Das Instâncias Colegiadas de representação da comunidade</i> <i>escolar</i>	047
Subseção I – Do Conselho Escolar	048
Subseção II – Da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – Redação contida pelo Decreto nº 7.687 de 20 de maio de 2021	065
CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRINCÍPIOS E FINALIDADES	065
CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS	066
CAPÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES, PROIBIÇÕES E ATRIBUIÇÕES	067
CAPÍTULO IV – DO QUADRO SOCIAL, DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES DOS ASSOCIADOS.....	073
CAPÍTULO V	076
<i>Seção I – Da Organização Administrativa E Representativa</i>	076
<i>Seção II – Da Assembleia Geral</i>	077
<i>Seção III – Da Diretoria</i>	080
<i>Seção VI – Do Conselho Fiscal</i>	088
CAPÍTULO VI – DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	089
CAPÍTULO VII - DOS RECURSOS FINANCEIROS	091
CAPÍTULO VIII – DO PATRIMÔNIO	092
CAPÍTULO IX – DAS ELEIÇÕES.....	093
CAPÍTULO X – DA TRANSMISSÃO DE MANDATO	097
CAPÍTULO XI – DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	098
CAPÍTULO XII – DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES.....	099
CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	100
Subseção III – Do Grêmio Estudantil.....	101
CAPÍTULO II – Da organização didático pedagógica	116



<i>Seção I – Das Etapas e Modalidades de Ensino da Educação Básica</i>	117
<i>Seção II – Dos fins e objetivos da Educação Básica</i>	117
<i>Seção III – Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento</i>	120
<i>Seção IV – Da Matrícula</i>	126
<i>Seção V – Da matrícula por transferência</i>	131
<i>Seção VI – Da matrícula em regime de Progressão Parcial</i>	132
<i>Seção VII – Do aproveitamento de estudos</i>	132
Subseção I – Da Classificação	134
Subseção II – Da Reclassificação	135
Subseção III – Da Adaptação	136
Subseção IV – Da revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior.....	137
Subseção V – Da Regularização de Vida Escolar	139
<i>Seção VIII – Da Frequência</i>	140
<i>Seção X – Do Estágio</i>	147
<i>Seção XI – Do Calendário Escolar</i>	147
<i>Seção XII – Dos Registros e Arquivos Escolares</i>	148
Subseção I – Da Eliminação de Documentos Escolares	149
<i>Seção XIII – Da Avaliação Institucional</i>	149
<i>Seção XIV – Dos Espaços Pedagógicos</i>	150
TÍTULO III – Direitos, deveres e proibições da comunidade escolar	151
CAPÍTULO I – Da equipe gestora e docentes	151
<i>Seção I - Dos Direitos</i>	151
<i>Seção II – Dos Deveres</i>	152
<i>Seção III – Das Proibições</i>	155
CAPÍTULO II – Do Agente Educacional I e II	157
<i>Seção I – Dos Direitos</i>	157
<i>Seção II – Dos Deveres</i>	158
<i>Seção III – Das Proibições</i>	159
CAPÍTULO III – Dos estudantes	160
<i>Seção I - Dos Direitos</i>	160
<i>Seção II – Dos Deveres</i>	163
<i>Seção III – Das Proibições</i>	165
<i>Seção IV - Das Ações Pedagógicas, Educativas e Disciplinares Aplicadas aos Estudantes</i>	167
CAPÍTULO IV – Dos direitos, deveres e proibições dos pais ou responsáveis	169
<i>Seção I – Dos Direitos</i>	169
<i>Seção II – Dos Deveres</i>	170
<i>Seção III – Das Proibições</i>	172
TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	173
CAPÍTULO I – Das disposições finais	173
LEGISLAÇÃO FEDERAL	174
LEGISLAÇÃO ESTADUAL	180
APÊNDICE	188



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Ginásio de Cornélio Procópio foi fundado em princípios do ano de 1949, no Governo de Moisés Lupion pela Associação de Ensino “NOVO ATENEU”. Foi adquirido pelo GOVERNO DO ESTADO em fevereiro de 1952, sendo na mesma época designado diretor da instituição o Professor ÂNGELO MAZZAROTTO que permaneceu no cargo até fevereiro de 1961. Pelo decreto nº 19.912 de 28/11/1955, passou a denominar-se Ginásio Estadual “Castro Alves”. Pela lei 2.594 de 10 de fevereiro de 1956, o poder Executivo autorizou a transformação deste Estabelecimento de Ensino em Colégio Estadual “criando os cursos Científico e Clássico.

Foram ofertadas as seguintes opções em nível Técnico: Tradutor e Intérprete, Comercialização e Mercadologia, Auxiliar de Escritório e Técnico de Edificações; novas habilitações para o 2º Grau: Habilitações parciais de Laboratorista de Análise Clínica e de Nutrição e Dietética.; conversão do Curso de Laboratório de Análise Clínica para o de Auxiliar de Patologia Clínica. Pelo Decreto nº 3759/77 de 25 de agosto de 1977, passou a fazer parte do Complexo Escolar “Jatir Gonçalves Corrêa” – Ensino de 1º e 2º Graus. Resolução Secretarial de Reconhecimento nº 3443/81 de 30 de dezembro de 1981 fica reconhecido o curso de 1º Grau Regular e o Curso de 2º Grau Regular com as habilitações plenas Comercialização e Mercadologia e parciais: Auxiliar de Escritório Técnico de Edificações e Auxiliar de Patologia Clínica.

Em 1998, houve estudo para reformulação do Ensino de 2º Grau de acordo com a nova LDB 9394/96, neste mesmo ano encerraram-se os Cursos Técnicos de Comercialização e Mercadologia e Auxiliar de Enfermagem.

No ano de 1999 foi implantado o Ensino Médio seguindo as novas propostas curriculares. Em julho de 1999, foi assinada pela secretária da Educação a autorização de funcionamento dos Cursos Técnicos em Gestão e Vendas, cujos projetos foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação e reconhecidos pelo MEC no ano de 2002, bem como o Colégio passa a ser credenciado no MEC como escola profissional, pela Resolução N.º 3282/2002. Assim o Colégio passa a ter Ensino Fundamental, Médio e Profissional. A denominação é mudada para Colégio Estadual “Castro Alves” – Ensino Fundamental, Médio e Profissional. Aderindo ao



ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL
Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77
Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82
Rua Julio Gomes, 158 – Jardim Orliza – Cornélio Procópio
Fone: (43)3524-2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br
Cornélio Procópio – Paraná



6

PROEM, o Colégio passou por reformas e construções, e passou a contar com espaço próprio para Biblioteca e Laboratório de Informática.

De acordo com os dados do último Regimento Escolar no ano de 2018 o Colégio ofertava os seguintes cursos: Ensino Médio, Res. Aut. 8223/84, Res. Rec. 4870/2013; Fundamental, Aut. Func. Dec. 3749/1977, Res. Rec. 1265/2014; Sala de Recursos, Aut. Func. Res. 877/2018, Ren. Aut. Res. 593/2011; Técnico em Administração Integrado, Aut. Func. Res. 591/2006, Ren. Rec. RES. 215/2015; Técnico em Administração Subsequente, Aut. Func. RES 1030/2006, Rec. RES. 6317/2014; Técnico em Enfermagem, Aut. Func. RES. 2543/2009, Ren. Rec. RES. 218/2015; Técnico em Segurança do Trabalho, Aut. Func. RES. 3300/2013, Rec. RES. 3341/2016; Renov. Cred. Educação Básica RES. 3827/2017.

Atualmente o Colégio oferece os seguintes cursos: Fundamental, Aut. Func. Dec. 3749/1977, Res. Rec. 993/2019; Ensino Médio, Res. Aut. 8223/84, Res. Rec. 4858/2018; Sala de Recursos, Aut. Func. Res. 877/2018; Técnico em Administração Integrado, Aut. Func. Res. 591/2006, Adequação PAR 282/2017, Ren. Rec. RES. 4487/2019; Técnico em Administração Subsequente, Aut. Func. RES 1030/2006, Ren. Rec. RES. 787/2019; Técnico em Enfermagem Subsequente, Aut. Func. RES. 2543/2009, Ren. Rec. RES. 2800/2019; Técnico em Logística Subsequente, Aut. Func. RES. 613/2020

A escola atende alunos de bairros próximos, sendo, a maioria oriunda de famílias da classe trabalhadora, assalariados das mais diversas profissões, e famílias em condição temporária de desemprego.

Há vários casos de alunos que residem com parentes próximos como tios, avós, irmãos.

No período noturno, os alunos são, a maioria, trabalhadores, os quais cumprem jornada de trabalho durante o dia e estudam à noite.



ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL
Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77
Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82
Rua Julio Gomes, 158 – Jardim Oriza – Cornélio Procópio
Fone: (43)3524-2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br
Cornélio Procópio – Paraná



7

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I – Da identificação, localização e mantenedora

Art.1º O Colégio Estadual Castro Alves – Ensino Fundamental, Médio e Profissional e Código Nacional/Estadual 41044061 está situado na Rua Júlio Gomes, 158, Jardim Oriza, no município de Cornélio Procópio e é mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

CAPÍTULO II – Das finalidades e objetivos

Art.2º A instituição de ensino tem a finalidade de efetivar o processo de apropriação do conhecimento, respeitando os dispositivos constitucionais Federal e Estadual, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei nº 8.069/1990, as Diretrizes Curriculares Nacionais pertinentes à Educação Básica, o Referencial Curricular do Paraná, as normas emanadas do Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Art.3º Garantir o princípio democrático de igualdade de condições para acesso, permanência e sucesso do estudante, é prioridade da instituição de ensino, assim como a gratuidade para a rede pública estadual e municipal de educação básica, tendo como essência a qualidade nas diferentes etapas e modalidades de ensino, vedada qualquer forma de discriminação e segregação.

Art.4º A instituição de ensino deve efetivar e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico - PPP, elaborado coletivamente, em cumprimento aos princípios democráticos, apreciado e aprovado pelo Conselho Escolar, analisado pela SEED exclusivamente quanto aos aspectos legais e homologado pela mantenedora.



TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO I – Da organização do trabalho pedagógico

Art.5º O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico–práticas desenvolvidas pelos profissionais em exercício na instituição de ensino para a realização do processo educativo escolar.

Art.6º O trabalho pedagógico é organizado por meio da equipe gestora Direção, Direção Auxiliar e Equipe Pedagógica, Coordenações, Equipe Docente, Monitores, Agente Educacional I e Agente Educacional II e trabalhadores contratados terceirizados e órgãos colegiados de representação da comunidade escolar: Conselho Escolar, Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar e Grêmio Estudantil.

Art.7º A organização democrática, no âmbito escolar, caracteriza-se pela participação e corresponsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica Curricular - PPC.

Art.8º São elementos da gestão democrática, a escolha da Direção pela comunidade escolar, na conformidade da lei, a elaboração e reformulação do PPP/PPC e sua regulamentação no Regimento Escolar, com a participação de toda a comunidade escolar e a constituição do órgão máximo de gestão colegiada denominado Conselho Escolar.

Art.9º As instituições de ensino, independentemente da oferta, devem contemplar a utilização de plataformas digitais educacionais, conforme orientações e regulamentações disponibilizadas pela mantenedora.



Seção I – Da Equipe Gestora

Art.10º A Equipe Gestora é composta por Direção, Direção Auxiliar e Equipe Pedagógica da instituição de ensino.

Art.11º A Direção escolar é constituída pelo Diretor e Diretor Auxiliar, escolhidos democraticamente pelos integrantes da comunidade escolar.

Art.12º A função da Direção é fundamental para a comunidade escolar, pois é ela quem conduz todos os processos da instituição de ensino, e enquanto gestora das ações democráticas deve oportunizar encaminhamentos para a realização das ações educacionais definidas no PPP.

Art.13º A jornada de trabalho da equipe gestora deverá ser cumprida em hora relógio.

Art.14º Cabe à mantenedora substituir o diretor quando este apresentar caso de insuficiência de gestão administrativa-financeira, pedagógica e democrática, nos termos da lei.

Subseção I – Da Direção e Direção Auxiliar

Art.15º Compete à Direção:

- I. cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;
- II. responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;
- III. organizar o processo de distribuição de aulas por disciplinas a partir de critérios legais e pedagógicos;
- IV. organizar a jornada de trabalho a ser cumprida pelos servidores e trabalhadores contratados terceirizados;
- V. solicitar ao Núcleo Regional de Educação - NRE suprimento e



- cancelamento da demanda de funcionários e professores em exercício na instituição de ensino, observando as instruções emanadas da SEED;
- VI. planejar e organizar a elaboração e execução do PPP envolvendo todos os segmentos da instituição de ensino e aprovação do Conselho Escolar;
 - VII. acompanhar a construção coletiva do Regimento Escolar em consonância com a legislação vigente submetendo-o à aprovação do Conselho Escolar e posterior encaminhamento ao NRE;
 - VIII. propor a implementação a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e Referencial Curricular do Paraná, a PPC da instituição de Ensino, em conformidade com a legislação vigente;
 - IX. utilizar as ferramentas de gestão para apoiar professores na implementação dos planos de aula, observação de sala de aula, acompanhamento da frequência escolar dos estudantes, dos índices de avaliação interna e externa para diagnóstico e definição de ações de superação;
 - X. coordenar a gestão curricular e métodos de aprendizagem e avaliação para o desenvolvimento de inclusão, equidade e cultura colaborativa;
 - XI. cabe ao Diretor e ao Diretor Auxiliar orientarem, apoiarem e darem condições diariamente para os pedagogos realizarem a observação de sala de aula como metodologia de formação continuada em serviço, uma vez que essa ação é a base do trabalho do pedagogo, devendo documentar tais ações mediante resumo e assinatura dos participantes, bem como arquivo do documento na instituição de Ensino;
 - XII. participar na elaboração do Plano de Ação da instituição de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;
 - XIII. coordenar e incentivar a formação permanente dos profissionais em exercício na instituição de ensino;
 - XIV. presidir e participar como membro nato do Conselho Escolar das reuniões, ordinárias ou extraordinárias, efetivando as decisões tomadas no coletivo fazendo cumprir as decisões em consonância com as atribuições definidas em legislação específica;
 - XV. convocar os profissionais em exercício na instituição de Ensino, quando



- necessário, para participarem de formações, eventos, reuniões, com antecedência de no mínimo 48 horas;
- XVI. acompanhar e conduzir o desenvolvimento dos Programas Federais e Estaduais no âmbito escolar;
 - XVII. encaminhar aos órgãos competentes as solicitações de modificações no ambiente escolar, previamente discutidas e acordadas com a comunidade escolar;
 - XVIII. acompanhar com a Equipe Pedagógica e coordenação de cursos, o trabalho docente, assegurando o cumprimento dos dias letivos e da carga-horária, previstos em Calendário Escolar;
 - XIX. encaminhar à SEED, via NRE, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino, abertura ou encerramento de cursos/ensinos, etapas e modalidades, quando necessário;
 - XX. encaminhar em consonância com a secretaria do Colégio ao NRE, após aprovação do Conselho Escolar, proposta de Calendário Escolar, de acordo com as orientações da SEED, para apreciação e homologação;
 - XXI. presidir o Conselho de Classe encaminhando as decisões tomadas coletivamente para a efetivação das mesmas;
 - XXII. assegurar a organização pedagógica e administrativa das atividades de ampliação de jornada, e educação integral, conforme a oferta e orientações da SEED;
 - XXIII. prestar contas dos recursos recebidos, submetendo sua aplicação e utilização à aprovação do Conselho Escolar, e fixando-a em edital público;
 - XXIV. deferir os requerimentos de matrícula;
 - XXV. promover a integração da instituição de Ensino com a comunidade escolar e local;
 - XXVI. nos casos de oferta de projetos e programas de ampliação de jornada escolar verificar o número de estudantes participantes e disponibilizar a alimentação adequada para os que permanecerem no espaço escolar no horário intermediário;
 - XXVII. supervisionar a merenda escolar e a cantina comercial, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, atendendo



- às exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;
- XXVIII. cumprir com as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
- XXIX. disponibilizar espaço físico adequado para a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, no turno e contraturno;
- XXX. disponibilizar no Ensino Médio, a oferta de uma segunda opção de Língua Estrangeira Moderna – LEM, de matrícula facultativa para os estudantes;
- XXXI. cumprir e fazer cumprir as disposições legais definidas em legislação específica para o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM, nas orientações emanadas pela SEED;
- XXXII. viabilizar a composição da Equipe Multidisciplinar, acompanhando sua atuação educativa no que se refere à Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs;
- XXXIII. acompanhar o processo de atendimento pedagógico domiciliar destinado aos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas por problemas de saúde ou por licença maternidade, devidamente comprovado por atestado/laudo médico, conforme dispositivos legais;
- XXXIV. fornecer informações sobre os estudantes em atendimento hospitalar, para o responsável pelo Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH no NRE e ao pedagogo que presta serviço na entidade conveniada, sempre que solicitado;
- XXXV. possibilitar a efetivação do Programa Brigada Escolar, Defesa Civil na instituição de ensino, indicando profissionais em exercício para compor o grupo da Brigada Escolar;
- XXXVI. acompanhar a efetivação das atividades de Ação de Intensificação de Aprendizagem junto à Equipe Pedagógica e professores para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais a todos os estudantes;
- XXXVII. promover a conscientização na comunidade escolar o respeito às especificidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais, bem como participar com a Equipe Pedagógica e professores, na construção de estratégias de cunho pedagógico para superação de todas as formas de violências, discriminação, preconceito e exclusão social, atendendo às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e legislação



vigente;

- XXXVIII. propiciar condições para os pedagogos realizarem a observação em sala de aula como metodologia de formação continuada em serviço.
- XXXIX. assegurar e acompanhar a efetivação dos programas de acesso, permanência e sucesso dos estudantes, com ênfase na aprendizagem, disponibilizado pela mantenedora;
- XL. organizar a divisão do trabalho pedagógico, priorizando atender prazos relativos ao registro da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Educação, conforme legislação vigente;
- XLI. motivar ações que possibilitem a efetivação dos princípios de Educação em Direitos Humanos na condução de situações que minimizem a indisciplina no espaço escolar promovendo práticas de prevenção às situações de *bullying*;
- XLII. comunicar à autoridade policial quando verificado ato infracional cometido por criança ou adolescente, assim como, contra criança ou adolescente;
- XLIII. mobilizar a comunidade escolar e propor ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violências conforme legislação vigente no Plano de Ação da Instituição de Ensino;
- XLIV. fomentar e fortalecer a articulação e participação com a Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes;
- XLV. participar da APMF atuando diretamente em todas as ações desta instância ocupando a devida função de presidente;
- XLVI. assegurar a realização do processo de avaliação institucional;
- XLVII. encaminhar a documentação da diretoria do Grêmio Estudantil ao NRE para atualização, após eleição;
- XLVIII. propiciar a comunidade escolar a participação nas instâncias colegiadas;
- XLIX. estar ciente de que o não cumprimento do desempenho das suas atribuições e competências, será passível de apuração pelo NRE/SEED.

Art.16º Compete à Direção Auxiliar assessorar e apoiar a Direção em todas as suas atribuições e substituí-la na sua falta ou por algum impedimento.



Subseção II – Da Equipe Pedagógica

Art.17º A Equipe Pedagógica é responsável por coordenar a efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para cada etapa e modalidade de ensino e legislação vigente contemplada no PPP e regulamentada no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da SEED.

Art.18º A Equipe Pedagógica é composta por professores licenciados em Pedagogia e técnicos pedagógicos. A jornada de trabalho deverá ser cumprida em hora-relógio conforme legislação.

Art.19º Compete a Equipe Pedagógica:

- I. colaborar com a construção coletiva do PPP e do Regimento Escolar, a partir das políticas educacionais da SEED e legislação vigente, bem como acompanhar sua efetivação;
- II. elaborar o Plano de Ação da Equipe Pedagógica articulado ao PPP;
- III. participar e intervir, junto à Direção, na organização do trabalho pedagógico, no sentido de realizar a função social e as especificidades da educação;
- IV. analisar e coordenar projetos e programas a serem inseridos no PPP;
- V. elaborar, com os docentes, as Propostas Pedagógicas Curriculares da instituição de Ensino, integradas ao seu PPP e participar da sua regulamentação no Regimento Escolar, em consonância com a legislação vigente;
- VI. promover e acompanhar, com a Direção, reuniões pedagógicas, grupos de estudo e planejamento para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico;
- VII. orientar e planejar o acompanhamento pedagógico das atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais da educação em relação ao currículo, avaliação da aprendizagem e organização do trabalho pedagógico;
- VIII. organizar e acompanhar, com a Direção, os Pré-Conselhos, os Conselhos de Classe e os Conselhos extraordinários em todas as etapas e



- modalidades de ensino, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido;
- IX. coordenar a elaboração de proposta de intervenção pedagógica, e recuperação de estudos decorrentes das decisões do Conselho de Classe acompanhando a sua efetivação;
 - X. orientar os professores quanto a utilização das plataformas digitais educacionais como ferramenta de apoio à aprendizagem;
 - XI. acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes com o uso das plataformas digitais educacionais;
 - XII. utilizar as ferramentas de gestão para acompanhamento da frequência escolar dos estudantes, a qualidade da aprendizagem, o rendimento escolar, os índices de avaliação interna e externa para diagnóstico e definição de ações de superação;
 - XIII. utilizar as ferramentas de gestão para apoiar professores na implementação dos planos de aula e observação dos mesmos.
 - XIV. participar da elaboração de diferentes estratégias de recuperação de conteúdos de Intensificação da Aprendizagem dos Estudantes;
 - XV. Motivar os professores a trabalharem novas metodologias de Ensino.
 - XVI. conduzir a ação de recuperação de conteúdos de Intensificação da Aprendizagem dos Estudantes de forma que ela se efetive no ano letivo regular e não interfira no cumprimento do calendário escolar, uma vez que os estudantes não poderão ser dispensados das atividades constantes das aulas regulares previstas;
 - XVII. orientar e acompanhar para que as DCNs, o Estatuto da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Juventude e da Pessoa com Deficiência, entre outros, estejam contemplados na elaboração da Proposta Pedagógica Curricular ou Plano de Curso;
 - XVIII. acompanhar a efetivação da hora-atividade dos professores, garantindo que esse espaço/tempo seja utilizado em função do processo pedagógico desenvolvido em sala de aula, subsidiando o aprimoramento teórico-metodológico da docência;
 - XIX. promover a formação continuada a serviço dos docentes, a mediação



- de grupos de estudos e planejamento entre docentes da mesma instituição de ensino e mediação de grupos de estudos entre docentes de diferentes instituições de ensino, realizados nas horas-atividade;
- XX. articipar efetivamente do Conselho e Classe, contribuindo teórica e metodologicamente com as reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;
 - XXI. acompanhar a distribuição, conservação e utilização dos livros e demais materiais pedagógicos;
 - XXII. coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos ou livros de uso didático-pedagógico;
 - XXIII. planejar com o coletivo escolar os critérios pedagógicos de utilização dos espaços da biblioteca;
 - XXIV. participar da organização pedagógica da biblioteca e acompanhar ações e projetos de incentivo à leitura;
 - XXV. coordenar o processo democrático de representação docente e discente de cada turma;
 - XXVI. cumprir, no que lhe compete, a efetivação da legislação vigente referente aos estágios obrigatórios e não obrigatórios;
 - XXVII. acompanhar o desenvolvimento da PPS prevista nos Cursos Técnicos em nível médio a ser realizada pelos funcionários cursistas da instituição de ensino e de outras unidades escolares;
 - XXVIII. coordenar ações no coletivo escolar para a construção de estratégias de conscientização contra o racismo, e todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;
 - XXIX. organizar e acompanhar, com a Direção, as reposições de dias e horas letivos, bem como dos conteúdos disponibilizados aos estudantes;
 - XXX. orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático- pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação, conforme legislação vigente;
 - XXXI. orientar e acompanhar junto aos docentes o preenchimento dos Livros



Registro de Classe, Livro de Registro de Classe *Online*, Planos de aula ou Ficha Individual de Controle de Nota e Frequência, conforme legislação vigente;

- XXXII. acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e os aspectos de socialização dos estudantes, promovendo ações para o seu desenvolvimento integral;
- XXXIII. rever, sempre que necessário, a prática pedagógica dos docentes;
- XXXIV. solicitar autorização dos pais ou responsáveis legais para realização da Avaliação Psicoeducacional, dentro e fora do contexto escolar para atender às especificidades educacionais dos estudantes de inclusão e Educação Especial;
- XXXV. acompanhar o processo de Avaliação Pedagógica dos estudantes encaminhados ao AEE;
- XXXVI. subsidiar os professores do AEE na elaboração do cronograma de atendimento das salas de recursos multifuncionais;
- XXXVII. mediar o trabalho colaborativo entre os professores do AEE, turno e contraturno, e professores das disciplinas no planejamento para acesso ao currículo e demais aspectos pedagógicos;
- XXXVIII. incentivar, orientar e acompanhar os estudantes a participarem nas instâncias colegiadas e atividades pedagógicas;
- XXXIX. acompanhar a assiduidade dos estudantes, visando a melhoria dos índices de frequência, bem como a inserção e monitoramento do sistema educacional e da rede de proteção – SERP;
- XL. acompanhar a frequência escolar dos estudantes e promover ações preventivas de combate ao abandono escolar;
- XLI. notificar os órgãos competentes, em caso de infrequência dos estudantes, por motivos não previstos na legislação vigente;
- XLII. participar das reuniões da rede de proteção à criança e ao adolescente seguindo o programa de combate a evasão e ao abandono;
- XLIII. acionar serviços de proteção à criança e adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;
- XLIV. orientar e acompanhar o funcionamento dos cursos de LEM ofertados



- pelo CELEM, conforme legislação e orientações específicas caso oferte;
- XLV. acompanhar as coordenações das escolas itinerantes, realizando visitas regulares;
 - XLVI. promover aos estudantes condições de igualdade no acesso, permanência, e sucesso, respeitando a diversidade no processo de ensino-aprendizagem;
 - XLVII. participar da Equipe Multidisciplinar da Educação das Relações Étnico Raciais, subsidiando professores, funcionários e estudantes;
 - XLVIII. analisar em conjunto com o professor, os resultados de aprendizagem dos estudantes e apoio na elaboração de propostas de intervenções de superação das dificuldades apontadas, utilizando as ferramentas de gestão: BI, SERE e LRCO.
 - XLIX. coordenar a equipe docente no atendimento nas intervenções pedagógicas, na elaboração do material didático, no processo de avaliação e formas de registro aos estudantes impossibilitados de frequentar a instituição de ensino por problemas de saúde ou licença maternidade, comprovados por atestado/laudo médico;
 - L. acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes atendidos pelo SAREH e domiciliar;
 - LI. atender aos estudantes que necessitem ausentar-se da instituição de ensino por motivo de guarda religiosa, desde a formulação do requerimento prévio até a organização das atividades para a reposição, conforme legislação vigente;
 - LII. informar, ao NRE e à SEED, por meio de planilha própria, dados sobre todos os estudantes afastados da instituição de ensino, por motivo de tratamento de saúde hospitalar e domiciliar;
 - LIII. estabelecer com a Direção, as datas no Calendário Escolar em que serão realizados os exercícios do Plano de Abandono das Edificações da Instituição de Ensino;
 - LIV. promover a cultura de Educação em Direitos Humanos, e apresentar medidas de prevenção a todas as formas de violência e notificar os casos de violência ao Conselho Tutelar;



- LV. proporcionar ações pedagógicas para atendimento dos estudantes que praticaram atos de indisciplina ou infracionais;
- LVI. orientar a comunidade escolar quanto ao peso do material escolar a ser transportado diariamente pelos estudantes, compatível com o peso e idade, de acordo com a legislação vigente;
- LVII. articular com o currículo escolar, as ações pedagógicas para a valorização do Povo Romani ciganos, na história da imigração do Brasil por meio de sua identidade histórica, artística e cultural, em todas etapas de ensino;
- LVIII. trabalhar prevenção e apresentar relatórios de dados quantitativos/qualitativos de ocorrência de *bullying* ou outras violências, bem como os encaminhamentos realizados de ações preventivas, em consonância com a legislação vigente;
- LIX. orientar os docentes no desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem dos estudantes das populações em situação de itinerância;
- LX. promover o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, de orientação sexual e identidade de gênero, étnico-raciais, dos estudantes das populações em situações de itinerância (tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros), bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, de acordo com a legislação vigente;
- LXI. utilizar o nome social de estudantes nos registros escolares internos, assegurar o sigilo do nome de registro civil, respeitando identidade de gênero do estudante, conforme legislação;
- LXII. acompanhar e analisar os planos de aula postados no LRC/LRCO para implementação da sala de aula e posterior feedback formativo;
- LXIII. monitorar a hora-atividade do professor e acompanhar a definição e alinhamento das ações pedagógicas;
- LXIV. Utilizar instrumentos de observação para documentar o



acompanhamento pedagógico para valorizar as boas práticas de ensino, identificar e aprimorar o que necessita ser melhorado e apoiar o professor para potencializar a aprendizagem do estudante;

- LXV. Realizar o feedback formativo com os professores para destacar os pontos positivos, valorizar os avanços e as boas práticas;
- LXVI. Criar um cronograma para o acompanhamento de uma aula por dia letivo, que pode sofrer ajustes, os quais devem ser comunicados e documentados com antecedência aos professores;
- LXVII. Orientar a comunidade escolar quanto ao peso do material escolar a ser transportado diariamente pelos estudantes, para que seja compatível com o peso e idade, em conformidade com a legislação vigente;
- LXVIII. Informar sobre a assiduidade de crianças e adolescentes com necessidades especiais, de 0 a 18 anos, atendidos pelo Programa de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – conhecido como programa BPC na escola;
- LXIX. Acompanhar a frequência dos estudantes e contatar a família em casos de faltas sem justificativa.

Art.20 Compete ao membro da equipe pedagógica indicado para compor grupo da Brigada Escolar:

- I. acompanhar o trabalho de identificação de riscos nas edificações da instituição de ensino;
- II. apontar riscos nas condutas rotineiras da comunidade escolar e comunicar à direção;
- III. garantir a execução do exercício do Plano de Abandono Escolar;
- IV. promover revisões periódicas do Plano de Abandono Escolar, apontando as necessidades de mudanças, tanto na edificação como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do plano de abandono;
- V. verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da instituição de ensino, em busca de situações que ofereçam riscos à comunidade



escolar, comunicando-as imediatamente à direção escolar;

- VI. participar das capacitações das Brigadas Escolares na modalidade de ensino a distância e presencial;
- VII. promover reuniões a cada 60 dias entre os integrantes da Brigada Escolar para discutir assuntos referentes à segurança da instituição de ensino, com registro em ata específica do Programa;
- VIII. observar em caso de sinistro e/ou simulações, o organograma elaborado pela instituição de ensino.

Seção II – Das Coordenações

Art.21 Na instituição que oferta a Educação Profissional Técnica de Nível Médio as funções de apoio técnico-pedagógico são:

- I. coordenação de Curso;
- II. coordenação de Estágio;
- III. supervisão de Estágio;
- IV. suporte Técnico;

Parágrafo único. As funções serão supridas por profissionais com habilitação específica, conforme orientações da SEED, em atendimento aos dispositivos legais.

Art.22 Cabe ao Coordenador de Curso na Educação Profissional Técnica de nível médio:

- I. acompanhar a efetivação do Plano de Curso para a consolidação do processo de formação integrada com a Equipe Pedagógica;
- II. orientar, analisar e acompanhar com a Equipe Pedagógica o processo de elaboração do Plano de Trabalho Docente - PTD;
- III. indicar e sugerir aos docentes, em articulação com a Equipe Pedagógica, metodologias de ensino adequadas à concepção do curso e recursos didáticos apropriados e atualizados;
- IV. possibilitar e incentivar os docentes quanto à promoção de práticas profissionais intrínsecas ao currículo do curso tais como: palestras, seminários, debates e visitas técnicas;



- V. articular parcerias para a realização de práticas profissionais em cooperação técnica com o setor produtivo ou instituições de ensino;
- VI. promover e coordenar, em articulação com a Equipe Pedagógica, reuniões e grupos de estudos para reflexão e aprofundamento de temas relativos às técnicas e tecnologias pertinentes ao curso;
- VII. proceder, em articulação com a Equipe Pedagógica, a análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, na comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem dos estudantes;
- VIII. participar do Conselho de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão ação sobre o trabalho pedagógico, bem como, acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões;
- IX. organizar reuniões com os estudantes para apresentar o curso, e informá-los quanto à diversidade do mundo do trabalho;
- X. incentivar e facilitar o acesso à biblioteca, laboratórios e recursos tecnológicos adequados para cada curso;
- XI. orientar os estudantes quanto às dúvidas em relação ao conteúdo, horários de aula, dentre outros;
- XII. articular novas parcerias para firmar convênios para concessão de estágios;
- XIII. acompanhar o planejamento e a execução dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC com os docentes encarregados da orientação dos estudantes;
- XIV. acompanhar de forma articulada com a Equipe Pedagógica, o processo de avaliação do curso;
- XV. orientar e auxiliar quanto ao processo de classificação dos estudantes para as matrículas de turmas iniciais;
- XVI. participar dos eventos de formação continuada específicos da Educação Profissional promovidos pela mantenedora;
- XVII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.



Art.23 Cabe especificamente ao Coordenador de Estágio Obrigatório na Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- I. estabelecer parcerias com as instituições públicas e particulares para a abertura de vagas de estágio, promovendo reuniões quando necessário;
- II. informar e orientar a instituição concedente quanto à legislação e normas de estágio;
- III. coordenar e acompanhar o cumprimento do plano de estágio;
- IV. elaborar e definir junto com o supervisor de estágio, a distribuição dos estudantes nos campos de estágios;
- V. manter permanente contato com os supervisores responsáveis para otimizar as condições de funcionamento do estágio;
- VI. conservar atualizados os documentos referentes ao acompanhamento e registro de estágio dos estudantes - Termo de Convênio, Termo de Compromisso, plano de estágio, registro e notas, apólice de seguro e outros;
- VII. promover reuniões com as concedentes de estágio;
- VIII. coordenar e acompanhar como supervisor, a assiduidade, responsabilidade, compromisso e desempenho do estagiário;
- IX. sistematizar e participar com a supervisão de reuniões para avaliação do estágio;
- X. providenciar documentos de acompanhamento do estágio e credencial de apresentação do estagiário para o ingresso nos campos de Estágio;
- XI. participar dos eventos promovidos pela mantenedora;
- XII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art.24 Cabe especificamente ao supervisor de Estágio (professor que acompanha o grupo de alunos):

- I. elaborar normas e atividades de estágio em conjunto com os docentes, coordenador de curso e coordenador de estágio;
- II. organizar com o coordenador de estágio, o plano e o cronograma das atividades;
- III. elaborar um plano de atividades, delimitando o que pode ser



- desenvolvido pelos estudantes e apresentá-lo à concedente do estágio, supervisionando-o in loco;
- IV. subsidiar os estagiários quanto às normas inerentes aos estágios e legislações vigentes;
 - V. instruir os estudantes quanto ao processo de ensino-aprendizagem, fornecendo elementos para que se formem como sujeitos ativos, críticos, criativos e democráticos;
 - VI. direcionar e informar os estagiários quanto às condições de realização do estágio local, procedimentos, ética, responsabilidades, comprometimento, dentre outros;
 - VII. analisar as atividades desenvolvidas pelos estudantes de forma contínua, orientando-os quando necessário;
 - VIII. registrar a frequência dos estudantes no cronograma das atividades de estágio;
 - IX. cumprir o cronograma elaborado em conjunto com a coordenação de estágio e comunicar quaisquer alterações;
 - X. realizar a avaliação final dos estudantes estagiários e as atividades desenvolvidas;
 - XI. colaborar para manter um ambiente agradável e ético com equipes multiprofissionais e demais funcionários dos locais de estágios da concedente;
 - XII. conscientizar os estagiários quanto à prevenção de acidentes;
 - XIII. proteger e assistir na manutenção e aperfeiçoamento do campo de estágio e dos materiais utilizados;
 - XIV. promover encontros periódicos para avaliação e controle das atividades dos estagiários encaminhando, ao final de cada período avaliativo - bimestre, trimestre ou semestre - as fichas de acompanhamento das atividades, avaliação e frequência;
 - XV. orientar os estagiários quanto às normas inerentes aos estágios e legislação vigente;
 - XVI. assegurar a prática da gestão democrática, consoante ao compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que



os educandos aprimorem sua consciência crítica, e adotem atitudes éticas e compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual;

XVII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art.25 Cabe especificamente ao profissional de Suporte Técnico:

- I. elaborar, cumprir e fazer cumprir com os docentes, coordenador de curso, coordenador de estágio, o regulamento e as normas aplicadas aos laboratórios;
- II. catalogar e manter organizados e atualizados todos os arquivos relacionados aos materiais e equipamentos do laboratório;
- III. solicitar e encaminhar para conserto, os materiais e equipamentos, sempre que houver necessidade;
- IV. solicitar antecipadamente aos professores e coordenadores, o plano docente e os materiais necessários para a execução dos experimentos, garantindo a integração entre teoria e prática;
- V. acompanhar a execução dos experimentos, garantindo a integração entre teoria e prática;
- VI. prestar apoio nas atividades de ensino, de acordo com o planejamento do trabalho docente;
- VII. orientar, auxiliar e acompanhar professores e estudantes na utilização dos recursos tecnológicos;
- VIII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Seção III – Do Conselho de Classe

Art.26 O Conselho de Classe é um órgão de gestão colegiada de natureza consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, fundamentado no PPP e regulamentado pelo Regimento Escolar, tem como princípio analisar a prática educativa, numa discussão pedagógica indicando alternativas que garantam a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.



Art.27 A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados no Pré-Conselho, é a intervenção em tempo hábil no processo ensino-aprendizagem, oportunizando aos estudantes formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares.

Art.28 Cabe ao Conselho de Classe, verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão coerentes com o PPP da instituição de ensino.

Art.29 O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações pedagógicas educativas que possam vir a superar necessidades/dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único. O Conselho de Classe deve compreender uma oportunidade para que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem possam repensar o trabalho pedagógico.

Art.30 O Conselho de Classe é constituído pelo diretor, diretor auxiliar, Equipe Pedagógica, coordenações, docentes, secretário, estudantes representantes de turma, docentes atuantes no AEE, Salas de Apoio, atividades em Jornada Ampliada, e demais especificidades que compõem o ambiente escolar.

Art.31 O Conselho de Classe deve ser organizado a partir de três dimensões:
Pré-Conselho: etapa de diagnóstico acerca do processo de ensino-aprendizagem, que conta com a participação de docentes e estudantes e permite analisar tanto aspectos positivos, quanto identificar problemas e suas possíveis causas e posterior efetivação das alterações.

- I. Conselho de Classe: etapa realizada em reunião com todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para, de forma colegiada, se posicionarem frente ao diagnóstico levantado no Pré-Conselho, discutindo



os dados, avanços, problemas e proposições para a tomada de decisões, com vistas à superação de dificuldades, por meio de encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e efetivação do currículo.

- II. Pós-Conselho: etapa de implementação das decisões tomadas no Conselho de Classe com ações da Equipe Diretiva e Pedagógica e dos docentes, como orientação aos estudantes, aos pais ou responsáveis, subsídios aos docentes para a retomada dos planejamentos, entre outras.

Parágrafo único - Todos os encaminhamentos do processo pedagógico devem ser registrados em Ata.

Art.32 Conselho de Classe Final é o momento em que o colegiado retoma as ações e registros dos conselhos anteriores para fundamentar, avaliar o processo de ensino e aprendizagem, a metodologia utilizada e definir, dentre os estudantes com rendimento insuficiente, aqueles que possuem pré-requisitos para acompanhar o ano subsequente dentre outras ações de caráter pedagógico.

Parágrafo único - A Ata final deve expressar, objetivamente, as reflexões e encaminhamentos anuais de todo processo pedagógico.

Art.33 A convocação para reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho de Classe, emitida pelo diretor, deve ser divulgada em edital, com antecedência de 48 horas.

Art.34 O Conselho de Classe é definido ao final do período avaliativo, extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Art.35 As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em ata, pelo secretário da Instituição de Ensino, na qual serão registradas todas as decisões tomadas no coletivo.

Art.36 São atribuições do Conselho de Classe:



- I. analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas do processo de ensino-aprendizagem;
- II. indicar situações diferenciadas de ensino e de estudos para a melhoria do processo de aprendizagem;
- III. estabelecer procedimentos de recuperação de estudos simultâneos ao processo de aprendizagem, que atendam às lacunas no processo de ensino;
- IV. propor diferentes estratégias de recuperação paralela considerando como momento de intensificar a aprendizagem dos estudantes numa oportunidade de reflexão sobre o processo de ensino e da metodologia de trabalho, com autonomia para planejar a retomada dos conteúdos, se necessário, e definir critérios para utilização das notas.
- V. atender as necessidades de aprendizagem dos estudantes, em consonância com a Proposta Pedagógica ou Plano de Curso;
- VI. discutir o processo de avaliação de cada turma, analisando os dados nos aspectos qualitativos e quantitativos;
- VII. ter corresponsabilidade sobre os avanços dos estudantes para todas as etapas subsequentes ou retenções, após a apuração dos resultados finais, considerando seu desenvolvimento integral;
- VIII. acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas por problemas de saúde ou licença maternidade, devidamente comprovados por atestado/laudo médico, conforme dispositivos legais;
- IX. analisar os documentos referentes aos pedidos de revisão de aproveitamento escolar, recebidos na secretaria da instituição de ensino, respeitando a legislação vigente;
- X. encaminhar à secretaria da instituição de ensino o resultado da análise do aproveitamento escolar imediatamente após o término da revisão para divulgação;
- XI. reanalisar a revisão do aproveitamento escolar, a partir dos novos fatos



registrados no requerimento e na Ata do Conselho de Classe Extraordinário;

- XII. encaminhar à secretaria da instituição o resultado da reanálise do aproveitamento escolar para divulgação, imediatamente após o encerramento do Conselho Escolar, respeitando a legislação vigente;
- XIII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento escolar.

§ 1º A análise e reanálise do aproveitamento escolar está condicionada à frequência mínima dos estudantes em 75% do total de horas letivas.

§ 2º O prazo máximo para a conclusão de todo o processo de revisão do aproveitamento escolar será até o final da primeira semana do ano letivo subsequente, assegurando dessa forma que o estudante possa realizar sua matrícula e prosseguir seu itinerário formativo.

§ 3º Os docentes poderão ser convocados para a análise/reanálise, no período de recesso escolar.

Seção IV – Da Equipe Docente

Art.37 A equipe docente é constituída por professores, devidamente licenciados, excetuando-se nos casos de tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa e guia-intérprete.

§ 1º Os docentes especializados em Educação Especial que atuam na Educação Básica, com estudantes com deficiência física neuromotora, são denominados de Professores de Apoio à Comunicação Alternativa - PAC.

§ 2º Os docentes especializados em Educação Especial que atuam na Educação Básica, com estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento são denominados de Professores de Apoio Educacional Especializado - PAEE.

§ 3º A função de tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa pode ser



exercida por profissional de nível médio ou superior, com proficiência na tradução e interpretação da Libras/Língua Portuguesa;

§ 4º A função de guia-intérprete pode ser exercida por um profissional com licenciatura, especialização em Educação Especial ou por instrutor com formação específica.

Art. 38 Compete aos docentes:

- I. participar da construção coletiva do PPP e do Regimento Escolar, a partir das políticas educacionais da SEED e legislação vigente, bem como acompanhar sua efetivação;
- II. participar do processo de escolha dos livros e materiais didáticos, com a Equipe Pedagógica, em consonância com o PPP da instituição de ensino;
- III. elaborar seu PTD e planos de aula;
- IV. estruturar as avaliações de forma contínua, cumulativa e processual para os estudantes, utilizando-se de instrumentos diversificados conforme PPP e Regimento Escolar;
- V. oportunizar a recuperação de estudos concomitante ao processo ensino-aprendizagem, estabelecendo estratégias diferenciadas no decorrer do período letivo;
- VI. participar do processo de avaliação psicoeducacional, dos estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem, para encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;
- VII. participar da avaliação institucional, conforme orientação da SEED;
- VIII. estar presente nas reuniões, sempre que convocados pela equipe gestora, NRE ou SEED;
- IX. participar da Equipe Multidisciplinar;
- X. oportunizar o desenvolvimento do trabalho pedagógico, na abordagem do respeito às diferenças sociais, econômicas, culturais, físicas, étnico-raciais, de identidade de gênero e crença religiosa, bem como na relação



professor/ estudante;

- XI. incluir no seu PTD atividades nas plataformas digitais educacionais, quando instituídas pela SEED na sua disciplina/área ou componente curricular;
- XII. viabilizar a igualdade de condições para acesso, permanência e sucesso dos estudantes na Instituição de Ensino, respeitando a diversidade e a pluralidade cultural no processo de ensino-aprendizagem;
- XIII. planejar e acompanhar junto ao PAEE e outras especificidades, os ajustes ou modificações de aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem;
- XIV. participar efetivamente de Pré-Conselhos, Conselhos de Classe e Pós Conselho de Classe, sugerindo alternativas pedagógicas para o aprimoramento do processo educacional;
- XV. utilizar a hora-atividade para estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da Equipe Pedagógica, bem como da formação continuada ofertada pela SEED;
- XVI. cumprir o Calendário Escolar plenamente, quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- XVII. organizar as aulas a partir do plano de aula disponibilizado do LRCO do livro didático e do currículo da rede paranaense – CREP;
- XVIII. repor conteúdos, carga horária e dias letivos, quando necessário, a fim de cumprir o calendário, atender o disposto no currículo escolar, resguardando o direito dos estudantes;
- XIX. acompanhar a frequência dos estudantes na instituição de ensino, comunicando qualquer irregularidade à Equipe Pedagógica;
- XX. manter atualizados os Registros de Classe, Registro de Classe *Online* e Frequência, conforme legislação vigente, deixando-os disponíveis na instituição de ensino e *Online*;
- XXI. participar de atividades que envolvam a instituição de ensino e a comunidade escolar;



- XXII. desempenhar o papel de representante de turma, contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo;
- XXIII. participar com a Direção, Equipe Pedagógica e comunidade escolar, na análise e definição de programas/atividades de ampliação de jornada ou educação em tempo integral, em turno único.
- XXIV. considerar no PTD, a legislação pertinente como a Educação das Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Indígena, Estatuto do Idoso, Estatuto da Juventude, e demais legislações;
- XXV. utilizar o nome social dos estudantes nos registros escolares internos respeitando sua identidade de gênero, conforme legislação vigente;
- XXVI. comunicar a infrequência escolar dos estudantes conforme o Programa de Combate ao Abandono Escolar;
- XXVII. identificar e atuar sobre os atos de indisciplina escolar, dando os devidos encaminhamentos de acordo com a legislação vigente;
- XXXI. organizar atividades de Intensificação da Aprendizagem, preferencialmente, durante a hora-atividade, em conjunto com a Equipe Pedagógica da Instituição de Ensino, com o objetivo de aprovação do estudante quando este tiver condições de acompanhar a série/ano seguinte, para minimizar a reprovação que deve ser discutida e repensada em conjunto, a efetivação desta ação ocorre em 3 momentos distintos: diagnóstico, planejamento e preparação para implementação e consolidação;
- XXXII. sob orientação da Equipe Pedagógica, elaborar atividades e avaliações diferenciadas aos estudantes afastados da Instituição de Ensino, por doença ou licença maternidade, comprovada por atestado/laudo médico, conforme legislação vigente;
- XXXIII. elaborar sob orientação da Equipe Pedagógica, a Proposta Pedagógica Curricular, integrada ao PPP em consonância à legislação vigente;
- XXXIV. articular com o currículo escolar, as ações pedagógicas para a valorização do Povo Romani ciganos na história da imigração do Brasil, por meio de sua identidade histórica, artística e cultural, em todas etapas



de ensino;

- XXXV. promover o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes e das populações em situação de itinerância, de acordo com a legislação vigente;
- XXXVI. promover a cultura de Educação em Direitos Humanos e apresentar medidas de prevenção a todas as formas de violências;
- XXXVII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art.39 Compete ao PAC, no contexto da sala de aula, na Educação Básica, fazer a mediação entre o estudante, grupo social e o processo de ensino-aprendizagem, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam do convencional.

Art.40 Cabe ao PAEE, atuar no contexto escolar da Educação Básica, mediando o processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único - O PAEE tem a atribuição de efetivar ações conjuntas com a Instituição de Ensino, família e profissionais que atendem ao estudante na saúde mental.

Art.41 Compete ao profissional tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa e guia-intérprete:

- I. realizar a tradução ou interpretação da Libras para a Língua Portuguesa, em quaisquer modalidades que se apresentar oral ou escrita, de maneira simultânea ou consecutiva;
- II. mediar a comunicação entre surdos com todas suas especificidades nos diferentes âmbitos sociais, como saúde, educação, trabalho, justiça e outros;
- III. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 42 A hora-atividade atribuída aos docentes em exercício na Instituição de



Ensino, é o tempo reservado para estudo, planejamento, avaliação e outras atividades de caráter pedagógico, incluídas na carga horária de trabalho e deverá ser cumprida no mesmo local e turno das aulas.

- I. a hora-atividade destinada ao professor na função de Coordenador de Estágio do Curso Técnico em Enfermagem deverá ser cumprida na Instituição de Ensino;
- II. o cumprimento da hora-atividade deverá ser correspondente à carga horária suprida em cada vínculo e quando o professor efetivo ou contratado em Regime Especial ministrar aulas em mais de uma Instituição de Ensino, as horas atividade deverão ser distribuídas proporcionalmente em cada uma das Instituições.

Art. 43 Além do comum Compete ao docente das instituições especializadas:

- I. planejar as ações de intervenção com base no diagnóstico da realidade escolar;
- II. participar da Formação Continuada e contribuir para a melhoria da qualidade do processo educativo;
- III. discutir os encaminhamentos teórico-metodológicos que embasam a prática pedagógica do ensino da disciplina.

Art. 44 Compete ao docente indicado para compor o grupo da Brigada Escolar:

- I. acompanhar o trabalho de identificação de riscos nas edificações;
- II. apontar riscos nas condutas rotineiras da comunidade escolar e comunicar à Direção;
- III. garantir a execução do exercício do Plano de Abandono Escolar;
- IV. participar das capacitações das Brigadas Escolares na modalidade de ensino a distância e também presencial;
- V. observar em caso de sinistro ou simulações, o organograma elaborado pela Instituição de Ensino.



Seção V – Do Agente Educacional I e II e trabalhadores contratados terceirizados

Subseção I – Do Agente Educacional I e trabalhadores contratados
terceirizados

Art.45 Os Agentes Educacionais I desempenham suas funções na área de concentração: Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar, Interação com o Educando e Apoio Operacional, sendo coordenado e supervisionado pela Direção da Instituição de Ensino.

Art.46 Os trabalhadores contratados terceirizados para atuar na área de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar, Interação com o Educando e Apoio Operacional, terão suas funções especificadas em edital e contrato com a empresa prestadora de serviços e organizadas na Instituição de Ensino pela Direção conforme legislação vigente.

Art.47 Cabe aos Agentes Educacionais I, na função de manutenção de infraestrutura escolar e preservação do meio ambiente:

- I. garantir a segurança e atuar nos serviços de conservação, manutenção e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações;
- II. zelar pelo ambiente físico da Instituição de Ensino e suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
- III. utilizar o material de limpeza, sem desperdícios e comunicar à Direção, com antecedência a necessidade de reposição dos produtos;
- IV. cuidar da conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à Direção;
- V. auxiliar no acompanhamento da movimentação dos estudantes em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela Direção;
- VI. atender adequadamente aos estudantes e professores com necessidades especiais, que demandam apoio de locomoção, de



- higiene e de alimentação;
- VII. ajudar nos serviços correlatos a sua função, participando das diversas atividades escolares;
 - VIII. coletar lixo de todos os ambientes da instituição de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
 - IX. garantir a preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
 - X. auxiliar a Equipe Pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
 - XI. exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo;
 - XII. zelar pela preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
 - XIII. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados
 - XIV. respeitar toda identidade de gênero;
 - XV. participar da Equipe Multidisciplinar;
 - XVI. atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores da Instituição de Ensino;
 - XVII. colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violências, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar;
 - XVIII. participar de ações que propiciem a cultura de Educação em Direitos Humanos;
 - XIX. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
 - XX. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
 - XXI. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art.48 Cabe aos Agentes Educacionais I, na função da área da alimentação escolar:

- I. zelar pelo ambiente da cozinha, suas instalações e utensílios, cumprindo



- as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
- II. selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;
 - III. servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;
 - IV. informar à equipe gestora da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;
 - V. receber, armazenar e responsabilizar-se por todo material adquirido para a cozinha e merenda escolar;
 - VI. respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;
 - VII. colaborar na mediação de conflitos quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar;
 - VIII. exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo;
 - IX. respeitar toda identidade de gênero;
 - X. participar da Equipe Multidisciplinar;
 - XI. atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores da instituição de ensino;
 - XII. colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violências, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar;
 - XIII. participar de ações que propiciem a cultura de Educação em Direitos Humanos;
 - XIV. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
 - XV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
 - XVI. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art.49 Cabe aos Agentes Educacionais I, na função de interação com os estudantes:

- I. coordenar e orientar a movimentação dos estudantes, desde o início até



- o término dos períodos de atividades escolares;
- II. zelar pela segurança individual e coletiva, orientando os estudantes sobre as normas disciplinares, para manter a ordem e prevenir acidentes na instituição de ensino;
 - III. comunicar imediatamente à Direção, situações que evidenciem riscos à segurança dos estudantes;
 - IV. percorrer as diversas dependências da instituição de ensino, observando os estudantes quanto às necessidades de orientação e auxílio em situações irregulares;
 - V. encaminhar à equipe gestora os estudantes que necessitem de orientação ou atendimento;
 - VI. auxiliar a equipe gestora, docentes e secretaria na divulgação de comunicados no âmbito escolar;
 - VII. auxiliar a Equipe Pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático pedagógicos;
 - VIII. exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo.
 - IX. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
 - X. respeitar toda identidade de gênero;
 - XI. participar da Equipe Multidisciplinar;
 - XII. atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores da Instituição de Ensino;
 - XIII. colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violência, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar;
 - XIV. participar de ações que propiciem a cultura de Educação em Direitos Humanos;
 - XV. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
 - XVI. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
 - XVII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.



Art.50 Cabe aos Agentes Educacionais I indicados para compor o grupo da Brigada Escolar:

- I. acompanhar o trabalho de identificação de riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- II. garantir a efetivação do Plano de Abandono Escolar, que consiste na retirada de forma segura dos estudantes, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da realização de no mínimo, um exercício simulado por semestre a ser registrado em Calendário Escolar;
- III. mencionar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- IV. participar das reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discutir assuntos referentes a segurança da Instituição de Ensino, com registro em ata específica do Programa;
- V. verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da Instituição de Ensino, para prevenir situações que ofereçam riscos à comunidade escolar, comunicando, imediatamente, a equipe gestora;
- VI. observar, em caso de sinistro ou simulações, o organograma elaborado pela Instituição de Ensino;
- VII. participar das formações para a Brigada Escolar, na modalidade de ensino à distância e presencial.

Subseção II – Do Agente Educacional II e trabalhadores contratados terceirizados

Art. 51 Os Agentes Educacionais II desempenham suas funções na área de concentração, administração e operação de multimeios escolares, sendo coordenados e supervisionados pela Direção da Instituição de Ensino.

Art. 52 Os trabalhadores contratados terceirizados para atuar na área de administração e operação de multimeios escolares, terão suas funções especificadas em edital e contrato com a empresa prestadora de serviços e organizadas na



instituição de ensino pela Direção conforme legislação vigente.

Art. 53 Os Agentes Educacionais II que desempenham sua função como secretário escolar são indicados pela Direção da instituição de ensino e designados por ato oficial, conforme normas da SEED.

Art. 54 Compete aos Agentes Educacionais II na função de secretário escolar:

- I. cumprir a legislação vigente referente ao registro escolar dos estudantes, mantendo atualizados todos os dados no sistema específico e nas pastas individuais;
- II. cumprir os prazos de rotinas administrativas anuais, matrículas, abertura e fechamento de período letivo, LRC, LRCO, Censo Escolar, cadastro de estudante, prestação de conta, etc;
- III. colaborar na organização dos documentos referentes à estrutura e funcionamento da Instituição de Ensino, mantendo atualizada a Vida Legal;
- IV. manter atualizados os dados funcionais de todos os servidores da instituição de ensino em sistema específico da SEED;
- V. manter atualizados os registros escolares no sistema específico e nas pastas individuais dos estudantes;
- VI. cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do estudante referente à documentação comprobatória de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;
- VII. organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo, inclusive dos estudantes matriculados no ensino extracurricular e plurilinguístico de LEM, atividades complementares no contraturno e conservar o inativo, de forma a permitir em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar dos estudantes e da autenticidade dos documentos escolares;
- VIII. responsabilizar-se pela guarda, expedição e descarte da documentação



escolar dos estudantes, conforme legislação vigente, respondendo por qualquer irregularidade;

- IX. realizar serviços auxiliares relativos às áreas financeira, contábil e patrimonial da Instituição de Ensino, sempre que solicitado;
- X. receber, redigir e expedir documentos que lhe forem confiados;
- XI. organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, deliberação, resolução, instrução normativa e demais documentos administrativos;
- XII. efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso de todos os estudantes matriculados na Instituição de Ensino;
- XIII. participar da elaboração do PPP e Regimento Escolar da Instituição de Ensino;
- XIV. elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados aos órgãos competentes;
- XV. encaminhar à Direção em tempo hábil, todos os documentos para serem assinados;
- XVI. organizar e disponibilizar o Registro de Ponto a todos os servidores da instituição;
- XVII. secretariar os Conselhos de Classe redigindo as respectivas atas;
- XVIII. comunicar imediatamente à Direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da Instituição de Ensino;
- XIX. fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;
- XX. conferir, registrar e patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;
- XXI. organizar a documentação escolar do estudante afastado da Instituição de Ensino por problema de saúde ou por licença maternidade, comprovados por atestado/laudo médico, conforme legislação vigente;
- XXII. alterar o nome civil nos documentos escolares, quando solicitado e mediante comprovação de mudança de Registro Civil/Certidão de Nascimento por meio de RG, CPF ou Certidão de Inteiro Teor;
- XXIII. assegurar o sigilo do nome de registro civil de estudantes respeitando sua identidade de gênero, conforme legislação vigente;



- XXIV. cumprir os prazos para inserção dos dados sobre a frequência escolar dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme instrução operacional do Ministério de Desenvolvimento Social;
- XXV. comunicar à Equipe Pedagógica as faltas dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social;
- XXVI. auxiliar no combate ao racismo e discriminação que possam ocorrer nas dependências da Instituição de Ensino;
- XXVII. participar da avaliação institucional conforme orientações da SEED;
- XXVIII. exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo;
- XXIX. respeitar toda identidade de gênero;
- XXX. participar da Equipe Multidisciplinar;
- XXXI. colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violência, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar;
- XXXII. participar das ações que promovam a cultura de Educação em Direitos Humanos;
- XXXIII. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
- XXXIV. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 55 Cabe aos Agentes Educacionais II que desempenham suas funções na secretaria da Instituição de Ensino:

- I. organizar e colaborar com as atividades administrativas da secretaria;
- II. prestar informações e orientações à comunidade escolar e demais interessados;
- III. cumprir a escala de trabalho previamente estabelecida;
- IV. controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos;
- V. efetivar os registros em documentos oficiais como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo



sua idoneidade;

- VI. organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o inativo da instituição de ensino;
- VII. classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;
- VIII. realizar serviços auxiliares relativos às áreas financeira, contábil e patrimonial da Instituição de Ensino, sempre que solicitado;
- IX. coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, atualizando o sistema;
- X. executar trabalho, por meio de mecanografia, reprografia e equipamentos de multimeios;
- XI. exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo;
- XII. respeitar toda identidade de gênero;
- XIII. participar da Equipe Multidisciplinar;
- XIV. colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violência, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar;
- XV. participar das ações que promovam a cultura de Educação em Direitos Humanos;
- XVI. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
- XVII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XVIII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 56 Compete aos Agentes Educacionais II que desempenham funções na biblioteca escolar:

- I. cumprir e fazer cumprir o regulamento de uso da biblioteca, assegurando sua organização e funcionamento;
- II. atender os leitores e orientá-los no manuseio dos fichários e localização de livros e publicações, para auxiliá-los em suas consultas;
- III. efetuar o registro dos livros retirados por empréstimo;



- IV. controlar a entrada dos livros devolvidos, registrando a data de devolução dos mesmos;
- V. enviar lembretes referentes a livros cuja data de devolução esteja próxima do vencimento ou vencida, preenchendo formulários apropriados para possibilitar a recuperação dos volumes;
- VI. repor, nas estantes, os livros utilizados pelos leitores, de acordo com o sistema de classificação adotados na biblioteca, para possibilitar novas consultas e registros;
- VII. manter atualizados os dados no Sistema de Controle e Remanejamento dos Livros Didáticos e fichários da biblioteca, completando ordenadamente suas fichas de consulta, para assegurar a pronta localização dos livros e publicações;
- VIII. digitar as fichas e etiquetas;
- IX. higienizar ou supervisionar a higienização dos livros e demais acervos da biblioteca;
- X. carimbar e conferir documentos referentes à biblioteca;
- XI. digitar lista de material bibliográfico para aquisição;
- XII. zelar pela preservação, conservação e restauração do acervo;
- XIII. organizar o espaço físico da biblioteca;
- XIV. auxiliar na efetivação dos projetos de leitura previstos na Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso da Instituição de Ensino;
- XV. organizar o acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros;
- XVI. receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca;
- XVII. distribuir e recolher os livros didáticos;
- XVIII. respeitar toda identidade de gênero;
- XIX. participar da Equipe Multidisciplinar;
- XX. exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo;
- XXI. colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violência, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar;



- XXII. participar das ações que promovam a cultura de Educação em Direitos Humanos;
- XXIII. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
- XXIV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XXV. a biblioteca deverá funcionar com os horários compatíveis de aulas de cada turno;
- XXVI. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 57 Compete aos Agentes Educacionais II, que desempenham suas funções no Laboratório de Informática da Instituição de Ensino:

- I. cumprir e fazer cumprir o regulamento de uso do Laboratório de Informática, assessorando na sua organização e funcionamento;
- II. auxiliar o corpo docente e discente nos procedimentos de manuseio de materiais e equipamentos de informática;
- III. preparar e disponibilizar os equipamentos de informática e materiais necessários para a realização de atividades práticas de ensino no laboratório;
- IV. dar assistência aos professores e estudantes durante a aula de informática;
- V. zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos;
- VI. receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos do Laboratório de Informática;
- VII. colaborar nas ações de prevenção a todas as formas de violências, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar
- VIII. respeitar toda identidade de gênero;
- IX. participar da Equipe Multidisciplinar;
- X. exercer sua função e quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo;
- XI. colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violência, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom



andamento escolar;

- XII. participar das ações que promovam a cultura de Educação em Direitos Humanos;
- XIII. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
- XIV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XV. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 58 Compete aos Agentes Educacionais II que desempenham suas funções no Laboratório de Ciências, Biologia, Física e Química e no laboratório específico dos cursos técnicos da Instituição de Ensino:

- I. cumprir e fazer cumprir o regulamento de uso dos laboratórios;
- II. aplicar, em regime de cooperação e de corresponsabilidade com o corpo docente e discente, normas de segurança para o manuseio de materiais e equipamentos;
- III. preparar e disponibilizar materiais de consumo e equipamentos para a realização de atividades práticas de ensino;
- IV. receber, controlar e armazenar materiais de consumo e equipamentos do laboratório;
- V. dar assistência aos professores e estudantes, durante as aulas práticas do laboratório;
- VI. comunicar imediatamente à Direção qualquer irregularidade, incidente ou acidente ocorridos no laboratório;
- VII. manter atualizado o inventário de instrumentos, ferramentas, equipamentos, solventes, reagentes e demais materiais de consumo;
- VIII. respeitar toda identidade de gênero;
- IX. participar da Equipe Multidisciplinar;
- X. exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo;
- XI. colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violência, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar;



- XII. comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados;
- XIII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XIV. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 59 Compete especificamente aos Agentes Educacionais II indicados para compor o grupo da Brigada Escolar:

- I. acompanhar o trabalho de identificação de riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- II. apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, como na conduta da comunidade escolar, visando ao aprimoramento do Plano de Abandono Escolar;
- III. verificar, constantemente, o ambiente escolar e a rotina da instituição de ensino, para prevenir situações que ofereçam riscos à comunidade escolar, comunicando, imediatamente, a equipe gestora;
- IV. observar, em caso de sinistro ou simulações, o organograma elaborado pela instituição de ensino;
- V. participar das formações para a Brigada Escolar, na modalidade de ensino a distância e presencial.

Seção VI – Das Instâncias Colegiadas de representação da comunidade escolar

Art. 60 Os segmentos sociais organizados, legalmente constituídos, regidos por estatutos e regulamentos próprios, reconhecidos como instâncias colegiadas de representação da comunidade escolar são: Conselho Escolar, APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar e Grêmios Estudantis.

Art. 61 Caberá às instâncias colegiadas colaborar com a equipe gestora nas medidas pedagógicas para os casos de indisciplina, bem como, acompanhar, avaliar e encaminhar à Rede de Proteção Social dos Direitos de Crianças e Adolescentes, as situações, quando necessário.



Parágrafo único. Fica vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para os funcionários contratados terceirizados.

Subseção I – Do Conselho Escolar

Art. 62 O Conselho Escolar é um órgão colegiado máximo de gestão para a tomada de decisões no âmbito escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa, fiscalizadora e mobilizadora da organização e da realização do trabalho pedagógico e administrativo da Instituição de Ensino, sem caráter político-partidário, religioso, racial ou lucrativo.

Art. 63 O Conselho Escolar é uma instância colegiada constituída por representantes da comunidade escolar e local em uma perspectiva democrática.

Art. 64 O Conselho Escolar será regido pelas disposições contidas na legislação do CEE/PR e demais dispositivos legais que lhe forem aplicáveis, sendo instituído por Ato emitido pela mantenedora.

§ 1º A função deliberativa refere-se à tomada de decisões quanto às ações pedagógicas, administrativas, financeiras e disciplinares no âmbito escolar.

§ 2º A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento contínuo da gestão pedagógica, administrativa e financeira da Instituição de Ensino, garantindo a legitimidade de suas ações.

§ 3º A função mobilizadora refere-se a fomentar a participação dos segmentos representados pela comunidade escolar e local em diversas ações da Instituição de Ensino, estimulando e desenvolvendo estratégias de participação e de efetivo compromisso com a qualidade da educação.



§ 4º A função consultiva refere-se à emissão de pareceres, assessorando a comunidade escolar e local para esclarecimento de dúvidas quanto às questões pedagógicas, administrativas, financeiras e disciplinares, no que lhe compete.

§ 5º A função avaliativa refere-se à verificação constante das ações e programas desenvolvidos pela Instituição de Ensino, da evolução dos indicadores educacionais e resultados das avaliações externas, traçando estratégias para melhoria do desempenho, se necessário.

Art. 65 O Conselho Escolar deve assegurar a gestão democrática sobre todas as esferas da Instituição de Ensino: pedagógicas, administrativas, financeiras e disciplinares, em conformidade com a Constituição Federal e Estadual, a LDBEN, o ECA, o Plano Nacional e Plano Estadual de Educação, a Deliberação nº 02/2018 e o Parecer Normativo Complementar nº 01/2019, ambos do CEE/PR, e demais legislações vigentes, bem como zelar pelo cumprimento do PPP e do Regimento Escolar.

Art. 66 O Conselho Escolar, instituído pela mantenedora, é um órgão de gestão colegiada, organizado de acordo com os princípios da representatividade e da proporcionalidade, é composto por representantes da comunidade escolar e da comunidade local, numa perspectiva de democratização da instituição pública de ensino.

- I. diretor;
- II. representante da equipe pedagógica;
- III. representante da equipe docente;
- IV. representante dos agentes educacionais I;
- V. representante dos agentes educacionais II;
- VI. representante dos pais ou responsáveis pelos estudantes;
- VII. representante do grêmio estudantil;
- VIII. representante da APMF;
- IX. representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (associações de moradores, sindicatos, instituições religiosas,



conselhos comunitários, conselhos de saúde, entre outros).

§ 1º A comunidade escolar é integrada pelas pessoas que possuem relação direta com a Instituição de Ensino, composta por profissionais do magistério e demais servidores da educação em exercício na própria unidade escolar, estudantes, pais ou responsáveis.

§ 2º A comunidade local é integrada pelas famílias e demais pessoas, entidades e organizações que atuam de maneira complementar, junto à comunidade escolar.

Art. 67 O Conselho Escolar é composto por no mínimo 60% e, no máximo, 80% de integrantes representantes da comunidade escolar e, no mínimo, 20% e, no máximo, 40% de integrantes representantes da comunidade local obedecidas a legislação vigente.

§ 1º A representação dos membros do Conselho Escolar será efetivada mediante processo eletivo entre os elementos de cada segmento, sendo um titular e um suplente.

§ 2º Cada membro poderá representar apenas um segmento.

Art. 68 A representação estudantil no Conselho Escolar deverá ser assegurada, sendo que para os menores de 18 anos, deverá ser observado o Código Civil.

§ 1º Os menores de 16 anos devem ser representados pelos seus pais ou responsáveis, que terão direito à voz, ao voto e à assinatura, representando os interesses do segmento estudantil.

§ 2º Os estudantes maiores de 16 e menores de 18 anos terão direito à voz, ao voto e assinarão pelo segmento que representam, assistidos pelos pais ou responsáveis legais.



§ 3º Na ata de eleição e no Ato de instituição dos membros do Conselho Escolar deverá constar o nome e os dados dos estudantes menores de idade no segmento que representam, assim como o nome e os dados dos pais ou responsáveis.

Art. 69 O Conselho Escolar tem como membro nato o Diretor da Instituição de Ensino, que deve ocupar, necessariamente, a função de Presidente do colegiado.

§ 1º O Conselho Escolar constituído elegerá seu vice-presidente dentre os membros titulares da comunidade escolar que o compõem, maiores de 18 anos, em Assembleia Geral, que atuará nas ausências ou impedimentos do Presidente.

§ 2º Na ausência do Vice-Presidente, a presidência será assumida pelo Conselheiro mais idoso da comunidade escolar.

§ 3º O Presidente do Conselho Escolar, sendo o Diretor da Instituição de Ensino, fica impedido de participar das reuniões do Conselho Escolar quando estas tratarem da avaliação do desempenho da gestão escolar ou tiverem objetivo de analisar sua conduta profissional.

Art. 70 As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento, lavrada em Ata, para um mandato de 02 anos, admitindo uma única reeleição consecutiva, por voto direto e secreto, exceto o cargo de Presidente do Conselho Escolar.

Art. 71 Cada segmento da comunidade escolar realizará Assembleias próprias para indicação de seus representantes.

Art. 72 Para cada Conselheiro eleito, será escolhido como suplente, o segundo mais votado, que o substituirá em suas ausências ou vacância do cargo.

Art. 73 Os estudantes, deverão ser orientados e assessorados pelos membros da Equipe Pedagógica para a realização da Assembleia, onde indicarão os



representantes do segmento.

Art. 74 No(s) segmento(s) composto(s) por um só profissional da instituição de ensino, este será automaticamente Conselheiro, devendo tal condição ser observada na Ata de posse.

Parágrafo único - Em caso de afastamento e licença do Conselheiro citado neste artigo, este será representado pelo profissional designado para a sua função.

Art. 75 O Edital de convocação para as eleições dos representantes de cada segmento será expedido pelo Presidente do Conselho Escolar, afixado em local visível na instituição de ensino, com, no mínimo, 30 dias de antecedência ao pleito eleitoral e antes do término da gestão do Conselho Escolar.

§ 1º Para conduzir o processo de eleição, será constituída uma Comissão Eleitoral, com, no mínimo, três integrantes da comunidade escolar, mobilizada pelo Presidente do Conselho Escolar.

§ 2º A Comissão Eleitoral definirá o período para inscrição dos candidatos ao pleito eleitoral, para todos os segmentos da comunidade escolar.

§ 3º A data, horário e local para as eleições dos membros do Conselho Escolar, serão estabelecidas pela Comissão Eleitoral e afixados em local visível na instituição de ensino, no mínimo 02 dias úteis antes da sua realização, durante o período letivo.

§ 4º Os membros da Comissão Eleitoral não poderão candidatar-se ao Conselho Escolar.

Art. 76 Têm direito a voto os profissionais da educação em efetivo exercício na Instituição de Ensino, estudantes matriculados, pais ou responsáveis pelos estudantes, representantes da comunidade escolar e local, sendo vedados votos por procuração.



§ 1º Deverão ser considerados em efetivo exercício com direito a voto, os servidores que estiverem afastados com amparo na Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

§ 2º Os servidores substitutos terão direito a voto, desde que não estejam em substituição a servidores afastados em decorrência da Lei nº 6.174/70 - gozo de férias, licença-prêmio, licença médica, a partir de 30 dias e licença-gestação.

§ 3º No segmento dos professores, o integrante do Quadro Próprio do Magistério – QPM detentor de dois padrões na mesma instituição de ensino, terá direito a um único voto.

§ 4º Nenhum dos membros da comunidade escolar poderá acumular voto, ou seja, votar em mais de uma categoria para o mesmo Conselho, ainda que represente segmentos diversos ou acumule funções na Instituição de Ensino.

§ 5º No segmento dos pais ou responsáveis, o voto será um por família pai/mãe ou representante legal, independentemente do número de filhos matriculados na instituição de ensino.

§ 6º O segmento dos estudantes terá direito à voz e ao voto, desde que, orientados e assessorados pelos membros da Equipe Pedagógica.

§ 7º Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples de votos (50% + 1).

§ 8º Em caso de empate e não havendo renúncia de nenhum dos candidatos, será considerado eleito o candidato mais idoso.

Art. 77 No caso de vacância do cargo de qualquer um dos Conselheiros e não havendo mais suplentes, serão convocadas novas eleições para representante do



respectivo segmento, para complementar o mandato em vigor, obedecidas as disposições deste Regimento.

Art. 78 O mandato será cumprido integralmente, no período para o qual os representantes foram eleitos, exceto em caso de destituição ou renúncia.

Parágrafo único - O Conselheiro representante do segmento dos pais, em caso de transferência do estudante, deverá abdicar de sua representatividade no Conselho, sendo substituído automaticamente pelo Suplente.

Art. 79 A posse dos representantes eleitos dar-se-á em assembleia geral, especialmente convocada pelo Presidente do Conselho.

§ 1º A posse dos representantes eleitos, para compor o Conselho Escolar na nova gestão, será no dia subsequente ao término da gestão anterior.

§ 2º O ato de posse dos Conselheiros consistirá de:

- a. ciência do Regimento Escolar;
- b. ciência do PPP;
- c. assinatura da Ata e Termo de Posse, contendo nome legível e segmento que representa.

Art. 80 Após a posse dos Conselheiros eleitos, os documentos referentes à eleição – Ata de Eleição e Ata de Posse – deverão ser encaminhados à mantenedora, no prazo de até 05 dias úteis.

Art. 81 O Conselho Escolar é um fórum permanente de debate e de articulação entre os vários setores da Instituição de Ensino, que acompanha e delibera sobre questões pedagógicas, administrativas, financeiras e disciplinares que possam legitimar o bom funcionamento do ambiente escolar.

Art. 82 O Conselho Escolar poderá propor ações de acordo com o PPP, o



Regimento Escolar e as políticas educacionais da SEED, responsabilizando-se pelas suas deliberações, além de contribuir para a democratização das relações no interior das Instituições de Ensino.

Art. 83 O Conselho Escolar deverá reunir-se periodicamente a fim de propor, renovar, acompanhar e avaliar, permanentemente, as ações implementadas na Instituição de Ensino, os projetos desenvolvidos, com os objetivos estabelecidos no PPP e regulamentado no Regimento Escolar.

Parágrafo único - Após a convocação e divulgação da pauta de assembleia do Conselho Escolar, cada representante do segmento procederá plenária específica para que seus pares se posicionem quanto ao assunto, anteriormente à reunião.

Art. 84 As reuniões do Conselho Escolar poderão ser ordinárias e extraordinárias.

§ 1º As reuniões ordinárias deverão acontecer no mínimo a cada sessenta dias, convocadas pelo Presidente ou Vice-Presidente, ou no seu impedimento, por representante designado dentre os seus componentes, com no mínimo, três dias úteis de antecedência, com pauta claramente definida no edital de convocação.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, um dia útil e no máximo dois dias úteis de antecedência, com pauta claramente definida no edital de convocação, por solicitação do Presidente, Vice-Presidente ou por representante designado.

§ 3º O conselheiro poderá solicitar uma reunião extraordinária a qualquer momento, a pedido do segmento que ele representa, por meio de requerimento especificando o motivo da solicitação.

Art. 85 As reuniões serão realizadas, em primeira convocação, com quórum mínimo de maioria absoluta, metade mais um de seus membros (50% + 1) ou em



segunda convocação, 30 minutos após, com pelo menos 1/3 de seus membros.

§ 1º Não havendo quórum suficiente, a reunião será cancelada e a ocorrência registrada em Ata assinada pelos presentes.

§ 2º É permitida a participação de pessoas integrantes da comunidade escolar e local, nas reuniões do Conselho Escolar, com direito à voz e sem direito a voto, quando constar na pauta assunto de seu interesse.

Art. 86 Os membros do Conselho Escolar que se ausentar por 03 reuniões consecutivas ou 05 alternadas serão destituídos e assumirão os respectivos suplentes.

§ 1º As ausências deverão ser justificadas por escrito ou verbalmente e serão analisadas pelos Conselheiros, cabendo-lhes a decisão de aceitação ou não das faltas.

§ 2º O Conselheiro não poderá se fazer representar por outrem em nenhuma hipótese a não ser por seu suplente.

Art. 87 As reuniões do Conselho Escolar serão lavradas em ata em livro específico do colegiado.

Art. 88 As deliberações do Conselho Escolar poderão ser tomadas por consenso ou voto depois de esgotadas as argumentações de seus membros.

§ 1º Entende-se por consenso, para efeito deste Regimento, a unanimidade de opiniões.

§ 2º Não havendo consenso, a matéria será adiada, visando estudos que embasam a argumentação dos Conselheiros.



§ 3º Caso não haja consenso, na segunda apreciação da matéria, a deliberação será tomada por votação da maioria simples dos presentes.

Art. 89 Os conselheiros suplentes terão direito à voz e ao voto quando estiverem em substituição ao titular.

Art. 90 Para divulgação das deliberações do Conselho Escolar serão utilizados editais ou livros-aviso, garantindo fluxo de comunicação permanente, de modo que as informações pertinentes sejam divulgadas em tempo hábil.

Art. 91 A mantenedora deve criar condições para formação continuada dos integrantes do Conselho Escolar, no decorrer de seus mandatos.

§ 1º A formação a que se refere o caput deste artigo pode ser feita nas modalidades presencial ou a distância, a partir de programas disponíveis em plataformas de domínio público.

§ 2º A não participação do Conselheiro na formação propiciada pode ensejar a perda de mandato.

Art.92 São atribuições do Conselho Escolar:

- I. deliberar e participar na elaboração deste Regimento Escolar da respectiva Instituição de Ensino, discutindo, analisando, aprovando ou rejeitando propostas da comunidade escolar;
- II. deliberar e participar na elaboração do PPP da Instituição de Ensino, assim como, acompanhar e avaliar a sua execução;
- III. acompanhar o desempenho das atividades da Direção e Equipe Pedagógica da Instituição de Ensino;
- IV. analisar e aprovar a prestação de contas da equipe diretiva da Instituição;
- V. definir e aprovar, em conjunto com a APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar, o uso dos



recursos destinados à Instituição de Ensino, mediante Planos de Ação e Aplicação, bem como, a prestação de contas desses recursos.

- VI. avaliar, periódica e sistematicamente, as informações referentes ao uso dos recursos financeiros, os serviços prestados pela Instituição de Ensino e os resultados pedagógicos obtidos;
- VII. analisar e aprovar o Plano de Ação Anual da Instituição de Ensino, com base no seu PPP;
- VIII. discutir e acompanhar a efetivação da proposta curricular da Instituição de Ensino, objetivando o aprimoramento do processo pedagógico, respeitadas as diretrizes, as orientações da SEED e da legislação vigente;
- IX. analisar e deliberar sobre projetos propostos por segmentos da comunidade escolar e local, no sentido de avaliar a importância para o processo educativo;
- X. definir critérios para a utilização do prédio escolar para outras atividades, que não as de ensino, observando o princípio da integração da Instituição de Ensino/comunidade e os dispositivos legais emanados pela mantenedora;
- XI. acompanhar os indicadores educacionais e, quando necessário, propor medidas pedagógicas visando ao avanço no ensino aprendizagem;
- XII. articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade educacional, sem sobrepor-se ou suprimir as responsabilidades pedagógicas dos profissionais que atuam na Instituição de Ensino;
- XIII. elaborar ou reformular (por meio de Adendo de Alteração ou Acréscimo) o Regimento Escolar, no que se refere ao Conselho Escolar, sempre que se fizer necessário, de acordo com as normas da SEED e legislação vigente;
- XIV. aprovar e acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar, observada a legislação vigente e diretrizes emanadas da SEED;
- XV. zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base no ECA.



- XVI. encaminhar, quando necessário, à autoridade competente, solicitação de verificação, com o fim de apurar irregularidades nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros, em Assembleia Extraordinária convocada para tal fim, com razões fundamentadas, documentadas e devidamente registradas;
- XVII. deliberar sobre aplicação de medidas pedagógicas previstas no Regimento Escolar, quando encaminhadas pela Direção, Equipe Pedagógica ou referendadas pelo Conselho de Classe;
- XVIII. mediar e decidir, nos limites da legislação, sobre eventuais impasses de ordem administrativa e pedagógica, quando esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;
- XIX. atuar como instância recursal em matérias de natureza administrativa, financeira e pedagógica, internas da Instituição de Ensino, respeitada a legislação específica a cada caso;
- XX. zelar pela publicidade de seus atos e das ações da equipe diretiva da Instituição de Ensino;
- XXI. estabelecer, anualmente, um cronograma de reuniões ordinárias a ser definido, preferencialmente, no Plano de Ação Anual da Instituição de Ensino, considerando o Calendário Escolar.

Art. 93 As ações de todos os integrantes do Conselho Escolar, serão sempre com vistas ao coletivo e à qualidade de ensino, evitando-se o trato de questões relativas à defesa de interesses individuais.

Art. 94 A atuação como Conselheiro será exclusiva nas Assembleias do Conselho Escolar, vedada a interferência no trabalho enquanto profissional ou estudante.

Parágrafo único - Os Conselheiros poderão, individual ou coletivamente, agir junto a órgãos externos, quando tal tarefa lhes for delegada em reunião do Conselho.



Art.95 São atribuições do Presidente do Conselho Escolar:

- I. representar legalmente o Conselho Escolar;
- II. convocar por meio de Edital e envio de comunicado, os Conselheiros titulares, com três dias úteis de antecedência, para reunião ordinária, em horário compatível com o da maioria, com pauta claramente definida na convocatória;
- III. convocar, sempre que justificadas, reuniões extraordinárias com no mínimo um dia e no máximo dois dias úteis de antecedência, com pauta claramente definida;
- IV. planejar, organizar, coordenar e presidir a realização de assembleias e reuniões do Conselho Escolar;
- V. diligenciar pela efetiva realização das decisões do Conselho Escolar, tomando medidas que visem garantir seu bom funcionamento;
- VI. estimular a participação de todos os Conselheiros nas reuniões do Conselho Escolar;
- VII. providenciar as comunicações e divulgações das decisões tomadas pelo Conselho Escolar, que constam em Ata com a assinatura dos presentes;
- VIII. acompanhar o andamento do processo pedagógico, visando a implementação do PPP;
- IX. submeter à análise e à aprovação o Plano de Ação Anual da instituição de ensino;
- X. organizar o processo de eleição do Conselho de acordo com o previsto neste;
- XI. encaminhar ao NRE relação nominal dos componentes do Conselho Escolar, seus respectivos suplentes e o prazo de vigência de seu mandato, logo após a sua constituição ou alteração ocorridas no decorrer do mandato;
- XII. encaminhar ao NRE a documentação referente às eleições, conforme disposto no Regimento Escolar em até 05 dias úteis após a posse;
- XIII. exercer o voto para fins de desempate, somente quando esgotadas as possibilidades de consenso das deliberações;
- XIV. cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar.



Art. 96 São atribuições dos Conselheiros:

- I. representar seus segmentos, discutindo, formulando e avaliando internamente propostas que serão apreciadas nas reuniões do Conselho Escolar;
- II. representar seus segmentos, expressando as posições de seus pares.
- III. promover reuniões com seus segmentos, a fim de discutir questões referentes à organização e ao funcionamento da Instituição de Ensino, bem como o encaminhamento de sugestões e proposições ao Conselho Escolar;
- IV. participar das reuniões ordinárias e extraordinárias sempre que convocado;
- V. coordenar os seus segmentos, realizando entre seus pares a eleição de representantes do Conselho Escolar;
- VI. divulgar as decisões do Conselho Escolar para o segmento ao qual representa;
- VII. colaborar na execução das medidas definidas no Conselho Escolar, desenvolvendo ações no âmbito de sua competência;
- VIII. representar o Conselho Escolar quando necessário e designado pelo Presidente do colegiado;
- IX. cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar.

Art. 97 Aos Conselheiros, no exercício de suas funções, são asseguradas autonomia e liberdade de manifestação, e de acordo com a legislação aplicável, os seguintes direitos:

- I. participar das reuniões do Conselho, opinando, argumentando e representando seus segmentos;
- II. articular com os demais Conselheiros, solicitando convocação de reunião extraordinária do Conselho;
- III. receber, no ato de posse, cópia do Regimento Escolar da Instituição de Ensino;
- IV. solicitar, em reunião do Conselho, esclarecimentos de qualquer natureza



- acerca das atividades da Instituição de Ensino;
- V. consultar as Atas do Conselho Escolar quando necessário;
 - VI. solicitar à Direção da Instituição de Ensino o uso de espaço físico a fim de reunir-se com seus segmentos de forma autônoma, para deliberar assuntos indicados em pauta de reunião do Conselho, sem prejuízo das atividades pedagógicas, responsabilizando-se por sua limpeza e conservação.

Art.97 Aos Conselheiros, além de outras atribuições legais, compete:

- I. representar as ideias e reivindicações de seus segmentos;
- II. manter discricão sobre assuntos tratados que não devam ser divulgados;
- III. organizar seu segmento, promovendo a eleição dos representantes respeitando os prazos previstos no Regimento Escolar;
- IV. participar das reuniões do Conselho Escolar e estimular a participação dos demais Conselheiros;
- V. justificar, por escrito, suas ausências nas reuniões do conselho;
- VI. orientar seus pares quanto aos procedimentos a adotar para o encaminhamento de questões referentes à Instituição de Ensino;
- VII. manter seu endereço atualizado junto à secretaria da instituição de ensino;
- VIII. conhecer e respeitar os dispostos no Regimento Escolar da Instituição de Ensino e nas deliberações do Conselho Escolar;
- IX. cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar..

Art. 98 Aos Conselheiros fica vetado:

- I. tomar decisões individuais que interfiram nas questões pedagógicas e administrativas da Instituição de Ensino;
- II. expor pessoa ou grupo a situações vexatórias;
- III. transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confiado;
- IV. interferir no trabalho de qualquer profissional no âmbito escolar;
- V. divulgar assuntos, tratados nas reuniões do Conselho Escolar, que não



se destinem a domínio público.

VI. deliberar em desacordo às normativas e orientações da SEED.

Art. 99 Para os fins deste, serão consideradas irregularidades graves aquelas que:

- I. representem risco de vida ou integridade física das pessoas;
- II. caracterizem risco ao patrimônio escolar;
- III. caracterizem desvio de material de qualquer espécie ou recursos financeiros;
- IV. comprovadamente, se configuram como trabalho inadequado, comprometendo a aprendizagem e segurança do estudante.

Art. 100 O Conselheiro que deixar de cumprir as disposições deste documento ficará sujeito às seguintes medidas disciplinares:

- I. advertência verbal, em particular, aplicada pelo Presidente do Conselho;
- II. advertência verbal, em reunião do Conselho, com registro em Ata e ciência do advertido;
- III. notificação por escrito, aplicada pelo Presidente do Conselho, e ciência do notificado;
- IV. afastamento do Conselheiro, por meio de registro em Ata, em reunião do Conselho Escolar.

Art. 101 Nenhuma medida disciplinar poderá ser aplicada sem prévia e ampla defesa por parte do Conselheiro.

Art. 102 Todos os segmentos que elegeram seus representantes, além dos direitos assegurados por toda a legislação aplicável, terão as seguintes prerrogativas:

- I. conhecer as normas do Conselho Escolar;
- II. destituir o representante de seu segmento quando este não cumprir as atribuições dos Conselheiros previstas neste Regimento, mediante as medidas disciplinares previstas.



Art. 103 A destituição de um Conselheiro só poderá ocorrer em Assembleia do segmento, especialmente convocada para este fim, com quorum mínimo de maioria simples (50% + 1) de seus integrantes.

§ 1º A Assembleia de destituição será convocada por 1/5 dos membros do segmento, desde que dada ciência ao Conselheiro e assegurado o direito de defesa.

§ 2º A Assembleia deverá ser registrada em Ata, com assinatura de todos os membros presentes, constando o motivo da destituição.

Art. 104 Este documento poderá ser reestruturado, a qualquer tempo, pelo próprio Conselho Escolar, em Assembleia Extraordinária convocada para este fim, mediante a aprovação de 2/3 dos seus integrantes, entrando em vigor após sua aprovação.

Parágrafo único - O Regimento Escolar, se necessário, deverá ser revisado a cada novo mandato, e atualizado de acordo com as especificidades da Instituição de Ensino, se necessário.

Art. 105 A dissolução ou extinção do Conselho Escolar somente se efetivará em Assembleia Geral, convocada pelo Presidente do Conselho para esse fim, com registro em Ata assinada pelos membros presentes, que será encaminhada para a SEED que emitirá um ato de destituição.

Art. 106 O Conselho Escolar só poderá ser extinto somente em caso de cessação da Instituição de Ensino.

Art. 107 Os casos omissos serão orientados pela mantenedora.



Subseção II – Da Associação de Pais, Mestres e Funcionários - Redação contida pelo Decreto nº 7.687 de 20 de maio de 2021.

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE FORO, PRINCÍPIOS E FINALIDADES

Art. 108 A Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF da Instituição de Ensino Colégio Estadual Castro Alves, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, sito rua Júlio Gomes nº 158, Jardim Oriza, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelos dispositivos legais ou regulamentares que lhes forem aplicados, aprovado em Assembleia Geral e registrado em cartório.

Art.109 No desenvolvimento de suas atividades, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Instituição de Ensino Colégio Estadual Castro Alves observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 110 A Associação de Pais, Mestres e Funcionários, trata-se de pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade civil, é um órgão de representação da Comunidade Escolar (Pais, Professores, Estudantes, desde que maiores de 18 anos, e Funcionários) da Instituição de Ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.304.664/0001-31, registrada no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica Nilson Fumegalli Lopes Vilar - Registrador de Títulos e Documentos de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Tabelião de Protesto da Sede desta comarca de Cornélio Procópio.

Art. 111 A Associação de Pais, Mestres e Funcionários tem por finalidade representar os interesses dos estudantes, dos pais e da comunidade escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem, garantindo a todos uma escola pública, gratuita e universal.



CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 112 Os objetivos da Associação de Pais, Mestres e Funcionários são:

- I promover ações de acordo com suas atribuições e possibilidades, no sentido de assegurar, por meio da participação efetiva no processo de tomadas de decisões no ambiente escolar e do exercício de efetivo controle social, condições necessárias de apoio ao trabalho da equipe pedagógica, professores e funcionários em consonância com o Projeto Político Pedagógico - PPP da Instituição de Ensino e Regimento Escolar, garantindo o acesso à permanência e a função social da escola;
- II favorecer a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo as políticas públicas educacionais, visando o interesse público de acordo com a realidade da comunidade escolar;
- III proporcionar aos estudantes a participação em todo o processo educacional, estimulando sua formação política por meio de Organizações Estudantis, como por exemplo, o Grêmio Estudantil;
- IV representar os interesses debatidos e apresentados pela comunidade escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem e garantindo a todos uma escola pública, gratuita e universal;
- V promover o entrosamento entre pais, estudantes, professores, funcionários e toda a comunidade local, por meio de atividades sociais, educativas, culturais, desportivas e de formação político-pedagógica, em conformidade com o Conselho Escolar;
- VI gerenciar as despesas da Associação para alcançar as ações previstas neste artigo e, se necessário, precedida de processo de contratação em conformidade com as legislações que dispõem sobre o assunto e aprovadas em assembleia geral;
- VII colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, mobilizando o coletivo escolar e a comunidade local para a importância da manutenção e preservação do patrimônio público;



VIII promover atividades de assistência ao estudante nas áreas de saúde, socioeconômicas, segundo o Plano de Ação da escola.

CAPÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES, PROIBIÇÕES E ATRIBUIÇÕES

Art. 113 São obrigações da Associação de Pais, Mestres e Funcionários:

- I adquirir bens de consumo e permanentes, obedecendo às dotações orçamentárias, quando se tratar de recurso público, para os fins necessários às ações pedagógicas e administrativas;
- II gerenciar recursos próprios e transferidos pela União, Estado e Município no cumprimento dos objetivos pedagógicos da escola;
- III garantir, em suas aquisições e contratações, a realização de processo de escolhas, de propostas mais vantajosa para a utilização dos recursos públicos recebidos, bem como dos recursos próprios;
- IV realizar o cancelamento do CNPJ junto aos órgãos competentes quando da cessação da Instituição de Ensino a qual está vinculada, não sendo permitido utilizar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica associando-se a outras instituições de ensino municipal, estadual ou federal;
- V manter válido o mandato da Associação, sem interrupção;
- VI incorporar ao patrimônio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – Seed, os bens permanentes adquiridos, por intermédio de relatório de incorporação – RI, ao NRE, ficando sob a responsabilidade da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- VIII cumprir todas as disposições legais, fiscais e tributárias, de acordo com a lei vigente à época e relativas a sua atividade:
 - a) declarar anualmente o Imposto de Renda, mesmo se for isento;
 - b) elaborar Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
 - c) elaborar Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF referente às ações financeiras;
 - d) elaborar Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF;



- e) elaborar Declaração do e-Social;
- f) atualizar junto à Receita Federal do Brasil o responsável pelo CNPJ quando houver substituição do Presidente da referida Associação;
- g) elaborar escrituração contábil nos termos da legislação vigente, além de outras obrigações, instituídas por lei ou por norma da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – Seed;
- h) cumprir outras obrigações sociais ou fiscais que a legislação federal, estadual ou municipal exigir.

Art. 114 É vedada à APMF:

- I adquirir e locar imóveis;
- II executar qualquer construção, ampliação, mudança estrutural no prédio da escola, sem aprovação prévia da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – Seed;
- III alugar dependência física, móveis e equipamentos da escola;
- IV conceder empréstimos ou dar garantias de aval, fiança ou caução, sob qualquer forma;
- V adquirir veículos;
- VI empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza em desacordo com os programas ou projetos a que se destinam;
- VII complementar vencimentos ou salários dos servidores;
- VIII contratar pessoal para realização de serviços inerentes às atribuições da escola e serviços de natureza contínua.

§ 1º não se incluem nas proibições a que se refere o artigo acima, a contratação eventual de serviços temporários que não se caracterize vínculo empregatício, para execução de projetos ou atividades específicas, sendo que, sempre que for necessário como contratante, a Associação deverá recolher os encargos sociais e trabalhistas decorrentes da contratação.

§ 2º ao servidor público estadual não é permitido exercer serviços diferentes das tarefas próprias do seu cargo, conforme Estatuto do Servidor Público, ficando



vedado à direção da Instituição de Ensino autorizar o servidor prestar serviços à cantina comercial em horário de vínculo empregatício.

Art. 115 São atribuições da Associação de Pais, Mestres e Funcionários:

- I desenvolver anualmente, um Plano de Trabalho, que seja integrado ao Plano de Ação da Escola;
- II participar do processo de construção do Projeto Político-Pedagógico – PPP e da Proposta Pedagógica Curricular – PPC, acompanhar o seu desenvolvimento, sugerindo alterações de cunho administrativo e pedagógico, mediante a aprovação do Conselho Escolar da Instituição de Ensino;
- III observar as disposições legais e regulamentares vigentes: resoluções, instruções e orientações da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – Seed no que concerne à utilização das dependências da unidade escolar para a realização de eventos próprios da Instituição de Ensino;
- IV participar da organização do trabalho pedagógico desenvolvido no âmbito escolar, em conjunto com as demais instâncias colegiadas;
- V estimular a participação da comunidade escolar em palestras, seminários, conferências, mediante a aprovação do Conselho Escolar;
- VI convocar, por meio de edital e envio de comunicado, todos os integrantes da comunidade escolar, com no mínimo 03 (três) dias úteis de antecedência, para a Assembleia Geral Ordinária e, com mínimo 02 (dois) dias úteis, para a Assembleia Geral Extraordinária, em horário compatível com o da maioria dos integrantes e pauta claramente definida na convocatória, registrando em livro ata;
- VII colaborar, eventualmente, utilizando os recursos próprios da Associação e segundo as possibilidades financeiras da entidade, com as necessidades dos estudantes referentes a defesa dos direitos à educação pública de qualidade;
- VIII administrar e definir o uso dos recursos provenientes de órgãos federais, atendendo os objetivos e finalidades pedagógicas predefinidas, bem



como respeitar as categorias econômicas às quais são destinadas, mediante aprovação do Conselho Escolar, mediante observação da Resolução/CD/FNDE nº 9, de 02 de março de 2011;

- IX administrar os recursos provenientes de doações da comunidade, entidades privadas, contribuições voluntárias, fornecendo o respectivo recibo preenchido em 02(duas) vias e comunicando à Diretoria da Associação e Conselho Escolar quaisquer irregularidades encontradas;
- X reunir-se com o Conselho Escolar para definir o destino dos recursos advindos de verbas públicas federal, estadual e municipal, bem como o destino dos recursos próprios, mediante a elaboração de planos de aplicação, bem como reunir-se para a prestação de contas desses recursos, atendendo a legislação vigente, com registro em ata;
- XI promover, observando as necessidades específicas da Associação, a locação de serviços de terceiros para prestação de serviços temporários, de acordo com o Código Civil ou a Consolidação das Leis do Trabalho;
- XII receber doações e contribuições voluntárias utilizando-as para a melhoria na comunidade escolar;
- XIII registrar em livro próprio a prestação de contas de valores e inventários de bens (patrimônio) da Associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Fiscal tomarem posse, informando ao Conselho Escolar, inclusive se constatada alguma irregularidade;
- XIV registrar em livro ata da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar (sigla ou nome da entidade) com as assinaturas dos presentes, reuniões de Diretoria, Conselho e Fiscal, preferencialmente com a participação do Conselho Escolar;
- XV explorar a Cantina Comercial, após concessão de autorização de funcionamento, pelo Núcleo Regional de Educação – NRE, desde que a Associação esteja regularmente registrada junto aos órgãos competentes e comprovada a disponibilidade de espaço físico na Instituição de Ensino, diferente das áreas reservadas para as atividades pedagógicas e merenda escolar.



- XVI administrar a Cantina Comercial e, se necessária a contratação de empregados, que a pessoa contratada não ocupe cargo da Diretoria ou Conselho Fiscal, não seja cônjuge ou possua parentesco com os membros da Diretoria, Grêmio Estudantil ou Direção da Instituição de Ensino;
- XVII eleger entre os seus membros em reunião de Diretoria e Conselho Fiscal, de acordo com o Estatuto deste segmento, o(s) representante(s) para compor o Conselho Escolar, pai(s) ou responsável (eis), representante da comunidade escolar e local;
- XVIII enviar cópia da prestação de contas referente a recursos financeiros próprios da Associação ao Conselho Escolar, Assembleia Geral, depois de aprovada pelo Conselho Fiscal, e, em seguida, torná-la pública, divulgando, amplamente à comunidade escolar, por meio de edital impresso, e-mail e via sistema da APMF;
- XIX entregar cópia da prestação de contas da Associação ao Conselho Escolar e Assembleia Geral, referente aos recursos transferidos por órgãos federal, estadual e municipal após aprovação do Conselho Fiscal;
- XX apresentar, para aprovação, em Assembleia Geral Extraordinária, atividades com ônus para os pais, estudantes, professores, funcionários e demais membros da Associação, após ouvido o Conselho Escolar da Instituição de Ensino, desde que os estudantes que se negarem a participar das atividades com ônus não sejam pedagogicamente prejudicados;
- XXI manter atualizada, organizada e arquivada corretamente, toda sua documentação referente à Associação, obedecendo os dispositivos legais e as normas do Tribunal de Contas, da mantenedora, da Receita Federal, Instituições Financeiras, INSS, Ministério do Trabalho e as normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);
- XXII decidir, com o Conselho Escolar, a aprovação quanto à obrigatoriedade do uso do uniforme, desde que, seja garantido aos estudantes, o direito de igualdade nas condições de acesso e permanência no ambiente



escolar.

- XXIII colaborar com a equipe gestora na elaboração de medidas pedagógicas para os casos de indisciplina, bem como acompanhar o encaminhamento à Rede de Proteção Social dos Direitos das Crianças e Adolescentes, quando necessário;
- XXIV acompanhar e fiscalizar junto ao Conselho Escolar as obras e serviços de engenharia nas Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual, bem como criteriosamente acompanhados pela Direção;
- XXV atualizar o acervo legal, acompanhando possíveis alterações na legislação relativa a constituição da Associação de Pais, Mestres e Funcionários;
- XXVI acompanhar e manter atualizado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e demais documentos exigidos pela Receita Federal, a RAIS junto ao Ministério do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos do Instituto Nacional de Seguro Social, o cadastro da Associação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para a solicitação de Certidões Negativas, Declaração de Imposto de Renda, e-Social, Instituições Financeiras, documentos exigidos em Cartório e outros documentos da legislação vigente, sendo de inteira responsabilidade da Associação informar as alterações ocorridas;
- XXVII celebrar convênios com o Poder Público para o desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos e programas nas Instituições de Ensino, apresentando plano de aplicação e mediante prévia informação à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - Seed, bem como a prestação de contas de recursos públicos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, nos moldes do parágrafo único do art.70, e art.75, da Constituição Federal;
- XXVIII celebrar contratos administrativos com o Poder Público nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei nº 15.608/2007 - Lei Estadual de Licitações - prestando contas ao TCE/PR, bem como celebrar contratos com pessoas jurídicas e pessoas físicas, de direito privado, em conformidade com a legislação vigente e mediante prévia informação à



Secretaria de Estado da Educação e do Esporte;

XXIX celebrar termo de cooperação técnica com o Poder Público nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei nº 15.608/2007 - Lei Estadual de Licitações - ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

CAPÍTULO IV – DO QUADRO SOCIAL, DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES DOS ASSOCIADOS

Art. 116 O quadro social da Associação de Pais, Mestres e Funcionários será constituído por número ilimitado de associados efetivos e associados colaboradores, devidamente qualificados na Ata da Assembleia de constituição.

§ 1º Serão associados efetivos:

- I Diretor e Diretor Auxiliar da Instituição de Ensino;
- II professores e demais funcionários da Instituição de Ensino;
- III pais ou responsáveis legais;
- IV estudantes maiores de 18 (dezoito) anos de idade e, se menores emancipados nos termos da Lei Civil brasileira, regularmente matriculados na Instituição de Ensino.

§ 2º Serão associados colaboradores:

- I. ex-diretor da Instituição de Ensino;
- II. ex-pais ou responsáveis de ex-estudantes;
- III. ex-estudantes maiores de 18 anos de idade e, se menores, emancipados nos termos da Lei Civil brasileira.
- IV. ex-professores/servidores da escola;
- V. membros da comunidade que desejam contribuir voluntariamente com a Instituição de Ensino.



§ 3º Na categoria professor são considerados para efeitos deste Estatuto todos os professores e especialistas em exercício na instituição escolar.

§ 4º Os associados das categorias: efetivos e colaboradores não poderão exercer seus cargos eletivos se não estiverem no gozo de seus direitos Cíveis e Estatutários.

§ 5º Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

§ 6º Requisitos para admissão, demissão e exclusão de associados:

- I. serão admitidos como associados pessoas que não tenham impedimentos legais;
- II. serão afastados os associados que fizerem o pedido de demissão voluntariamente diante protocolização;
- III. serão afastados, automaticamente, os associados que perderem o vínculo natural com a escola, ou
- IV. por ato da Diretoria, quando as ações do associado forem incompatíveis com os objetivos da Associação, após facultado amplo direito de defesa.
- V. serão excluídos os associados em função: da destruição do patrimônio da associação, ofensa física ou por atitude preconceituosa, constituindo justa causa, conforme art. 57, do Código Civil, observando que seja assegurado o direito de defesa e de recursos, nos termos previstos neste Estatuto;
- VI. serão destituídos dos cargos da Diretoria, os membros que não tiverem mais o filho(a) matriculado(a) na Instituição de Ensino e professor (a) ou funcionário (a) que não faz mais parte da Instituição.
- VII. O Presidente será destituído do cargo da APMF quando deixar de exercer também o cargo de diretor na Instituição de Ensino a qual a Associação pertence;

Art. 117 São direitos dos associados:

- I. conhecer este Estatuto;



- II. propor sugestões de interesse da comunidade escolar;
- III. participar de promoções e atividades realizadas pela Associação;
- IV. votar e ser votado;
- V. conhecer as propostas de aplicação de recursos financeiros e suas prestações de contas;
- VI. solicitar, em Assembleia Geral, esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da Associação e dos atos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- VII. apresentar novos integrantes para a ampliação do quadro social;
verificar a qualquer momento que se fizer necessário, livros e documentos da Associação;
receber informações sobre as orientações pedagógicas da escola e o ensino ministrado aos estudantes;
- VIII. demitir-se quando julgar conveniente, mediante manifestação expressa, e por escrito, por meio de endereçamento à Associação, datada e assinada.

Art. 118 São deveres dos associados:

- I. cumprir e fazer cumprir o Estatuto, assim como as decisões das assembleias e dos demais órgãos dirigentes da Associação;
- II. participar das reuniões para as quais forem convocados;
- III. desempenhar, com dignidade, os cargos para os quais foram eleitos;
- IV. IV colaborar, dentro de suas possibilidades, na realização das atividades da Associação;
- V. Associação;
- VI. tratar com respeito a todos os integrantes da comunidade escolar;
- VII. cuidar do patrimônio da Instituição de Ensino;
- VIII. quando necessário, colaborar na solução dos problemas do estudante, professor e funcionário da Instituição.

Art. 119 Fica proibido aos associados:

- I. tomar decisões individuais que interfiram no processo pedagógico, financeiro e administrativo da instituição escolar;



- II. expor pessoa ou grupo a situações vexatórias;
- III. transferir a outrem o desempenho do encargo que lhe foi confiado;
- IV. interferir no trabalho de qualquer profissional no âmbito escolar;
- V. divulgar assuntos que não se destinem a domínio público, tratados nas Assembleias da Associação.

Art. 120 O associado que deixar de cumprir as disposições deste Estatuto ficará sujeito às seguintes medidas disciplinares:

- I advertência verbal, em particular, aplicada pelo Presidente da Associação, nos casos previstos do art.12, incisos II, III e IV;
- II advertência verbal em Assembleia Geral, com registro em ata e ciência do advertido, nos casos previstos do art.12, incisos I e V;
- III repreensão por escrito, aplicada pelo Presidente da Associação e ciência do advertido, nos casos de reincidência previstos no art. 12, incisos II, III e IV;
- IV afastamento do associado, por meio de registro em ata, em Assembleia Geral, nos casos de reincidência previstos no art. 12, incisos I e V;
- V nenhuma das medidas disciplinares anteriormente descritas poderão ser aplicadas sem prévia defesa por parte do associado.

CAPÍTULO V

Seção I – Da Organização Administrativa E Representativa

Art. 121 São órgão administrativos e deliberativos da Associação de Pais, Mestres e Funcionários:

- I. a Assembleia Geral;
- II. a Diretoria;
- III. o Conselho Fiscal.

Art. 122 Os membros eleitos para compor quaisquer dos órgãos referidos no artigo anterior são empossados mediante assinatura do termo de posse no livro de



Ata da Assembleia Geral.

Art. 123 A Associação não remunera, sob quaisquer formas, os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

Seção II – Da Assembleia Geral

Art. 124 A Assembleia Geral, órgão superior de deliberação, nos termos deste Estatuto, é constituída pela totalidade dos associados, convocada e presidida pelo Presidente da Associação;

Parágrafo único. A Assembleia Geral é soberana em todas as suas decisões, desde que obedecidos os princípios e normas legais.

Art. 125 A Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, no início de cada semestre letivo, preferencialmente nos meses de março e agosto, sempre que houver repasse de recurso financeiro ou sempre que houver necessidade, podendo ser convocada por seu Presidente, pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou por solicitação de dos associados efetivos ou da totalidade dos associados;

Art. 126 A Assembleia Geral será instalada em primeira convocação, com a presença da maioria simples de seus membros componentes e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número, desde que convocada desta forma;

Art. 127 Compete à Assembleia Geral:

- I fundar a Associação;
- II eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, desde que seja especialmente convocada para esse fim;
- III definir as atribuições da Diretoria, conforme o presente Estatuto e outras, quando deliberadas em Assembleia;
- IV decidir sobre a dissolução da Associação;



- V promover alterações ou reformular seu Estatuto, previamente comunicadas à Secretaria de Estado da Educação e Esporte e desde que seja especialmente convocada para esse fim;
- VI conhecer e emitir parecer favorável ou não, sobre a aprovação do balanço, prestação de contas de execução financeiras e relatórios financeiros referentes ao exercício findo;
- VII destituir secretário, tesoureiro ou seus respectivos suplentes e membros do Conselho Fiscal, bem como o Presidente - desde que acolhido pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

Parágrafo único. As deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas por metade mais um dos associados presentes.

Art. 128 A Assembleia Geral Ordinária será constituída pela totalidade dos integrantes convocada e presidida pelo Presidente da Associação com mínimo 03(três) dias úteis de antecedência, por meio de edital impresso, afixado em local visível e de passagem, de comunicado impresso enviado a todos integrantes e de edital e comunicado eletrônico divulgados via site da escola no Portal Dia a Dia Educação.

Parágrafo único — A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá, 02 (duas) vezes por ano, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos associados, ou em segunda convocação, 30(trinta) minutos depois, com qualquer número.

Art. 129 Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- I eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, podendo, também, preencher cargos vagos ou criar novos, com exceção do Presidente e Vice-presidente, da Diretoria, cujos cargos serão respectivamente do Diretor e Diretor Auxiliar da Instituição de Ensino;
- II discutir e aprovar o Plano Anual de Trabalho da Associação, o Plano de Aplicação de Recursos, a Prestação de Contas, do exercício findo, e o Relatório Anual, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e parecer



do Conselho Escolar;

III deliberar sobre assuntos gerais de interesse da Associação constantes do Edital de convocação.

Art. 130 A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo Presidente da Associação, ou por 2/3 dos membros do Conselho Fiscal, ou por 1/3 de todos os associados.

Art. 131 Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- I. deliberar sobre os assuntos não previstos neste Estatuto;
- II. deliberar sobre as modificações deste Estatuto e homologá-las em Assembleia Geral convocada para este fim;
- III. convocar reunião para eleger novos membros, no caso de vacância, ausência e impedimentos superiores a 30 (trinta) dias consecutivos por renúncia, destituição, afastamento compulsório ou morte do titular para os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal;
- IV. deliberar sobre a dissolução da Associação em Assembleia convocada especificamente para este fim;
- V. decidir em Assembleia convocada especificamente para este fim, sobre a prorrogação de mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias consecutivos (salvo nos casos de emergência em saúde pública) como nos casos em que esteja vencido e as eleições regulamentares não tenham sido ou estejam impedidas de ser realizadas.
- VI. indicar em Assembleia os cargos da Diretoria (exceto os cargos de Presidente, Vice-presidente) e Conselho Fiscal que estiverem em vacância, cujo período de mandato ainda não tenha sido finalizado, para a substituição dos integrantes até o fim do mandato vigente, constando em ata que deverá ser registrada em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

Parágrafo único. Sempre que justificado, poderá ser convocada Assembleia



Geral Extraordinária da Associação, pelo Presidente, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos integrantes, 02 (dois) dias úteis de antecedência, por meio de editais impressos, afixados em locais visíveis a todos os integrantes e editais e comunicados eletrônicos, divulgados em rede virtual.

Seção III – Da Diretoria

Art. 132 A Diretoria da Associação de Pais, Mestres e Funcionários será composta por:

- I Presidente – diretor da Instituição de Ensino;
- II Vice-presidente – diretor auxiliar da Instituição de Ensino;
- III 1º e 2º tesoureiros – pais e/ou responsável legal do estudante;
- IV 1º e 2º secretários – professor ou funcionário da Instituição de Ensino;

§ 1º O diretor da instituição de ensino como parte integrante da Diretoria é representante da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte é o responsável em gerenciar, perante as instituições bancárias, os recursos públicos repassados à Associação, assim como os recursos próprios.

§ 2º O Vice-presidente será o Diretor Auxiliar, sendo que nas instituições onde não houver Diretor Auxiliar, será um membro da comunidade escolar, eleito.

§ 3º Os cargos de tesoureiros serão privativos de pais, e/ou responsáveis legais de estudantes matriculados com frequência regular, vedados aos Servidores Públicos Estaduais, Municipais ou Federais ativos.

§ 4º Os cargos de secretários serão atribuídos a professor (a) e/ ou funcionário (a) da Instituição de Ensino, de modo a respeitar a paridade.

Art. 133 Compete à Diretoria:

- I. elaborar o plano anual de atividades submetendo-o à aprovação do Conselho Fiscal, Assembleia Geral, após ouvido o Conselho Escolar da



Instituição de Ensino;

- II. gerenciar os recursos financeiros de acordo com o previsto no plano de aplicação e ou planilha aprovada na Assembleia Geral, órgão competente para acompanhar, aprovar o plano de aplicação e referendar a aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros;
- III. colocar em execução o plano anual de atividades e as deliberações aprovadas em Assembleia Geral, bem como as atividades necessárias para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino;
- IV. encaminhar ao Conselho Fiscal o balanço, prestação de contas e relatórios financeiros, para aprovação, após parecer da Assembleia Geral;
- V. enviar ao órgão competente na Secretaria de Estado da Educação e do Esporte a prestação de contas dos recursos públicos recebidos e aplicados, na forma da lei, para análise e aprovação, após apreciação do Conselho Fiscal;
- VI. exercer atribuições previstas neste Estatuto e as que lhe forem legalmente conferidas;
- VII. divulgar este Estatuto e assegurar transparência em todas as suas ações;
- VIII. elaborar os relatórios semestrais encaminhando-os à apreciação do Conselho Fiscal, à Assembleia Geral Extraordinária convocada para tal fim e ao Conselho Escolar;
- IX. convocar Assembleia Geral Extraordinária em caso de necessidade;
- X. realizar o cancelamento do CNPJ junto aos órgãos competentes quando da cessação da Instituição de Ensino a qual está vinculada, não sendo permitido utilizar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica associando-se a outras Instituições de Ensino municipal, estadual ou federal.
- XI. manter válido os mandatos da Associação, sem interrupção;
- XII. adotar procedimentos de emergência não previstos neste Estatuto, submetendo-os à aprovação do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;
- XIII. elaborar o relatório anual encaminhando-o para apreciação do Conselho



Fiscal, do Conselho Escolar e da Assembleia Geral;

- XIV. gerir os recursos da Associação no cumprimento de seus objetivos e realizar a prestação de contas, nos termos legais;
- XV. responsabilizar-se pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em lei, aos órgãos competentes da Administração Pública;
- XVI. atualizar a documentação legal da APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar, junto ao Núcleo Regional de Educação – NRE, sempre que houver alteração e/ou for solicitado;
- XVII. providenciar as documentações necessárias para a obtenção da Lei de Utilidade Pública para a Associação junto à Câmara Municipal.

Art. 134 As decisões da Diretoria devem ser tomadas em reuniões, pela maioria dos presentes, por votação, com a presença de pelo menos a metade mais um de seus membros e constar em livro ata próprio da Associação.

Art. 135 Ao Presidente cabe:

- I. coordenar as ações da Diretoria;
- II. cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- III. representar ativa e passivamente, judicialmente e extrajudicialmente a Associação;
- IV. convocar e presidir todas as reuniões e Assembleias Gerais;
- V. exercer todos os atos da administração;
- VI. estar acompanhado do 1º tesoureiro da Associação quando da abertura de contas bancárias e movimentações financeiras;
- VII. assinar com o secretário, todas as atas das reuniões e das Assembleias;
- VIII. autorizar o pagamento das despesas da Associação, visando os respectivos comprovantes;
- IX. apresentar, no encerramento do ano, o relatório da sua gestão;
- X. assinar com o 1º tesoureiro os balancetes financeiros, balanços anuais e a previsão orçamentária.



- XI. movimentar, juntamente com o 1º tesoureiro, as obrigações mercantis, assinar cheques, balanços e outros documentos com a ratificação do Conselho Fiscal que importem em responsabilidades financeiras ou patrimoniais para a Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar ou por meio eletrônico, inclusive vistar os livros de escrituração;
- XII. gerenciar juntamente com o 1º tesoureiro os recursos advindos de contribuições voluntárias, festas, entre outros, em prol da instituição escolar;
- XIII. informar à Diretoria e Conselho Fiscal da Associação, por meio de comunicado impresso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, seu afastamento da Associação, que não poderá exceder a 30 (trinta) dias consecutivos, registrando-se o fato em ata;
- XIV. exercer demais atribuições previstas neste Estatuto ou que forem conferidas pela Diretoria.
- XV. abrir contas e movimentar os recursos financeiros públicos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE repassados para a Associação, assinando cheques e outros documentos;
- XVI. na hipótese da movimentação dos recursos públicos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente da Associação da Instituição de Ensino a utilização desses meios de pagamentos, transferências, saques, emitir extratos, enfim, realizar todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores;
- XVII. fazer cumprir os planos de aplicação de recursos financeiros, devidamente aprovados;
- XVIII. submeter à Assembleia Geral, para aprovação, o planejamento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros públicos repassados a Associação;
- XIX. submeter à Assembleia Geral, as decisões da Diretoria que forem



contrárias às finalidades da Associação ou que ferirem o Regimento da Escola;

- XX. gerenciar juntamente com o 1º tesoureiro os recursos advindos de contribuições voluntárias, festas, entre outros, em prol da Instituição Escolar;
- XXI. estimular a participação de toda a comunidade escolar nas atividades da Associação;
- XXII. promover, em conjunto com os membros da Diretoria, atividades diversificadas que possam interessar a todos os integrantes efetivos, de acordo com o Projeto Político Pedagógico - PPP e o Plano de Ação anual da instituição e da Associação;

§ 1ª Em caso de ausência ou afastamento temporário do Diretor e/ou Diretor Auxiliar, uma pessoa indicada e aprovada pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte assumirá o cargo, sendo necessários, para gerenciamento de recurso financeiros, a publicação no Diário Oficial do ato de nomeação ou designação do servidor;

§ 2º O Diretor substituído deverá apresentar um parecer ao novo Diretor informando sobre a situação dos repasses financeiros de recursos públicos repassados para a Associação;

Art. 136 Ao Vice-presidente cabe:

- I. exercer as funções que lhe forem atribuídas;
- II. substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos ou licenças, por até 30 (trinta) dias consecutivos, bem como no caso de vacância do cargo;
- III. auxiliar ou substituir o titular da presidência em definitivo, no caso da vacância do cargo até o final do mandato para o qual foram eleitos;

Art. 137 Ao 1º secretário cabe:

- I. redigir e expedir documentação da Associação;
- II. lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;



- III. organizar e manter arquivos e livros atualizados;
- IV. organizar e manter atualizados o cadastro dos associados;
- V. atender ao expediente em geral, firmado a correspondência ordinária e dirigir a secretaria da Associação;
- VI. redigir e ler as atas das reuniões e das Assembleias Gerais, assinando-as com o Presidente.
- VII. exercer demais atribuições previstas neste Estatuto ou que forem conferidos pela Diretoria.
- VIII. arquivar, por tempo legal, notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela Associação, especificando a origem dos valores recebidos e arrecadados, devidamente preenchidos, responsabilizando-se por sua guarda.

Art. 138 Ao 2º secretário cabe:

- I. auxiliar ao 1º secretário e representá-lo em seus impedimentos;
- II. exercer as funções que lhe forem atribuídas;
- III. exercer demais atribuições previstas neste Estatuto ou que forem conferidas pela Diretoria;
- IV. organizar relatórios semestrais e anual de atividades;
- V. zelar pela conservação e manter atualizados os documentos da Associação;
- VI. encaminhar aos integrantes da associação os comunicados da diretoria da Associação;
- VII. organizar e manter atualizados o cadastro dos associados;
- VIII. arquivar por tempo legal, notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela Associação, especificando a origem dos valores recebidos e arrecadados, devidamente preenchidos, responsabilizando-se por sua guarda.
- IX. substituir o 1º secretário em definitivo, no caso de vacância, até o final do mandato para o qual foram eleitos;

Art. 139 Ao 1º tesoureiro cabe:



- I. assinar junto com o Presidente da APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar, as obrigações mercantis, cheques, balanços e outros documentos que importem responsabilidade financeira ou patrimonial;
- II. promover a arrecadação e fazer a escrituração contábil das contribuições dos integrantes e demais receitas da APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar, em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros;
- III. responsabilizar-se pela arrecadação, controle da receita e das despesas de qualquer natureza, pertencentes à Associação;
- IV. apresentar mensalmente à Diretoria o balancete da receita e despesa;
- V. assinar recibos, escriturar livro-caixa, emitir mensalmente e anualmente o balancete financeiro e a previsão orçamentária;
- VI. visar todos os documentos contábeis da Associação.
- VII. gerenciar juntamente com o Presidente, os recursos advindos de contribuições voluntárias, festas, entre outros em prol da Instituição Escolar;
- VIII. exercer demais atribuições previstas neste Estatuto ou que forem conferidos pela Diretoria;
- IX. fazer balanço semestral e prestação de contas ao término de cada exercício, submetendo-os à análise e à apreciação do Presidente, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, respectivamente;
- X. responsabilizar-se pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em lei aos órgãos competentes da Administração Pública;
- XI. apresentar para aprovação em Assembleia Geral a prestação de contas da Associação;
- XII. fazer a prestação de contas perante a Administração Pública quando houver solicitação;
- XIII. fazer, quando necessário, no mínimo 3 (três) cotações de preços e



licitações.

Art. 140 Ao 2º tesoureiro cabe:

- I. auxiliar o 1º tesoureiro e substituí-lo em eventuais impedimentos;
- II. exercer as funções que lhe forem atribuídas;
- III. substituir o 1º tesoureiro em definitivo, no caso de vacância, até o final do mandato para o qual foram eleitos;

Art. 141 Constitui infração disciplinar aos membros da Diretoria:

- I deixar de prestar contas à Assembleia Geral dentro dos prazos previstos;
- II exercer funções quando estiver legalmente impedido de fazê-lo;
- III valer-se da função exercida para obter proveito pessoal ou a terceiros em detrimento dos interesses da Associação;
- IV utilizar os bens da Associação em assuntos particulares;
- V constranger ou impedir que os membros da Diretoria exerçam plenamente suas funções;
- VI omitir ou sonegar informações sobre a situação financeira, contábil e administrativa aos integrantes da Associação;
- VII praticar usura em todas as suas formas;
- VIII não realizar os procedimentos cabíveis e necessários para a dissolução da Associação, em razão da cessação das atividades da Instituição de Ensino;
- IX deixar de atender aos dispositivos do presente Estatuto

Art. 142 As medidas disciplinares aplicáveis são:

- I destituição da função, nos casos previstos do art. 34, incisos II, VI, VII;
- II repreensão por escrito, nos casos previstos no art. 34, incisos I e X;
- III suspensão de até 90 (noventa) dias, nos casos previstos no art. 34, inciso V;
- IV. destituição, nos casos previstos no art.34, incisos III, IV, VIII, e passível de encaminhamento para providências em âmbito judicial;



V responsabilização junto aos órgãos competentes, a saber: Seed, Tribunal de Contas e Receita Federal, para as devidas providências, sendo passível de decisões em âmbito judicial, nos casos previstos no art. 34, inciso IX.

Parágrafo único. Nos casos em que couber reincidência, haverá encaminhamento de providências ao âmbito judicial por meio dos órgãos competentes.

Seção VI – Do Conselho Fiscal

Art. 143 O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e seus suplentes, todos escolhidos por meio de processo eletivo, sendo 02 (dois) pais de estudantes devidamente matriculados e um representante dos profissionais da educação, detentor de cargo efetivo.

Parágrafo único. Estudantes maiores de 18 anos poderão ocupar o cargo previsto no artigo 36 quando a Instituição de Ensino se tratar de Educação de Jovens e Adultos.

Art. 144 Ao Conselho Fiscal cabe:

- I. fiscalizar a movimentação financeira da Associação: entrada, saída e aplicação de recursos, examinados contas, livros, registros e documentos referentes ao exercício, emitindo pareceres que serão anexados no relatório anual da Diretoria;
- II. examinar e julgar o Plano de Ação anual, sugerindo alterações, se necessário;
- III. convocar Assembleias Gerais Ordinárias, quando a Diretoria retardar a convocação e, extraordinariamente, sempre que necessário;
- IV. auxiliar a Diretoria na orientação e gerência da Associação;
- V. propor sugestões e recomendações à Diretoria da Associação;
- VI. comunicar à Assembleia Geral Extraordinária eventuais irregularidades, sugerindo medidas corretivas;



- VII. participar sempre que convocado ou convidado das reuniões da Diretoria;
- VIII. opinar por escrito sobre representações e atividades dos associados;
- IX. eleger seu Presidente e secretário, entre seus membros titulares;
- X. reunir-se sempre com no mínimo, três conselheiros;
- XI. emitir relatório circunstanciado quando não aprovar as prestações de contas, de recursos públicos, para ser encaminhado à Secretaria Estadual de Educação e do Esporte, juntamente com a prestação de contas, para as devidas providências;

Art. 145 Quando o Conselho Fiscal não convocar os substitutos no caso de vacância o Presidente da Associação deve fazê-lo.

Art. 146 Todas as deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas em Assembleia da qual será lavrada ata em livro próprio da Associação.

CAPÍTULO VI – DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Art. 147 A contribuição social voluntária será:

- I sempre facultativa, não podendo ser atrelada à matrícula do estudante;
- II fixada em reunião de Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Escolar, com a presença da maioria de seus membros, no início do ano letivo;
- III recolhida mediante recibos numerados, emitidos em duas vias, sendo uma via para o integrante contribuinte e a outra para a Tesouraria da Associação;
- IV fixada por família, independente do número de filhos matriculados na Instituição de Ensino;

§ 1º Caso a contribuição anual seja superior ao limite fixado de 10% do salário mínimo vigente, deverá ser fornecido aos pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do (a) estudante, professores e funcionários, um recibo de contribuição social e um recibo a título de doação, com a diferença de valor.



§ 2º O total arrecadado com as contribuições voluntárias será depositado em estabelecimento bancário, em conta vinculada a APMF, a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente e Tesoureiro da Associação, devendo ser ratificada por um dos pais do Conselho Fiscal escolhido pelos demais.

§ 3º Os recursos arrecadados serão utilizados para a melhoria da qualidade do ensino e no atendimento às necessidades dos estudantes, ouvido o Conselho Escolar, em consonância com o PPP da Instituição de Ensino e constar no Plano Anual de Trabalho da APMF.

§ 4º No início do ano letivo, após o encerramento do período destinado às matrículas, serão estabelecidas as formas e o tempo destinado para a realização da contribuição voluntária.

§ 5º A contribuição voluntária não pode ser objeto de coerção, observando a legislação que normatiza a matrícula nas Instituições de Ensino da rede pública de ensino, podendo acontecer em qualquer época do ano letivo.

§ 6º O caráter facultativo da contribuição social voluntária não isenta do dever moral, segundo as possibilidades financeiras, da cooperação para o fundo financeiro da Associação.

§ 7º A contribuição social voluntária poderá ser em moeda corrente ou em outras formas de arrecadação, tais como: materiais de consumo e de expediente e serviços.

§ 8º O descumprimento dos dispositivos elencados neste capítulo ensejará responsabilidade civil dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal da APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar cabendo a defesa com recursos.



CAPÍTULO VII - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 148 Constituem recursos financeiros da Associação:

- I. recursos financeiros públicos como os repasses do PDDE;
- II. subvenções e auxílios repassados/ eventualmente concedidos pela União, Estado, Município, por particulares e entidades públicas ou privadas, associações de classe e outras;
- III. recursos próprios por meio de receita oriunda de eventos e promoções diversas legalmente permitidas/ em conformidade com a legislação vigente;
- IV. recursos próprios por meio das contribuições voluntárias dos estudantes, pais ou responsáveis;
- V. juros bancários e correções monetárias provenientes de aplicações em Caderneta de Poupança e/ou Conta Corrente;
- VI. investimentos e operações monetárias previamente autorizados pelo Conselho Fiscal e Conselho Escolar;
- VII. recursos próprios por meio da exploração da Cantina Comercial, respeitando legislação específica.

Art. 149 Os recursos financeiros próprios da Associação deverão ser movimentados por meio de cheques nominais assinados pelo Presidente da Associação e/ou pelo Tesoureiro, ou mediante ordens bancárias.

Parágrafo único. Os recursos do PDDE serão depositados em conta a ser aberta pelo FNDE, em banco e agência, com os quais a Autarquia mantenha parceria e a movimentação bancária efetuada por meio do cartão magnético do PDDE, tendo por titular um único representante legal, o Presidente da Associação, sendo a senha de uso individual e intransferível.

Art. 150 Os recursos financeiros da Associação, serão depositados em conta mantida em estabelecimento bancário, autorizado pelo Banco Central do Brasil a atuar no mercado financeiro, efetuando-se sua movimentação por meio de cheques



nominais ou ordens de pagamento ao credor, emitidos pelo Presidente e pelo Tesoureiro.

Parágrafo único. Os recursos repassados pela União ou pelo Estado serão movimentados pelo Presidente da APMF.

Art. 151 Os associados não responderão subsidiariamente pelas obrigações da Associação, contudo respondem solidariamente, pela utilização indevida dos recursos e pelas dívidas contraídas durante seu mandato, os membros da Diretoria que autorizarem a despesa ou efetuarem o pagamento, respondendo também, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Art. 152 A Associação poderá, a qualquer tempo, sofrer intervenção das autoridades da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, decorrentes de indícios ou denúncias de irregularidades na execução financeira de seus recursos, desde que respeitados os critérios para a apuração das irregularidades, conforme artigos 61-69.

Art. 153 Caberá ao Conselho Fiscal acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação de todos os recursos financeiros da Associação.

CAPÍTULO VIII – DO PATRIMÔNIO

Art. 154 O patrimônio da APMF é constituído pelos bens móveis, incorporando qualquer título:

- I. os bens permanentes adquiridos pela Associação, assim como os valores da Associação, devem ser obrigatoriamente contabilizados, inventariados em livro próprio e cadastrados no sistema de patrimônio da SEAP, incorporados ao patrimônio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – Seed, por intermédio de relatório de incorporação – RI, ao NRE, ficando sob a responsabilidade da Diretoria e do Conselho Fiscal e permanecendo uma cópia atualizada do registro na Direção da Instituição



de Ensino;

- II. a Associação deve manter em dia o cadastro de seu patrimônio;
- III. a compra, venda ou doação do todo ou de parte do patrimônio da Associação deverá ser decidida em Assembleia Geral pela maioria dos votos;
- IV. manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros contábeis;
- V. entregar após eleição de posse da nova diretoria, os documentos relativos aos bens patrimoniais e todo o material pertencente à Associação;

Parágrafo único — O patrimônio público não integrará o patrimônio da Associação, em nenhuma hipótese.

CAPÍTULO IX – DAS ELEIÇÕES

Art. 155 O mandato da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação terá a mesma duração do mandato da Direção da Instituição de Ensino, sendo que novas eleições devem ser realizadas ao término do mandato da Associação e permitida uma única reeleição consecutiva;

Art. 156 O processo de eleição da Associação será organizado por uma Comissão Eleitoral Escolar representativa dos segmentos de professores, funcionários, pais e/ou responsáveis legais e estudantes, escolhidos em Assembleia Geral.

§ 1º No edital de convocação, para as eleições da APMF deve constar as datas da primeira e segunda Assembleias, sendo que as duas reuniões devem ser realizadas no intervalo de 30 (trinta) dias, antes do término da gestão vigente;

§ 2º A primeira Assembleia Geral para as eleições deverá ser convocada com mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência para esclarecer à comunidade escolar e local sobre os objetivos, atribuições da Associação, atribuições dos membros,



constituição, representatividade, eleição e importância da Associação no processo de fortalecimento da autonomia da escola;

§ 3º Na segunda Assembleia Geral para as eleições apresentar e/ou compor a (as) chapa (s), (se necessário, durante a Assembleia Geral) que concorrerão às eleições, incluindo os membros do Conselho Fiscal, devendo ser apresentadas por escrito à comissão eleitoral, compondo-se no mínimo, uma chapa completa, definindo prazo para apresentação de novas chapas;

§ 4º Para a composição das chapas podem se candidatar para os cargos da Diretoria (1º e 2º tesoueiros) os pais ou responsáveis que não possuem filhos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental (para as instituições de ensino que ofertam somente o Ensino Fundamental) e/ou anos finais do Ensino Médio, a fim de que não haja interrupção do tempo de mandato;

§ 5º Os cargos de Presidente e Vice-presidente da Associação serão ocupados pelo Diretor da Instituição de Ensino e Diretor Auxiliar, independente da chapa eleita para a ocupação dos demais cargos;

§ 6º A comissão eleitoral organizadora do processo eleitoral não poderá ser composta por candidatos a membros da Associação;

§ 7º Escolher durante a Assembleia Geral, a comissão eleitoral que será composta por presidente, secretário e suplentes, sendo os cargos preenchidos por pais e/ou responsáveis, professores e funcionários, paritariamente;

§ 8º É de competência e responsabilidade desta Comissão todo o controle do processo eleitoral, devendo:

- I emitir o edital de abertura do processo eleitoral, fixando-a nas dependências da escola;
- II encarregar-se das informações, da apuração e da divulgação;
- III definir em Assembleia Geral, data, local e horário para as eleições com



antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Art. 156 A eleição dos membros da Associação, titulares e suplentes, será realizada por voto direto e secreto e definidas em edital o período de inscrição, data, hora e local de votação;

Parágrafo único. A data da eleição deve anteceder em até 02(dois) dias úteis ao término do mandato vigente da Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 157 Têm direito a voto os profissionais da educação em efetivo exercício na escola, estudantes maiores matriculados com frequência regular, pais e/ou responsáveis dos estudantes menores e representantes dos movimentos sociais organizados da comunidade local;

§ 1º Serão considerados em efetivo exercício e, portanto, com direito a voto, os servidores que estiverem afastados com amparo da Lei nº 6.174/70 (licença-gala, férias, licença-nojo, licença-especial, licença para tratamento de saúde, licença maternidade);

§ 2º Os servidores do Processo Seletivo Simplificado - PSS e os servidores substitutos terão direito a voto desde que não estejam substituindo os servidores afastados em decorrência da Lei nº 6.174/70 (licença-gala, férias, licença-nojo, licença-especial, licença para tratamento de saúde, licença maternidade);

§ 3º Na categoria pais e/ou responsáveis, o voto será um por família, (pai, ou mãe ou representante legal), independente do número de filhos matriculados na escola);

§ 4º Na categoria estudantes, terão direito à voto, aqueles com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, desde que tenham sido responsáveis pela efetivação da matrícula e frequência regular;



§ 5º Não serão aceitos votos por procuração.

Art. 158 A solicitação de impugnação do processo eleitoral deverá ser representada, por escrito, embasada em documentos e motivos explicativos relevantes, ao atual presidente da comissão eleitoral ou a quem por ele designado, até às 18 horas do 1º dia subsequente ao pleito.

Parágrafo único. As deliberações das Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária serão aprovadas por maioria simples dos integrantes presentes, com registro em ata.

Art. 159 Mesmo havendo somente uma chapa inscrita, a eleição deve ser realizada através de votação secreta.

Art. 160 A posse dos membros eleitos dar-se-á em reunião especialmente convocada para esse fim e no dia imediatamente subsequente ao término da gestão anterior.

Art. 161 O ato de posse dos membros eleitos consistirá de:

- I. ciência do Estatuto, mediante leitura das atribuições que lhes competem;
- II. ciência do Projeto Político-pedagógico da Escola;
- III. assinatura da Ata e Termo de Posse.

Art. 162 O mandato será cumprido integralmente, no período para o qual os membros forem eleitos, exceto em caso de destituição ou renúncia.

Art. 163 No caso de vacância de qualquer um dos cargos será indicado representante do cargo em vacância, para complementação do mandato em vigor, obedecidas as disposições deste Estatuto, conforme incisos VI e VII do art.24.



CAPÍTULO X – DA TRANSMISSÃO DE MANDATO

Art. 164 A Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos, tomarão posse em até 02 (dois) dias úteis após a eleição:

§ 1º A diretoria anterior terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a prestação de contas de sua gestão, bem como proceder a entrega de toda documentação (conforme Anexo I e Anexo III), referente à Associação, sendo obrigatória a presença do Presidente, 1º tesoureiro, 1º secretário, Conselho Fiscal, de ambas Diretorias, sendo devidamente registrada em Ata.

§ 2º O Presidente da APMF deverá apresentar a situação das prestações de contas referente aos recursos públicos recebidos pela Associação, bem como os recursos próprios da Associação, indicando a agência e conta bancária nas quais os recursos financeiros foram movimentados;

§ 3º A nova Diretoria deverá analisar em reunião toda a documentação recebida, preencher o Termo de Recebimento (Anexo II) e dar parecer de aceitação das contas. Em caso de dúvidas ou detectadas irregularidades, solicitar esclarecimento e/ou providências à gestão anterior, mediante ofício, em duas vias, com recebimento em até 15 (quinze) dias, registrando em ata as conclusões.

§ 4º Caso sejam descumpridos os dispositivos dos parágrafos 1º e 2º, a Diretoria eleita encaminhará imediatamente à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte cópia das atas para providências

§ 5º A composição da Associação deverá ser oficializada obrigatoriamente ao Núcleo Regional de Educação a que a Instituição de Ensino pertence, e aos demais órgãos que exerçam controle de acompanhamento e fiscalização, em face dos recursos públicos repassados a Associação, bem como às Agências Bancárias em que são movimentados seus numerários.



§ 6º Após a posse da Diretoria eleita, os documentos referentes à eleição deverão ser encaminhados ao Núcleo Regional de Educação, no prazo de até (05) cinco dias úteis (Ata de eleição, Ata de Posse e Estatuto).

CAPÍTULO XI – DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 165 A dissolução da Associação ocorrerá:

- I. por manifestação de no mínimo $\frac{2}{3}$ de seus associados, em Assembleia Geral, convocada extraordinariamente para este fim, quando houver motivos que impeçam a sua continuidade;
- II. por cessação da Instituição de Ensino;
- III. por decisão judicial, transitada em julgado;
- IV. por ocasião da cessação da Escola, a Associação deverá, obrigatoriamente, ser cessada também.

Parágrafo único - Para a cessação da Associação a Diretoria deverá:

- a) encaminhar ata da Assembleia Geral com relação do patrimônio da escola ao setor responsável pelo patrimônio na Secretaria de Estado da Educação e do Esporte;
- b) encerrar todas as contas bancárias de movimentação de recursos próprios da Associação;
- c) regularizar as prestações de contas que foram objetos de execução de responsabilidade da Diretoria;
- d) transferir os bens patrimoniais ao órgão competente da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ou órgão indicado pela mesma;
- e) em caso de dissolução, todos os bens móveis, imóveis e valores de qualquer espécie reverterão em benefício da instituição de ensino, de acordo com os critérios definidos em Assembleia Geral Extraordinária;
- f) o remanescente do patrimônio líquido da Associação será destinado à entidade sem fins lucrativos, podendo ser outra Associação, ou por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.



- g) requerer a baixa do Estatuto no Cartório competente de registro dos atos constitutivos da referida Associação;
- h) efetuar a baixa do CNPJ da Associação junto à Receita Federal do Brasil; assim como desvincular o nome do Presidente da Associação;
- i) encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, ata de cessação da APMF e baixa do CNPJ;
- j) solicitar ao NRE que seja inativada a Associação no sistema da APMF.

CAPÍTULO XII – DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Art. 166 A denúncia de irregularidades será recebida, por escrito, pelo Presidente da Associação e/ ou Conselho Fiscal.

Art. 167 A apuração de irregularidades dar-se-á mediante procedimento de sindicância realizada por três membros indicados pelo Conselho Fiscal.

Art. 168 A comissão será presidida conforme a indicação do Conselho Fiscal.

Art. 169 Instaurada a sindicância, a comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias para concluir as diligências que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos, devendo encaminhar ao Conselho Fiscal o relatório circunstanciado.

Art. 170 O Conselho Fiscal encaminhará aos possíveis infratores a cópia do Relatório de Sindicância para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem defesa por escrito.

Art. 171 O Conselho Fiscal se reunirá para analisar o relatório e a defesa.

§ 1º Julgando as denúncias improcedentes, determinará o arquivamento do processo.

§ 2º Julgando procedentes as denúncias, o presidente do Conselho Fiscal



convocará Assembleia Geral Extraordinária e comunicará por escrito ao denunciado.

Art. 172 Reunida a Assembleia Geral Extraordinária, será lido o relatório da comissão e a defesa na presença do denunciado.

Art. 173 O denunciado terá direito de apresentar defesa oral por 20 minutos.

Art. 174 A Assembleia Geral Extraordinária decidirá sobre a penalidade a ser imposta ao denunciado, dentre as previstas no art.35 do presente Estatuto.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 175 A Associação de Pais, Mestres e Funcionários não distribuirá lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, conselheiros mantenedores ou integrantes, sob nenhum pretexto, e empregará suas rendas, exclusivamente, na Instituição de Ensino, atendendo ao Projeto Político Pedagógico e na manutenção de seus objetivos institucionais.

Art. 176 No exercício de suas atribuições a APMF manterá rigoroso respeito às disposições legais de modo a assegurar observância aos princípios fundamentais da política educacional vigente no Estado.

Art. 177 A Associação observará os princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade, bem como dará publicidade ao relatório anual de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débito com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), colocando-se à disposição de qualquer cidadão.

Art. 178 O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, quando tomará posse a chapa eleita.

Parágrafo único. A decisão quanto à prorrogação do mandato será de



competência da Assembleia Geral convocada para este fim.

Art. 179 A Diretoria da Associação providenciará a sua regulamentação junto aos órgãos competentes, a saber:

- I. Cartório de Registros de Títulos e Documentos;
- II. Ministério da Fazenda - Receita Federal;
- III. Banco (os);
- IV. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte;
- V. Ministério do Trabalho;
- VI. Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 180 Em qualquer dos casos previstos neste Estatuto será vedada a dupla representatividade.

Art. 181 Serão afixadas em quadro de avisos, os planos de atividades, notícias e atividades da Associação, convite e convocações.

Art. 182 Os casos omissos deste Estatuto serão dirimidos pela Diretoria e Conselho Fiscal da Associação em reunião conjunta e aprovados em Assembleia Geral pela maioria dos presentes, com base em legislação pertinente ao assunto omissos debatido.

Subseção I – Do Grêmios Estudantil

Art. 183 O Grêmios Estudantil – órgão de representação dos estudantes regularmente matriculados na Instituição de Ensino, é entidade autônoma, sem fins lucrativos e regida em conformidade com a legislação vigente.

Art. 184 As agremiações têm como objetivo precípuo a promoção de atividades sociais, recreativas, literárias, cívicas, científicas e desportivas, para a formação integral do cidadão.



Art. 185 As agremiações de estudantes não estão autorizadas a representar ao colégio nem a manter ou expedir correspondências, tampouco a ligar-se a pessoas e organizações estranhas à Instituição de Ensino sem o conhecimento da Direção.

Art. 186 O Grêmio Estudantil deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião e terá duração ilimitada.

Art. 187 O Grêmio Estudantil tem por objetivos:

- I. representar o corpo discente na Instituição de Ensino;
- II. defender os interesses individuais e coletivos dos estudantes da Instituição de Ensino, com base na legislação vigente;
- III. promover ações na área social, cultural, artística, política e desportiva para os discentes;
- IV. favorecer a integração entre equipe gestora, funcionários, professores e estudantes na efetivação das atividades escolares;
- V. realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições;
- VI. promover e incentivar a democracia na escola;
- VII. participar de outras entidades representativas da comunidade escolar como Grêmio Escolar e ou APMF;
- VIII. buscar a qualidade na educação para todos os estudantes, respeitando os direitos fundamentais, sem distinção de etnia, credo, convicções políticas, orientação sexua, ou quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 188 Os recursos financeiros do Grêmio Estudantil serão provenientes de:

- I. contribuição voluntária de seus membros;
- II. contribuição voluntária de terceiros;
- III. auxílios repassados eventualmente, concedidos por particulares, entidades públicas ou privadas;
- IV. exploração da Cantina Comercial, desde que o grêmio estudantil aja em conformidade com legislação vigente.



V. recursos próprios por meio de receita proveniente de eventos e promoções diversas legalmente permitidas e em consonância com a legislação vigente.

Art. 189 No caso de a Cantina Comercial ser explorada pelo Grêmio Estudantil, o Presidente da entidade deve ser maior de idade civilmente capaz.

Art. 190 A Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF deverá acompanhar e fiscalizar a origem e uso dos recursos financeiros do Grêmio Estudantil, com a anuência do Conselho Escolar.

§ 1º Ao assumir a Diretoria do Grêmio Estudantil, o Presidente e o Tesoureiro deverão assinar um inventário para o Conselho Fiscal – CF, discriminando todos os bens e toda a documentação da entidade.

§ 2º Ao final de cada mandato, o Conselho Fiscal examinará os bens e toda a documentação da entidade e providenciará um inventário que deverá ser assinado pela nova Diretoria com respaldo e amparo do Conselho Escolar.

§ 3º Em caso de ser constatada alguma irregularidade na gestão dos bens, o Conselho Fiscal fará um relatório e o entregará em Assembleia Geral para serem tomadas as providências cabíveis, com respaldo e amparo do Conselho de Representantes de Turma e do Conselho Escolar.

§ 4º O Grêmio Estudantil não se responsabilizará por movimentações financeiras e dívidas contraídas por estudantes ou grupo de estudantes da instituição de ensino, sem prévia autorização da Equipe Diretiva do estabelecimento de ensino e anuência do Conselho Escolar.

Art. 191 O uso dos recursos financeiros do Grêmio Estudantil será destinado para a realização de eventos de cunho pedagógico e em consonância com o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, após aprovação da Direção da Instituição



de Ensino e do Conselho Escolar.

- I. Assembleia Geral dos Estudantes;
- II. Diretoria do Grêmio Estudantil;
- III. Conselho de Representante de Turma;
- IV. Conselho Fiscal.

Art. 192 A Assembleia Geral é o órgão máximo de Deliberação da entidade nos termos deste regulamento constituída pela totalidade dos sócios do grêmio com direito a voz e não a voto.

Art. 193 A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente:

- I. nas datas estipuladas pelos estudantes na própria Assembleia;
- II. ao final de cada mandato para deliberar sobre a prestação de contas da Diretoria, sobre o parecer do Conselho Fiscal e da formação da Comissão Eleitoral que deliberará sobre as eleições para a nova Diretoria do Grêmio Estudantil;
- III. para posse da nova diretoria.

Art. 194 A convocação para a Assembleia Geral será realizada via edital e com antecedência mínima de 48 horas, sendo esta de competência da Diretoria do Grêmio.

Art. 195 As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias devem ser realizadas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos estudantes 50% +1, ou em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número de estudantes, e deliberar com maioria simples dos votos.

Art. 196 A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada por 2/3 do CRT, ou o Conselho Fiscal – CF ou com a maioria simples da Diretoria do Grêmio Estudantil. Em qualquer caso, a convocação será feita com mínimo de 24 horas de antecedência.

Parágrafo único - A Diretoria do Grêmio Estudantil será responsável pela



ordem, manutenção e limpeza do local onde forem realizados quaisquer eventos como assembleias, reuniões.

Art. 197 Compete à Assembleia Geral:

- I. aprovar e reformular o regulamento do Grêmio Estudantil;
- II. eleger a Diretoria do Grêmio;
- III. discutir e votar as teses, recomendações, moções, adendos e propostas apresentados por qualquer um de seus membros;
- IV. denunciar, suspender ou destituir Diretores do Grêmio Estudantil de acordo com os resultados de inquéritos procedidos, desde que comunicado e garantido o direito de defesa e contraditório, sendo que qualquer decisão tomada neste sentido, seja igual ou superior a 2/3 dos votos;
- V. conhecer e emitir parecer favorável em relação aos relatórios da Diretoria do Grêmio Estudantil e sua prestação de contas, apresentada juntamente com o Conselho Fiscal;
- VI. marcar, caso seja necessário, Assembleia Geral Extraordinária com dia, hora e pautas fixadas, conforme o estabelecido neste regulamento;
- VII. aprovar a constituição da Comissão Eleitoral, sempre composta por estudantes de todos os turnos em funcionamento, definidos em Assembleia Geral;
- VIII. elaborar e aprovar o Plano Anual de Trabalho do Grêmio Estudantil.

Art. 198 O Conselho de Representantes de Turma - CRT é a instância intermediária de deliberação do Grêmio Estudantil, órgão de representação exclusiva dos estudantes e será constituído somente pelos representantes de turmas.

Parágrafo único - O CRT será eleito todo início de ano letivo, sendo a Diretoria do Grêmio responsável pela eleição do mesmo.

Art. 199 O Conselho de Representantes de Turma se reunirá ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria do Grêmio Estudantil, funcionará com a presença da maioria de seus membros 50% + 1,



deliberando com voto da maioria simples.

Parágrafo único - O Conselho de Representantes de Turma funcionará com a presença da maioria (50% + 1) de seus membros, deliberando com voto da maioria simples.

Art. 200 Compete ao CRT:

- I. discutir e votar sobre as propostas da Assembleia Geral e da Diretoria do Grêmio;
- II. zelar pelo cumprimento das normativas desta instância;
- III. assessorar o Grêmio Estudantil na execução de seu programa administrativo e apreciar as atividades da Diretoria, podendo convocar para informações qualquer um de seus membros;
- IV. deliberar dentro dos limites legais, sobre assuntos de interesse do corpo discente de cada turma representada;
- V. deliberar sobre a vacância de cargos, não previstos nas normativas e em Assembleia Geral;
- VI. promover ações de enfrentamento à violência e à indisciplina, visando à qualidade do trabalho educativo.
- VII. participar, quando convocado pela Direção da instituição de ensino, de ações que promovam a qualidade social na educação.

Art. 201 A Diretoria do Grêmio Estudantil será constituída pelos seguintes cargos:

- I. Presidente;
- II. Vice-presidente;
- III. Primeiro Secretário;
- IV. Segundo Secretário;
- V. Primeiro Tesoureiro;
- VI. Segundo Tesoureiro;
- I. VII. Diretor Social;
- VII. Diretor de Assuntos de Comunicação e Imprensa;



- VIII. Diretor de Assuntos Culturais e Diversidade;
- IX. Diretor de Assuntos de Esporte e Lazer;
- X. Diretor de Saúde e Meio Ambiente;
- XI. Diretor de Relações Acadêmicas.

Art. 202 Cabe à Diretoria do Grêmio Estudantil:

- I. elaborar o plano de trabalho, submetendo-o ao CRT e ao Conselho Escolar;
- II. divulgar para a Assembleia Geral;
- III. colocar em prática o plano aprovado;
- IV. tomar medidas de emergência, não dispostas nas normativas, e submetê-las ao CRT;
- V. reunir-se ordinariamente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente a critério do Presidente do Grêmio Estudantil.

Art. 203 Compete ao Presidente:

- I. representar o Grêmio Estudantil dentro e fora da Instituição de Ensino;
- II. convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Grêmio Estudantil, em horário contrário às aulas;
- III. assinar, juntamente com o Tesoureiro Geral, os documentos relativos às responsabilidades financeiras;
- IV. assinar, juntamente com o Secretário Geral, a correspondência oficial;
- V. cumprir e fazer cumprir as normas do presente regulamento;
- VI. desempenhar as demais funções inerentes a seu cargo.

Art. 204 Compete ao Vice-presidente:

- I. auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- II. substituir o Presidente nos casos de ausência eventual ou impedimento temporário e no caso de vacância do cargo, sendo desnecessária nova eleição para suplência;

Art. 205 Compete ao Primeiro Secretário:



- I. publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir convites;
- II. lavrar atas das reuniões da Diretoria e Assembleias;
- III. redigir e assinar com o Presidente a correspondência oficial do Grêmio Estudantil;
- IV. manter em dia os arquivos da entidade.

Art. 206 Compete ao Segundo Secretário:

- I. auxiliar o Primeiro Secretário em todas as suas funções;
- II. assumir a Secretaria nos casos de impedimento ou de vacância do cargo do Primeiro Secretário.

Art. 207 Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. controlar todos os bens do Grêmio Estudantil;
- II. manter em dia a escrituração de todo movimento financeiro do Grêmio Estudantil;
- III. assinar com o Presidente do Grêmio Estudantil, os documentos relativos à movimentação financeira;
- IV. apresentar a prestação de contas ao Conselho Fiscal e no final do mandato, ao Conselho Escolar;
- V. acompanhar a prestação de contas da APMF referente aos recursos financeiros do Grêmio Estudantil;

Art. 208 Compete ao 2º Tesoureiro:

- I. auxiliar o Primeiro Tesoureiro em todas as suas funções;
- II. assumir a Tesouraria nos casos de impedimento do Primeiro Tesoureiro e no caso de vacância do cargo;

Art. 209 Compete ao Diretor Social:

- I. coordenar o serviço de Relações Públicas do Grêmio Estudantil;
- II. organizar os colaboradores de sua Diretoria;



- III. organizar eventos e datas comemorativas promovidas pelo Grêmio Estudantil, desde que apresentados e aprovados pelo Conselho Escolar;
- IV. zelar pelo bom relacionamento da entidade com os estudantes, com a instituição de ensino e a comunidade escolar, visando a integração e a qualidade do trabalho educativo.

Art. 210 Compete ao Diretor de Imprensa e Comunicação:

- I. responder pela comunicação da Diretoria com os sócios e do Grêmio Estudantil com a comunidade;
- II. manter os membros do Grêmio Estudantil informados sobre os fatos de interesse dos estudantes;
- III. escolher os colaboradores para sua Diretoria;
- IV. produzir mídias informativas sobre as ações do Grêmio Estudantil na instituição de ensino.

Art.211 Compete ao Diretor de Assuntos Culturais e Diversidade:

- I. promover a realização de conferências, exposições, concursos, festivais de música e outras atividades culturais, com aprovação do Conselho Escolar;
- II. estabelecer relações com outras entidades culturais;
- III. organizar grupos musicais, teatrais, dança, entre outros;
- IV. escolher os colaboradores de sua Diretoria;
- V. participar e contribuir para o desenvolvimento e realização da Semana Cultural e Movimentos Culturais na instituição de ensino;
- V. desenvolver ações com temas contemporâneos na perspectiva da diversidade cultural, em consonância com o Projeto Político Pedagógico – PPP, a Proposta Pedagógica Curricular - PPC, da Instituição de Ensino.

Art. 212 Compete ao Diretor de Assuntos de Esporte e Lazer:

- I. promover, coordenar e orientar atividades esportivas na comunidade escolar, em consonância com o PPP/ PPC da instituição de ensino e



aprovado pelo Conselho Escolar;

- II. promover gincanas e campeonatos no interior da instituição de ensino;

Art. 213 Compete ao Diretor de Saúde e Meio Ambiente:

- I. articular a realização de palestras e exposições sobre saúde e meio ambiente;
- II. estabelecer relações com entidades de saúde e meio ambiente;
- III. incentivar hábitos de higiene e preservação do ambiente escolar;

Art.214 Compete ao Diretor de Relações Acadêmicas:

- i. viabilizar cursos, palestras, seminários e debates visando à formação dos estudantes;
- ii. articular com os gestores administrativos e pedagógicos, a organização de atividades pedagógicas extraclasse, em conformidade com a legislação vigente;
- II. buscar junto à equipe pedagógica a inscrição da instituição em programas educacionais como olimpíadas estudantis;
- III. pesquisar reportagens, exposições, palestras e eventos relacionados aos temas educacionais;
- IV. participar e articular junto a equipe pedagógica da Instituição de Ensino ações de cunho pedagógico na Organização do Trabalho Pedagógico (Conselho de Classe, discussão do PPP, Regimento Escolar, Estatutos, Semana e Reuniões Pedagógicas, Grupo de Estudos, entre outros).

Art. 215 O Conselho Fiscal do Grêmio Estudantil será composto por três membros efetivos e três membros suplentes, estes escolhidos em Assembleia Geral junto com o Conselho de Representantes de Turma.

Art. 216 O Conselho Fiscal do Grêmio Estudantil deverá ser designado em Assembleia Geral, especificamente convocada para este fim, e com aprovação da maioria presente (50% + 1).



Art. 217 Ao Conselho Fiscal compete:

- I. examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da entidade, a sua situação de caixa e os valores em depósito;
- II. lavrar o Livro de “ Atas e Pareceres” do Conselho Fiscal com os resultados verificados, referentes às prestações de contas de eventos de ações promovidas pelo Grêmio Estudantil;
- IV. Os valores de depósito devem ser em nome do Grêmio Estudantil caso possua CNPJ, ou em nome da APMF;
- V. apresentar na última Assembleia Geral Ordinária, que antecede a eleição do Grêmio Estudantil, relatório sobre as atividades econômicas da Diretoria;
- VI. coletar do Presidente e do Primeiro Tesoureiro eleitos recibos discriminando o patrimônio do Grêmio Estudantil;
- VII. convocar Assembleia Geral Extraordinária sempre que houver motivos graves e urgentes dentro da área de sua competência.

Art. 218 São sócios do Grêmio Estudantil todos os alunos matriculados e regularmente frequentes.

Art. 219 São direitos do associado:

- I. participar de todas as atividades do Grêmio;
- III. votar e ser votado, conforme regulamento;
- IV. encaminhar observações, proposições e sugestões à Diretoria do Grêmio Estudantil;
- V. sugerir mudanças e alterações parciais neste regulamento.

Art. 220 São deveres do associado:

- I. conhecer e cumprir as normas deste regulamento;
- II. informar à Diretoria do Grêmio Estudantil sobre qualquer violação dos direitos dos estudantes cometida no interior ou arredores da Instituição de Ensino;
- III. cultivar ações que visem o fortalecimento do Grêmio Estudantil.



Art. 221 Constitui infração disciplinar:

- I. utilizar-se do Grêmio Estudantil para objetivos diferentes deste regulamento, visando privilégio pessoal ou de grupos;
- II. deixar de cumprir as disposições deste regulamento;
- III. prestar informações referentes ao Grêmio Estudantil que coloquem em risco a integridade de seus membros;
- IV. praticar atos que venham depreciar a entidade e seus sócios;
- V. atentar contra o patrimônio do Grêmio Estudantil.

Art. 222 São órgãos competentes para apurar as infrações:

- I. a Diretoria do Grêmio;
- II. o Conselho de Representantes de Turma;
- III. Conselho Fiscal.

Art. 223 A apuração das infrações dar-se-á mediante sindicância realizada por 3 membros indicados pelos órgãos competentes, citados no artigo anterior;

§ 1º Em qualquer hipótese de apuração deverá ser concedida a ampla defesa e contraditório ao denunciado perante o Conselho Fiscal ou em Assembleia Geral;

§ 2º A comissão procederá a todas as diligências que julgar necessárias para o esclarecimento dos fatos e elaborará relatório final com suas impressões e conclusões sobre os fatos para discussão na Assembleia Geral;

§ 3º O relatório mencionado no parágrafo anterior deverá conter a sugestão da penalidade a ser imposta ao denunciado, desde advertência por escrito, suspensão de até 60 dias ou destituição do cargo, conforme a gravidade da falta.

Art. 224 São elegíveis para os cargos da Diretoria todos estudantes matriculados e frequentes, brasileiros natos ou naturalizados;



Art. 225 São considerados eleitores todos os estudantes matriculados e frequentes.

Art. 226 A Comissão Eleitoral deve ser composta por estudantes de todos os turnos em funcionamento na escola. Os estudantes da Comissão Eleitoral não poderão concorrer às eleições, sendo que a Comissão deverá ser escolhida em Assembleia Geral, com pelo menos um mês de antecedência das eleições.

Art. 227 A Comissão Eleitoral definirá o calendário e as regras eleitorais que devem conter:

- I. período de inscrição das chapas;
- II. período de campanha eleitoral;
- III. data da eleição;
- IV. regimento interno das eleições.

Art. 228 As inscrições de chapas deverão ser feitas pelos seus membros da Comissão Eleitoral, em horários e prazos previamente divulgados, não sendo aceitas inscrições fora do prazo ou horário estipulados.

Art. 229 Somente serão aceitas inscrições de chapas completas, de acordo com a organização de cargos presente neste regulamento.

Art. 230 A propaganda das chapas será por meio de material confeccionado ou proveniente da própria chapa.

Parágrafo único - Fica vedada a ajuda de qualquer pessoa que trabalhe na escola, na criação, confecção, fornecimento de material ou dinheiro para a propaganda eleitoral, à chapa.

Art. 231 Fica expressamente proibida a campanha eleitoral fora do período estipulado pela Comissão Eleitoral, bem como “boca de urna” no dia das eleições.



Art. 232 A destituição ou adulteração da inscrição de qualquer chapa por membros de outras chapas, bem como a desobediência ao previsto no documento orientador, uma vez comprovadas pela Comissão Eleitoral, implicarão na anulação da inscrição da chapa infratora.

Parágrafo único - Toda decisão de impugnação de chapas somente poderá ser tomada por maioria absoluta da Comissão Eleitoral após exames de provas e testemunhas.

Art. 233 O voto será direto e secreto, sendo que a votação será realizada em local previamente escolhido pela Comissão Eleitoral e aprovado pelo Conselho Escolar da instituição de ensino, no horário normal ao de funcionamento de cada turno.

Parágrafo único - A partir da composição das chapas será enviado um comunicado aos estudantes, apresentando seus componentes, ficando vedado que uma mesma pessoa venha a compor mais de uma chapa, mesmo em cargos distintos.

Art. 234 Cada chapa deverá designar um fiscal, identificado com crachá, para acompanhar todo o processo de votação e apuração dos votos.

Art. 235 Somente votarão os estudantes presentes na Instituição de Ensino na data em que ocorrer a votação das chapas.

Art. 236 A apuração dos votos deverá ocorrer após o término do processo de votação em sala isolada em que permanecerão apenas os membros da Comissão Eleitoral e dos fiscais das chapas. Fica vedada a entrada e permanência de qualquer outro estudante durante do processo de apuração dos votos.

Parágrafo único - Fica assegurado às entidades estudantis o direito de acompanhar todo o processo eleitoral.



Art. 237 Todo o ato de anulação de votos ou urnas será efetivado a partir da decisão soberana do Presidente da Comissão Eleitoral baseado na comprovação do ato que implicou na anulação.

Art. 238 Não será aceito nenhum pedido de recontagem de votos ou recursos de qualquer chapa, após a divulgação dos resultados oficiais das eleições, salvo nos casos em que se comprove a falta de cumprimento deste regulamento por parte da Comissão Eleitoral.

Art. 239 O mandato da Diretoria do Grêmio Estudantil será de 02 anos, a partir da data de posse de acordo com o regulamento.

Art. 240 Cabe à Comissão Eleitoral dar posse à nova Diretoria do Grêmio Estudantil eleita 48 horas após as eleições, proclamando assim, o resultado final das eleições.

Art. 241 O presente regulamento poderá ser modificado mediante proposta de qualquer membro do Grêmio Estudantil ou pelos membros em Assembleia Geral.

Parágrafo único - As alterações serão discutidas e aprovadas em Assembleia Geral, especificamente convocada para este fim e com a maioria absoluta dos votos.

Art. 242 As representações dos sócios do Grêmio Estudantil só serão consideradas pela Diretoria quando formuladas por escrito e devidamente fundamentadas e assinadas.

Art. 243 A dissolução do Grêmio Estudantil só ocorrerá quando a instituição de ensino for cessada ou extinta, ou quando a Assembleia Geral assim deliberar por maioria absoluta de votos.

Parágrafo único - Em caso de dissolução todos os bens móveis e valores de qualquer espécie reverterão em benefício da unidade escolar, de acordo com os



critérios definidos em Assembleia Geral.

Art. 244 Nenhum sócio poderá se intitular representante do Grêmio sem a devida autorização, por escrito da Diretoria.

Art. 245 Revogadas as disposições em contrário, este regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral do corpo discente, configurando a entidade como Grêmio Estudantil autônomo, representante dos estudantes da referida Instituição de Ensino com finalidades preestabelecidas, não podendo ser proibido ou cancelado por nenhum indivíduo, grupo ou autoridade, conforme legislação vigente.

Art. 246 Os casos omissos serão orientados pelo NRE ou SEED.

CAPÍTULO II – Da organização didático pedagógica

Art. 247 A organização didático-pedagógica é entendida como o conjunto de decisões coletivas necessárias à realização das atividades escolares, que viabilizam o processo de ensino-aprendizagem.

Art. 248 A organização didático-pedagógica é constituída pelos seguintes componentes:

- I. etapas e modalidades de ensino da Educação Básica;
- II. fins e objetivos da Educação Básica em cada etapa e modalidade de ensino;
- III. organização curricular, estrutura e funcionamento;
- IV. matrícula;
- V. matrícula por transferência;
- VI. matrícula em regime de progressão parcial;
- VII. aproveitamento de estudos;
- VIII. processo de classificação;
- IX. processo de reclassificação;



- X. adaptação;
- XI. revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior;
- XII. regularização da vida escolar;
- XIII. frequência;
- XIV. avaliação, recuperação de estudos e promoção;
- XV. calendário escolar;
- XVI. registros e arquivos escolares;
- XVII. eliminação de documentos escolares;
- XVIII. avaliação institucional;
- XIX. espaços pedagógicos.

Seção I – Das Etapas e Modalidades de Ensino da Educação Básica

Art. 249 A instituição de ensino oferta em diferentes etapas e modalidades, devidamente autorizadas:

- I. Ensino Fundamental, anos ou anos finais em tempo parcial;
- II. Ensino Médio em tempo parcial;
- III. Cursos de Qualificação Profissional, destinados ao estudante da Educação Profissional Técnica de nível médio, do Ensino Médio;

Seção II – Dos fins e objetivos da Educação Básica

Art. 250 A Instituição de Ensino oferta a Educação Básica de acordo com a legislação vigente, observando:

- I. igualdade de condições de acesso, permanência, inclusão e sucesso do estudante, vedada qualquer forma de discriminação, violência, preconceito e segregação;
- II. gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza, de acordo com o PPP da Instituição de Ensino e a LDBEN.

Art. 251 O Ensino Fundamental, com duração de 09 anos, na Instituição de



Ensino pública, tem como finalidade:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico;
- II. a compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca da vida social;
- V. a implementação de ações de Educação em Direitos Humanos;
- VI. a valorização da cultura local e regional e suas múltiplas relações com os contextos nacional e global, respeitando as diversidades étnico-raciais, religiosas, territoriais, de identidade de gênero e orientação sexual;
- VII. a carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional;
- VIII. o atendimento no mínimo 04 horas diárias para o turno parciais;

Art. 252 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de 03 anos, tem como finalidade:

- I. consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico;
- III. preparação básica para o trabalho de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;
- IV. compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;
- V. promoção de ações referentes à Educação em Direitos Humanos;
- VI. educação inclusiva que identifique as necessidades de organizar os recursos de acessibilidade e realizar atividades pedagógicas específicas que promovam acesso, permanência e sucesso do estudante na



Instituição;

- VII. transição entre as etapas da Educação Básica, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes;
 - VIII. carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional;
 - IX. tendo em vista a implementação do Novo Ensino Médio, estabelecido pela lei nº 13.415/2017 e normatizado também a nível estadual pela Deliberação nº 04/2021 do Conselho Estadual de Educação, a SEED optou por implementar a seguinte arquitetura circular:
 - 1ª série – 800h de FGB (24 aulas) e 200h de IF (06 aulas);
 - 2ª série – 600h de FGB (18 aulas) e 400h de IF (12 aulas);
 - 3ª série – 400h de FGB (12 aulas) e 600h de IF (18 aulas).
- FGB – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA
IF – ITINERÁRIOS FORMATIVOS
- X. atendimento no mínimo 04 horas diárias para o turno parcial em 200 dias letivos;
 - XI. tendo em vista a ampliação da carga horária do Novo Ensino Médio para no mínimo 1000h anuais, totalizando 3000h na Etapa do Ensino Médio, conforme preconiza a lei nº 13.415/2017.

O turno matutina para o Novo Ensino Médio será de 06 aulas de 50 minutos.

O horário de entrada será igual para todos. (Ensino Médio e Fundamental). O horário de saída será ampliado no Ensino Médio em função da 6ª aula.

- XII. ressignificação dos tempos e espaços da Instituição de Ensino, no intuito de reorganizar o trabalho educativo.
- XIII. no período noturno não haverá implementação da 6ª aula, mas sim a oferta de 5h/aula por meio de atividades não presenciais, conforme preconiza a legislação.

Art. 253 Ao final do Ensino Médio, os estudantes devem demonstrar:

- I. conhecimento dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;



- II. conhecimento das diversas formas de linguagem;
- III. compreensão dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários para o exercício da cidadania.
- IV. Serão observados os seguintes princípios:
 - a) articulação com a Educação Básica;
 - b) trabalho como princípio educativo;
 - c) integração com o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia;
 - d) indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
 - e) pesquisa como princípio pedagógico.

Seção III – Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento

Art. 254 A organização do trabalho pedagógico em todas as etapas e modalidades de ensino segue as orientações expressas na legislação vigente.

Art. 255 A oferta da Educação Básica, presencial, tem a seguinte organização:

- I. Ensino Fundamental anos finais - séries/anos ou ciclos de formação humana;
- II. Ensino Médio - séries/anos ciclos de formação humana, semestres, alternância de períodos de estudos, com base na idade, no desenvolvimento e em outros critérios;
- III. Ensino Médio Integrado - séries nos cursos técnicos de nível médio da Educação Profissional;
- IV. Subsequente ao Ensino Médio - semestres nos cursos técnicos de nível médio da Educação Profissional;

Art. 256 O Ensino Fundamental - anos finais, o Ensino Médio e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional são organizados em anos e séries.

Art. 257 Os componentes curriculares na Educação Básica observam:



- I. difusão de valores fundamentais ao interesse social;
- II. Direitos Humanos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- III. consideração das condições de escolaridade dos estudantes em cada Instituição de Ensino;
- IV. respeito à diversidade;
- V. orientação para o trabalho;
- VI. apoio às práticas desportivas não formais.

Art. 258 Na organização curricular para os anos finais do Ensino Fundamental consta:

- I. Base Nacional Comum Curricular constituída por Arte, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Matemática, Língua Inglesa e Língua Portuguesa;
- I. Ensino Religioso de oferta obrigatória para a Instituição de Ensino e matrícula facultativa para o estudante é disciplina integrante da Matriz Curricular da Instituição de Ensino pública, assegurado o respeito à diversidade cultural, vedadas quaisquer formas de proselitismo;
- II. a Instituição de Ensino deverá ofertar atividades pedagógicas ao estudante que não frequentar o componente curricular de ensino religioso para cumprimento da carga horária.

Art. 259 Na organização curricular para o Ensino Médio consta:

- I. Base Nacional Comum Curricular constituída por Arte, Biologia, Física, Química, Educação Física, Língua Portuguesa, Geografia, História, Matemática, Filosofia e Sociologia;
- II. Na parte diversificada deve ser contemplada as disciplinas de Educação Financeira LEM – Inglês e LEM – Espanhol;
- III. As disciplinas de LEM – Inglês e LEM – Espanhol são de oferta obrigatória, porém, uma delas será de matrícula facultativa e ofertada no CELEM conforme disposto na Matriz Curricular da Instituição de Ensino.



As disciplinas de LEM – Inglês e LEM – Espanhol são de oferta obrigatória, porém, uma delas será de matrícula facultativa e ofertada no CELEM conforme disposto na Matriz Curricular da Instituição de Ensino

Para a organização curricular as Instituições de Ensino devem seguir as normatizações específicas da mantenedora para cada oferta

Art. 260 A Instituição de Ensino oferta cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas integrada e subsequente ao Ensino Médio, registrados no SISTEC. Ofertando os Cursos Técnicos: Administração Integrado e Subsequente, Desenvolvimento de Sistemas Integrado, Enfermagem e Logística

Art. 261 O Curso Técnico em Administração Integrado, Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

§ 1º Tem organização curricular integrada.

§ 2º O curso está estruturado em 04 anos, perfazendo um total de 4000 horas aulas e 3333 horas.

§ 3º O período de integralização do curso é de no mínimo de 4 (quatro) anos letivos;

§ 4º Ao término do curso os estudantes receberão o Diploma de Técnico em Administração.

§ 5º Os Planos de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório, devidamente aprovados pelo NRE, integram o Plano de Curso estando contemplado no PPP.



§ 6º O currículo do Curso Técnico em Administração Integrado Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios está organizado por disciplinas, estando suas ementas detalhadas no respectivo Plano de Curso.

Art. 262 O Curso Técnico em Administração Integrado, a partir de 2022. Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

§ 1º Tem organização curricular integrada.

§ 2º O curso está estruturado em 03 anos, perfazendo um total de 3167 horas;

§ 3º O período de integralização do curso é de no mínimo de 3 (três) anos letivos e no máximo 5 (cinco);

§ 4º Ao término do curso os estudantes receberão o Diploma de Técnico em Administração.

§ 5º Os Planos de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório, devidamente aprovados pelo NRE, integram o Plano de Curso estando contemplado no PPP.

§ 6º O currículo do Curso Técnico em Administração Integrado Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios está organizado por disciplinas, estando suas ementas detalhadas no respectivo Plano de Curso.

Art. 263 O Curso Técnico Desenvolvimento de Sistemas Integrado, a partir de 2022. Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação

§ 1º Tem organização curricular integrada.

§ 2º O curso está estruturado em 03 anos, perfazendo um total de 3.298 horas;



§ 3º O período de integralização do curso é de no mínimo de 3 (três) anos letivos;

§ 4º Ao término do curso os estudantes receberão o Diploma de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas.

§ 5º Os Planos de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório, devidamente aprovados pelo NRE, integram o Plano de Curso estando contemplado no PPP.

§ 6º O currículo do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação está organizado por disciplinas, estando suas ementas detalhadas no respectivo Plano de Curso.

Art. 264 O Curso Técnico em Administração Subsequente, Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

§ 1º Tem organização curricular subsequente.

§ 2º O curso está estruturado em 03 semestres, perfazendo um total de 1260 horas aula e 1050 horas

§ 3º O período de integralização do curso é de no mínimo de 18 meses e no máximo 5 anos letivos;

§ 4º Ao término do curso os estudantes receberão o Diploma de Técnico em Administração.

§ 5º Os Planos de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório, devidamente aprovados pelo NRE, integram o Plano de Curso estando contemplado no PPP.

§ 6º O currículo do Curso Técnico em Administração Subsequente Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios está organizado por disciplinas, estando suas ementas detalhadas no respectivo Plano de Curso.



Art. 265 O Curso Técnico em Enfermagem Subsequente, Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

§ 1º Tem organização curricular subsequente.

§ 2º O curso está estruturado em 04 semestres, perfazendo um total de 1440 hora aula e 1050 horas mais 640 horas de Estágio Profissional Supervisionado, podendo ser:

1º SEMESTRE

Proposta 01 – 05 dias na semana com 3,333 horas diárias em 96 dias, totalizando 320 horas semestrais.

Proposta 02 – 04 dias na semana com 4,166 horas diárias em 77 dias, totalizando 320 horas semestrais.

2º e 3º SEMESTRES

Proposta 01 – 05 dias na semana, distribuídos da seguinte forma:

- 04 dias com 3,333 horas diárias (77 dias)

- 01 dia com 2,5 horas diárias (19 dias)

Totalizando 304 horas semestrais em 96 dias

Proposta 02 – 04 dias na semana, distribuídos da seguinte forma:

- 03 dias com 4,166 horas diárias (58 dias)

- 01 com 3,333 horas diárias (19 dias)

Totalizando 304 horas semestrais em 77 dias

4º SEMESTRE

04 dias na semana, distribuídos da seguinte forma:

- 03 dias com 3,333 horas (58 dias)

- 01 dia com 4,166 horas diárias (19 dias)

Totalizando 272 horas semestrais em 77 dias

§ 3º O período de integralização do curso é de no mínimo de 04 semestres



letivos e no máximo 10 semestres letivos;

§ 4º Ao término do curso os estudantes receberão o Diploma de Técnico em Enfermagem.

§ 5º Os Planos de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório, devidamente aprovados pelo NRE, integram o Plano de Curso estando contemplado no PPP.

Art. 266 O Curso Técnico em Logística Subsequente, Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

§ 1º Tem organização curricular subsequente.

§ 2º O curso está estruturado em 02 semestres, perfazendo um total de 800 horas.

§ 3º O período de integralização do curso é de no mínimo de 2 semestres e no máximo 10 semestres;

§ 4º Ao término do curso os estudantes receberão o Diploma de Técnico em Logística.

§ 5º Os Planos de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório, devidamente aprovados pelo NRE, integram o Plano de Curso estando contemplado no PPP.

§ 6º O currículo do Curso Técnico em Logística Subsequente Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios está organizado por disciplinas, estando suas ementas detalhadas no respectivo Plano de Curso.

Seção IV – Da Matrícula

Art. 267 A matrícula é o ato formal que vincula os estudantes a uma Instituição



de Ensino devidamente autorizada.

Parágrafo único É vedada a cobrança de taxas ou contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrículas, na Instituição de Ensino da rede pública.

Art. 268 A Instituição de Ensino disponibiliza matrícula, a qualquer tempo, conforme legislação vigente.

Art. 269 No ato da matrícula o pai ou responsável deverá estar de acordo com os princípios para tratamento de dados pessoais que regem a lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que a administração pública poderá realizar o tratamento e o uso compartilhado de dados necessários a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres.

Art. 270 A matrícula deve ser requerida pelo interessado ou seu responsável, quando menor de 18 anos e deferida pelo diretor da Instituição de Ensino em conformidade com os dispositivos regimentais no prazo máximo de 60 dias, sendo necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- I. de Identificação - Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Registro Geral – RG, original e cópia;
- II. Registro Geral – RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF, para estudantes da Educação Profissional – original e cópia;
- III. fatura da concessionária de energia elétrica atualizada - máximo 03 meses original e cópia. Quando a fatura não estiver em nome da mãe, pai ou responsável pelo estudante, apresentar conjuntamente, outro comprovante de endereço em nome dos mesmos;
- IV. número de telefone para contato;
- V. Declaração de Vacinação emitida pela unidade ou posto de saúde - para menores de 18 anos – original e cópia;
- VI. Histórico Escolar ou Declaração de Escolaridade da Instituição de



Ensino de origem, esta com o Código Geral de Matrícula – CGM, quando estudante oriundo da rede estadual do Paraná;

- VII. Matriz Curricular, quando a transferência for para o 2º ou 3º ano do Ensino Médio;
- VIII. Carta-matrícula para alunos do 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio regular, exceto para as Instituições de Ensino de Educação Básica na modalidade de Educação Especial e para os municípios com apenas uma instituição da rede estadual;
- IX. Declaração de Existência de Vaga em caso de transferência entre Instituições de Ensino da rede estadual de acordo com a instrução de matrícula vigente;
- X. Declaração de Desistência da Vaga da instituição de origem, de acordo com a instrução de matrícula vigente - rede estadual.

§ 1º Na impossibilidade de apresentação dos documentos citados neste artigo, o estudante ou seu responsável será orientado e encaminhado aos órgãos competentes para as devidas providências, sem prejuízo ao direito à vaga, devendo o estudante ou responsável legal apresentar a documentação no prazo máximo do deferimento da matrícula.

§ 2º Para o estudante em situação de itinerância, (ciganos, indígenas, povos nômades, acampados, circenses, artistas ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros) que, no ato da matrícula não possuir Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Registro Geral – RG, CPF, a instituição de ensino deverá realizar a matrícula, registrando as informações fornecidas pelo interessado, comunicando ao Conselho Tutelar, para que se façam os encaminhamentos cabíveis.

§ 3º O estudante em situação de itinerância, que no ato da matrícula não possuir Histórico Escolar ou Declaração de Escolaridade da instituição de origem deverá ser submetido a um processo de classificação em que define o grau de desenvolvimento e experiência e permita sua inscrição na série, ciclo, período, fase



ou etapa adequada.

§ 4º O estudante maior de 18 anos ou seu responsável legal se menor de 18 anos, deve declarar pertencimento étnico-racial no ato da matrícula.

§ 5º O estudante maior de 18 anos ou seu responsável legal se menor de 18 anos, deverá preencher no ato da matrícula a ficha de saúde, a qual informará possíveis restrições ou necessidades especiais, que deverá permanecer na pasta individual do estudante para que, em caso de emergência, seja consultada.

Art. 271 A instituição de ensino deve, sempre que possível, manter o número máximo de 30 estudantes por sala no 6º e 7º ano; 35 estudantes no 8º e 9º ano e 40 estudantes no Ensino Médio.

Art. 272 No ato da matrícula estudante da escola pública estadual ou seu responsável deverá optar pela frequência ou não na disciplina de Ensino Religioso no Ensino Fundamental.

Art. 273 O estudante com determinação judicial deverá ter a matrícula garantida na Instituição de Ensino para a qual for encaminhado.

Art. 274 O estudante ou seu responsável legal será informado sobre o funcionamento da Instituição de Ensino e sua organização, conforme o PPP/Proposta Pedagógica, Regimento Escolar (em especial atenção aos Direitos, Deveres e Proibições), Estatutos no ato da matrícula.

Parágrafo único - A utilização do nome social poderá ser solicitada pelos estudantes maiores de 18 anos e pelos responsáveis quando menor, no ato da matrícula, conforme legislação vigente.

Art. 275 O período de matrícula será estabelecido pela SEED, por meio de Instruções Normativas.



Art. 276 Fica assegurada ao estudante não vinculado a Instituição de Ensino, a possibilidade de ingressar a qualquer tempo, desde que se submeta a processo de classificação, aproveitamento e adaptação previstos no Regimento Escolar.

§ 1º O controle de frequência far-se-á a partir da data da efetivação da matrícula, sendo exigida frequência mínima de 75% do total da carga horária restante do ano/série/ciclo/período/fase.

§ 2º O contido no presente artigo é extensivo a todo estrangeiro, independentemente de sua condição legal, exceto para a primeira série/ano/ciclo/período/fase do Ensino Fundamental.

Art. 277 O ingresso no Ensino Médio é permitido aos concluintes do Ensino Fundamental ou seu correspondente legal, ofertado pela Instituição de Ensino regularmente autorizada e reconhecida.

Art. 278 O ingresso no Curso Técnico em Administração Subsequente, Eixo Tecnológico: Gestão e Negócio, é permitido aos egressos do Ensino:

- I. Médio para organização curricular subsequente ao Ensino Médio;
- II. Para demais Cursos subsequentes ofertados aos estudantes maiores de 18 anos deverá ser seguido o Parecer do CEE/PR referente ao curso.

Art. 279 O ingresso no Curso Técnico em Logística Subsequente, Eixo Tecnológico: Gestão e Negócio, é permitido aos egressos do Ensino:

- I. Médio para organização curricular subsequente ao Ensino Médio;
- II. Para demais Cursos subsequentes ofertados aos estudantes maiores de 18 anos deverá ser seguido o Parecer do CEE/PR referente ao curso.

Art. 280 O ingresso no Curso Técnico em Enfermagem Subsequente, Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, é permitido aos egressos do Ensino:



- III. Médio para organização curricular subsequente ao Ensino Médio
- IV. Para demais Cursos subsequentes ofertados aos estudantes maiores de 18 anos deverá ser seguido o Parecer do CEE/PR referente ao curso.

Art. 281 A matrícula nos cursos ofertados pelo CELEM, será realizada de acordo com as orientações e cronograma definidos pela SEED.

Seção V – Da matrícula por transferência

Art. 282 O estudante ao se transferir deverá receber da Instituição de origem o Histórico Escolar contendo:

- I. identificação completa da Instituição de Ensino;
- II. identificação completa do estudante;
- III. síntese do sistema de avaliação do rendimento escolar adotado pela instituição;
- IV. assinatura do diretor e do secretário da Instituição de Ensino, e também os nomes por extenso, digitados, por carimbo ou em letra de forma, bem como o número e o ano dos respectivos atos de designação ou indicação, ressalvados os casos de Instituições de Ensino rurais, quando a transferência for impressa.

Art. 283 O estudante, no caso de transferência em curso, receberá a documentação escolar necessária para matrícula na instituição de destino:

- I. Histórico Escolar;
- II. Ficha Individual.

Art. 284 A instituição de origem tem o prazo de 05 dias, a partir da data de recebimento da solicitação *online* ou presencial, para fornecer a transferência.

Parágrafo único - Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo acima, a instituição, deverá fornecer declaração da série para qual o estudante está apto a se matricular, anexando cópia da Matriz Curricular.



Art. 285 A matrícula por transferência nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve atender à legislação vigente.

§ 1º A matrícula por transferência nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio só poderá ser efetuada quando for para a mesma habilitação profissional, mediante análise do currículo.

§ 2º A matrícula por transferência do Ensino Médio ou do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, para os cursos da Educação Profissional Técnica de nível médio, integrados ao Ensino Médio, poderá ser realizada somente até os cinquenta primeiros dias letivos do trimestre com as devidas adequações para matrícula na 1ª série do referido curso.

§ 3º Serão aceitas matrículas por transferência para o Ensino Médio, a qualquer tempo, dos estudantes oriundos da Educação Profissional de Nível Médio.

Seção VI – Da matrícula em regime de Progressão Parcial

Art. 286 A Instituição de Ensino não oferta aos seus estudantes matrícula com Progressão Parcial.

Seção VII – Do aproveitamento de estudos

Art. 287 Havendo aproveitamento de estudos, a instituição de destino transcreverá no Histórico Escolar a carga efetivamente cumprida pelo estudante, nos estudos concluídos com aproveitamento na escola de origem, para fins de cálculo da carga horária total do curso.

Art. 288 Na Educação Profissional Técnica de nível médio, em cursos subsequentes, o aproveitamento de estudos deve estar relacionado com o perfil



profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, adquiridas:

- I. no Ensino Médio;
- II. em habilitações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos nos últimos 5 anos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio;
- III. em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de no mínimo 160 horas de duração, mediante avaliação específica;
- IV. em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- V. por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizados em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional;
- VI. em outros países.

Art. 289 A avaliação, para fins de aproveitamento de estudos, será realizada conforme os critérios estabelecidos no Plano de Curso, não sendo permitido para fins de conclusão do curso.

§ 1º O aproveitamento previsto no caput deste artigo, não poderá exceder a 50% do total da carga horária do curso, podendo ser concedido o aproveitamento de no máximo três disciplinas por semestre.

§ 2º Os estudantes maiores, ou os pais ou responsáveis, quando estudantes menores de idade, devem solicitar o aproveitamento de estudo mediante preenchimento de requerimento no período máximo de dez dias letivos após o início do semestre em que está matriculado.



§ 3º A solicitação de aproveitamento deverá ser avaliada por comissão designada pela Direção.

§ 4º Para comprovação por meios informais no trabalho ou em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional, o instrumento de avaliação será uma prova teórica e outra prática.

§ 5º O aproveitamento de estudos concluídos com êxito em outra habilitação técnica poderá dispensar avaliação teórica e prática ou, exigir apenas avaliação prática, caso a comissão designada para análise da solicitação entenda necessário.

Art. 290 É vedado o aproveitamento de estudos nos cursos da Educação Profissional integrados ao Ensino Médio.

Subseção I – Da Classificação

Art. 291 A classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que a Instituição de Ensino adota para posicionar o estudante na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento, adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada:

- I. por promoção, para estudantes que cursaram, com aproveitamento, ano/série/período/etapa/ciclo/semestre/bloco ou fase anterior, na própria Instituição de Ensino;
- II. por transferência, para os estudantes procedentes de outras instituições de ensino, do país ou do exterior, considerando a classificação na Instituição de Ensino de origem;
- III. independente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o estudante no ano/série/período/etapa/ciclo/semestre/bloco compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência.

Art. 292 A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem e exige as seguintes ações, para resguardar os direitos dos estudantes, das instituições



de ensino e dos profissionais:

- I. organizar comissão formada por docentes, pedagogos e Direção da Instituição de Ensino para efetivar o processo;
- II. proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou Equipe Pedagógica;
- III. comunicar o estudante ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;
- IV. arquivar atas e avaliações que deverão ser elaboradas de acordo com Instrução Normativa da SEED;
- V. registrar os resultados no Histórico Escolar do estudante.

Subseção II – Da Reclassificação

Art. 293 A reclassificação é um processo pedagógico que se concretiza por meio da avaliação do estudante matriculado e com frequência no ano/série/período/etapa/ciclo/semestre/bloco sob a responsabilidade da Instituição de Ensino que, considerando as normas curriculares, encaminha o estudante à etapa de estudos/carga horária das disciplinas compatíveis com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Art. 294 A reclassificação poderá ser realizada, preferencialmente, como verificação da possibilidade de avanço em qualquer ano/série/bloco/carga horária das disciplinas da Educação Básica, quando devidamente demonstrado o desempenho escolar do estudante, sendo vedada a reclassificação para a conclusão do Ensino Médio.

Art. 295 A Equipe Pedagógica e docente da Instituição de Ensino, quando constatar a possibilidade de avanço de aprendizagem apresentado pelo estudante, deverá comunicar ao NRE para que este proceda orientação e acompanhamento do processo de reclassificação, quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que o fundamentam.



Parágrafo único - A Equipe Pedagógica deverá comunicar o estudante e os pais/responsáveis legais, quando menor de idade, com a devida antecedência para fins de ciência, e orientação sobre o início do processo de reclassificação.

Art. 296 Cabe à Comissão, constituída pela Equipe Pedagógica e docente da Instituição de Ensino, elaborar ata referente ao processo de reclassificação, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do estudante.

Art. 297 O estudante reclassificado deve ser acompanhado pela Equipe Pedagógica, no prazo de 02 anos quanto aos seus resultados de aprendizagem.

Art. 298 O resultado do processo de reclassificação será registrado em ata e integrará a Pasta Individual do estudante.

Art. 299 O resultado final do processo de reclassificação realizado pela Instituição de Ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à SEED.

Art. 300 A reclassificação é vedada aos cursos da Educação Profissional e aos estudantes que já participaram de processo de classificação ou aproveitamento de estudos.

Art. 301 A classificação e reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada.

Subseção III – Da Adaptação

Art. 302 A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o estudante possa seguir o novo currículo.

Art. 303 A adaptação de estudos far-se-á pela Base Nacional Comum



Curricular.

Art. 304 A adaptação de estudos será realizada durante o curso.

Art. 305 A efetivação do processo de adaptação será de responsabilidade da Equipe Pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o estudante está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao estudante não sendo obrigatória a frequência.

Parágrafo único - Ao final do processo de adaptação, será elaborada ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do estudante e no Relatório Final e arquivado na pasta individual do estudante.

Subseção IV – Da revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior

Art. 306 A Instituição de Ensino procederá à equivalência de estudos incompletos cursados no exterior e correspondentes ao Ensino Fundamental ou Médio.

Art. 307 A Instituição de Ensino procederá à equivalência e revalidação de estudos completos realizados no exterior e correspondentes ao Ensino Fundamental, aos estudantes que pretendem efetuar matrícula no Ensino Médio. Caso não ofereça, deverá encaminhar os estudantes para revalidação e equivalência de estudos completos do Ensino Fundamental a uma instituição de ensino credenciada pela legislação vigente.

Art. 308 A Instituição de Ensino procederá à equivalência e à revalidação de estudos completos realizados no exterior correspondentes ao Ensino Fundamental e Médio somente para as Instituições de Ensino credenciadas pela legislação vigente.

Art. 309 A Instituição de Ensino, para a equivalência e a revalidação de estudos completos e incompletos, seguirá orientações emanadas da SEED e observará:



- I. legalização dos documentos escolares expedidos pelos países signatários da Convenção de Haia, por meio da aposição da Apostila da Convenção de Haia, emitida pelas autoridades competentes de cada país;
- II. legalização dos documentos escolares, expedidos pelos países não signatários da Convenção de Haia, deverá ser efetuada pelo cônsul brasileiro da jurisdição;
- III. documentos escolares encaminhados por via diplomática e os expedidos na França e nos países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, não necessitam de legalização;
- IV. a existência de acordos e convênios internacionais;
- V. documentos escolares originais, exceto os de LEM Espanhol, devem ser traduzidos por tradutor juramentado do Brasil;
- VI. as normas de transferência e aproveitamento de estudos constantes na legislação vigente.

Art. 310 Após a equivalência e revalidação de estudos completos será expedido o certificado de conclusão.

Art. 311 A matrícula no Ensino Médio somente poderá ser efetivada após a equivalência e revalidação de estudos completos do Ensino Fundamental.

Art. 312 A matrícula do estudante proveniente do exterior, que não apresentar documentação escolar, far-se-á mediante processo de classificação, previsto na legislação vigente.

Parágrafo único - O estudante que não apresentar condições imediatas para classificação será matriculado na série compatível com sua idade em qualquer época do ano, ficando a Instituição de Ensino obrigada a elaborar plano próprio.

Art. 313 A matrícula de estudantes oriundos do exterior, com período letivo concluído depois de ultrapassados 25% do total de horas letivas previstas no



Calendário Escolar, far-se-á mediante classificação, aproveitamento e adaptação, previstos na legislação vigente, independentemente da apresentação de documentação escolar de estudos realizados.

Art. 314 Caberá ao CEE/PR decidir sobre a equivalência de estudos ou de cursos que não tenham similar no Sistema de Ensino do Brasil.

Subseção V – Da Regularização de Vida Escolar

Art. 315 O encaminhamento dos processos de regularização da vida escolar é de responsabilidade da Instituição de Ensino que detém a matrícula do estudante, mesmo nos casos de transferência com irregularidades.

Art. 316 O processo de regularização de vida escolar é de responsabilidade do diretor da instituição de Ensino, sob a orientação e supervisão do NRE, conforme normas do Sistema Estadual de Ensino.

§ 1º Constatada a irregularidade, a Direção da Instituição de Ensino dará ciência imediata ao NRE.

§ 2º O NRE acompanhará o processo pedagógico e administrativo, desde a comunicação do fato até a sua conclusão.

§ 3º Tratando-se de transferência com irregularidade, caberá à Direção da Instituição de Ensino registrar os resultados do processo na documentação do estudante.

Art. 317 No caso de irregularidade detectada após o encerramento do curso, o estudante será convocado para exames especiais a serem realizados na Instituição de Ensino em que concluiu o curso, sob a supervisão do NRE.

§ 1º Na impossibilidade de serem efetuados os exames especiais na Instituição



de Ensino em que o estudante concluiu o curso, o NRE deverá credenciar uma Instituição de Ensino devidamente reconhecida.

§ 2º Sob nenhuma hipótese a regularização da vida escolar acarretará ônus financeiro para o estudante.

Art. 318 No caso de insucesso nos exames especiais, o estudante poderá requerer nova oportunidade, decorridos, no mínimo, 60 dias, a partir da publicação dos resultados.

Art. 319 Comprovado em qualquer tempo o uso de meios fraudulentos para obtenção dos benefícios concedidos na legislação vigente ou existência de infringência às determinações do presente, todos os atos escolares praticados pelo favorecido serão nulos para qualquer fim de direito.

Art. 320 Para os fins previstos na legislação não será admitida a figura do estudante ouvinte.

Seção VIII – Da Frequência

Art. 321 No Ensino Fundamental e Médio é obrigatória a frequência mínima de 75% do total da carga horária das horas letivas, para fins de promoção.

§ 1º Nos cursos com regime de matrícula semestral, a frequência mínima exigida é de 75% por semestre.

§ 2º Nos casos de infrequência escolar dos estudantes, deverão ser cumpridas as orientações do Programa de Combate ao Abandono Escolar.

Art. 322 É assegurado o regime de exercícios domiciliares, com acompanhamento pedagógico da Instituição de Ensino, como forma de compensação da ausência às aulas, aos estudantes que apresentarem impedimento de frequência,



conforme as seguintes condições, previstas na legislação vigente:

- I. portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras comorbidades;
- II. gestantes.

Art. 323 É assegurado o abono de faltas ao estudante que estiver matriculado em Órgão de Formação de Reserva e que seja obrigado a faltar suas atividades civis, por força de exercícios ou manobras ou reservistas que sejam chamados para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônias cívicas do Dia do Reservista.

Parágrafo único. As faltas tratadas no caput deste artigo deverão ser registradas no Livro Registro de Classe *Online*, porém, não serão consideradas no cômputo geral das faltas.

Seção IX – Da Avaliação da Aprendizagem, da Recuperação de Estudos e da Promoção

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 324 A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o (a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos (as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito.

Art. 325 A avaliação do aproveitamento deverá incidir sobre o desempenho do (a) estudante em diferentes situações de aprendizagem

Art. 326 A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o (a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação:



- I. entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas); pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;
- II. compreende-se que a diversidade de instrumentos avaliativos possibilita ao (a) estudante variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento, bem como permite ao (a) docente acompanhar o desenvolvimento dos processos cognitivos dos (as) estudantes, tais como: observação, descrição, argumentação, interpretação, formulação de hipóteses entre outros;
- III. na avaliação da aprendizagem dar-se-à relevância à atividade crítica, à capacidade de análise e síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização;
- IV. a individualidade de cada estudante e sua apreensão dos conteúdos básicos deverão ser assegurados nas decisões sobre o processo de avaliação, evitando-se a comparação com os demais;
- V. a avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade de forma a atender as especificidades.

Art. 327 A avaliação é contínua, cumulativa e processual, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Art. 328 A avaliação é realizada a partir dos objetivos de aprendizagens, utilizando metodologias e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no PPP.

Art. 329 Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados em consonância com a organização curricular e descritos no PPP:



- I. entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para a análise e julgamento do nível de aprendizagem dos (as) estudantes e do ensino do (a) docente;
- II. os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o (a) estudante aprenda.

Art. 330 Na avaliação da aprendizagem devem ser considerados os resultados obtidos ao longo de cada período avaliativo, em um processo contínuo expressando o seu desenvolvimento escolar, tomando na sua melhor forma, observando os avanços e as necessidades detectadas para estabelecer novas ações pedagógicas;

- I. o período avaliativo adotado pela Instituição de Ensino é o trimestral para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Médio Integrado, para os cursos Profissionalizantes (Médio Subsequente) o período avaliativo adotado é o bimestral
- II. caso a Instituição de Ensino opte pela alteração do período avaliativo, a troca só será validada no ano letivo subsequente, mediante nova consulta ao Conselho Escolar e registro em Ata.

Art. 331 Conforme preceitos legais, o sistema de avaliação, devidamente expresso no Regimento Escolar, é aquele estabelecido pela mantenedora para fins de aprovação do (a) estudante, sendo: - média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no cômputo geral do total de horas letivas

Art. 332 A regra do cálculo do período avaliativo é a média aritmética, definida pelo Colegiado, podendo ser revista no início de cada ano letivo, com registro em Ata, devendo ser utilizada igualmente por todas as disciplinas e/ou componentes



curriculares.

Art. 333 A avaliação da aprendizagem, quando expressa por nota, deverá ter os registros em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

Art. 334 Para a composição da média do período avaliativo, deverá ser obrigatoriamente proporcionado ao (a) estudante no mínimo 02 (dois) instrumentos de avaliação e 02 (dois) instrumentos de recuperação de estudos podendo chegar ao máximo de 10 (dez) instrumentos de avaliação e 10 (dez) instrumentos de recuperação, não havendo necessariamente a vinculação de um instrumento de recuperação para cada instrumento de avaliação.

Art. 335 Os resultados das atividades avaliativas serão analisadas durante o período letivo, pelos estudantes e pelos professores, observando os avanços e as necessidades detectadas para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

Art. 336 As atividades dos Programas de Ampliação de Jornada, por serem optativos, não necessitam ser submetidas ao mesmo processo de avaliação das demais disciplinas quanto ao registro de notas.

DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Art. 337 A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o (a) docente reorganizará sua metodologia em função dos resultados de aprendizagem apresentados pelos (as) estudantes.

Art. 338 A recuperação de estudos deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem realizada ao longo do período letivo, assegurando a todos os estudantes novas oportunidades de aprendizagem.

Art. 339 A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos



(as) os (as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média, conseqüentemente os estudantes não poderão ser dispensados das suas atividades escolares

Art. 340 A recuperação de estudos é composta por dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de avaliação sem a retomada dos conteúdos;

- I. considerando que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo;
- II. fica vetado realizar apenas a recuperação das provas escritas;

Art. 341 No processo de recuperação de estudos que obtiver a nota acima daquela anteriormente atribuída deverá ter a nota substituída, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos;

Parágrafo único - os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no LRCO ou RCO.

Art. 342 A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

Art. 343 A Instituição de Ensino tem autonomia para planejar e desenvolver as ações pedagógicas que promovam a retomada dos conteúdos, definindo critérios para utilização das “notas”, cabendo aos docentes deliberar e acompanhar em conjunto com a equipe pedagógica.



DA PROMOÇÃO

Art. 344 A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar dos (as) estudantes, aliada à apuração da sua frequência, conforme o Sistema de Avaliação da mantenedora.

Art. 345 Poderão ser promovidos por Conselho de Classe os estudantes que demonstrarem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais e que apresentarem condições de dar continuidade aos estudos nos anos, séries e semestres seguintes.

Art. 346 Os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e do Profissional serão considerados retidos ao final do ano letivo quando apresentarem:

- I. frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do curso, independentemente do aproveitamento escolar;
- II. média inferior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, mesmo que a frequência seja superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do curso após recuperação.

Art. 347 A disciplina de Ensino Religioso não se constitui em objeto de aprovação e reprovação dos estudantes, conforme a legislação vigente.

Art. 348 Os estudantes que retornarem à Instituição de Ensino após as ações de combate ao abandono escolar, que não apresentarem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no cômputo geral do total de horas letivas, ainda que com a média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), serão retidos nos anos, séries e semestres;

- I. a estes estudantes deverá ser ofertado um Plano de Estudos Especiais para recuperação dos conteúdos;
- II. àqueles que obtiverem rendimento satisfatório deverão ser ofertados os processos de Reclassificação no ano seguinte conforme preceitos legais.



Seção X – Do Estágio

Art. 349 O estágio configura-se como uma prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo pela Instituição de Ensino, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos no Plano de Curso, previstos no PPP/PPC e descritos no Plano de Estágio.

Art. 350 O estágio obrigatório configura-se como uma prática profissional supervisionada, prevista na Matriz Curricular, em função da natureza do itinerário formativo ou da ocupação, sendo planejado, executado e avaliado de acordo com o perfil profissional exigido para a conclusão do curso.

Seção XI – Do Calendário Escolar

Art. 351 O Calendário Escolar será elaborado atendendo à legislação vigente e às normas emanadas da SEED.

Art. 352 O calendário escolar, aprovado pelo Conselho Escolar, deverá ser submetido pela Instituição de Ensino ao NRE, para apreciação no ano anterior à sua efetivação, seguindo instrução específica da SEED.

Art. 353 No calendário escolar, todas as exceções devem estar descritas, assim como a reposição caso necessário, sendo que esta somente entrará em vigor após a aprovação pelo Conselho Escolar e pela mantenedora.

Art. 354 O Calendário Escolar deverá garantir o mínimo de horas e dias letivos previstos para cada etapa e modalidade.

Art. 355 O ano letivo somente será considerado encerrado após o cumprimento integral do Calendário Escolar homologado.

Parágrafo único. O Calendário Escolar deverá adequar-se às peculiaridades



locais, assim como as climáticas epidêmicas, pandêmicas, econômicas, sem com isso reduzir o número de horas aula que foram suspensas e assegurar que as atividades possam ser realizadas de forma a garantir o padrão de qualidade previsto no inciso IX do artigo 3º da LDBEN e inciso VII do Art. 206 da Constituição Federal.

Seção XII – Dos Registros e Arquivos Escolares

Art. 356 A escrituração e o arquivamento de documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação de:

- I. identificação de cada estudante;
- II. regularidade de seus estudos;
- III. autenticidade de sua vida escolar.

Art. 357 Os atos escolares, para efeito de registro e arquivamento, são escriturados em livros e fichas padronizadas, observando-se os regulamentos e disposições legais aplicáveis.

Art. 358 Os livros de escrituração escolar deverão conter termos de abertura e encerramento imprescindíveis à identificação e comprovação dos atos que se registrem, datas e assinaturas que os autenticem assegurando, em qualquer tempo a identidade do estudante, regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Art. 359 A Instituição de Ensino deverá dispor de documentos escolares para os registros individuais de estudantes, professores e outras ocorrências.

Art. 360 São documentos de registro escolar:

- I. Requerimento de Matrícula;
- II. Ficha Individual;
- III. Parecer Descritivo Parcial e Final;
- IV. Histórico Escolar;



- V. Diploma;
- VI. Relatório Final;
- VII. Ficha de Registro de Nota e Frequência
- VIII. Livro Registro de Classe - LRC.
- IX. Livro de Registro de Classe *Online* – LRCO

Subseção I – Da Eliminação de Documentos Escolares

Art. 361 Toda e qualquer eliminação de documentos deve seguir critérios determinados pela Comissão Setorial de Avaliação de Documentos do NRE, conforme legislação vigente.

§ 1º A Direção da Instituição deverá solicitar à Comissão Setorial de Avaliação de Documentos a análise dos documentos a serem eliminados.

§ 2º Os critérios indicados no caput do artigo referem-se a orientações técnicas e prazos dispostos pela administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual.

Seção XIII – Da Avaliação Institucional

Art. 362 A Avaliação Institucional, sob a perspectiva democrática, é o processo que busca avaliar a Instituição de Ensino de forma global, contemplando os vários elementos que a constituem, em função de seu PPP, a partir da participação e reflexão coletiva, a fim de diagnosticar a realidade institucional.

Art. 363 A Avaliação Institucional ocorrerá por meio de mecanismos criados pela Instituição de Ensino e pela SEED, prevendo-se a análise crítica de resultados e do processo de gestão em todas as etapas hierárquicas da Instituição.

Parágrafo único - A Avaliação Institucional ocorrerá anualmente, preferencialmente no final do ano letivo, e subsidiará a organização do Plano de Ação da Instituição de Ensino no ano subsequente.



Seção XIV – Dos Espaços Pedagógicos

Art. 364 Os espaços pedagógico na Instituição de Ensino, tem como principio contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas, experiências de aprendizagens que, em sua materialidade, está impregnado de símbolos e marcas que comunicam e educam através da disponibilização de conteúdos e recursos didáticos aos estudantes. É ainda a reflexão pedagógica que o professor faz de sua prática em sala de aula.

Art. 365 A biblioteca é um espaço pedagógico democrático com acervo bibliográfico à disposição da comunidade escolar.

Art. 366 A relação de acervo bibliográfico deve ser atualizada e adequada para o atendimento dos objetivos de todas as etapas e modalidades ofertadas pela Instituição de Ensino.

Art. 367 A biblioteca tem regulamento específico elaborado pela Equipe Pedagógica e aprovado pelo Conselho Escolar, no qual consta sua organização e funcionamento.

Parágrafo único - A biblioteca estará sob a responsabilidade de um funcionário, indicado pela Direção, o qual tem suas atribuições especificadas neste Regimento Escolar.

Art. 368 O laboratório de Ciências, Química, Física e Biologia é um espaço pedagógico para uso dos docentes e estudantes, com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Escolar.

Parágrafo único - O profissional responsável pelo laboratório de Ciências, Química, Física e Biologia tem suas atribuições especificadas neste Regimento Escolar.



Art. 369 O laboratório de Informática é um espaço pedagógico para uso dos docentes e estudantes, com regulamento próprio.

Art. 370 O laboratório de Informática é de responsabilidade de um funcionário indicado pela Direção, com domínio básico da ferramenta, e suas atribuições estão especificadas neste Regimento Escolar.

As Instituições de Ensino com oferta da Educação Profissional deverão especificar seus laboratórios conforme o curso técnico ofertado

Art. 371 O Curso Técnico em Enfermagem, Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde oferece o laboratório com o objetivo de desenvolver no estudante a capacidade de articular conhecimentos teóricos e práticas laborais indispensáveis para a inserção qualificada no mundo do trabalho.

Parágrafo único - O laboratório citado terá como responsável um professor da área do curso.

Compete à Instituição de Ensino, assegurar a acessibilidade predial, a comunicação e os recursos tecnológicos nos espaços pedagógicos aos estudantes da Educação Especial

TÍTULO III – DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR

CAPÍTULO I – Da equipe gestora e docentes

Seção I - Dos Direitos

Art. 372 Aos docentes, Equipe Pedagógica, coordenação e Direção, além dos direitos que lhes são assegurados pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná e legislação vigente são garantidos também os seguintes direitos:



- I. ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;
- II. participar de grupos de estudos, encontros, cursos, seminários e outros eventos, ofertados pela SEED e pela própria instituição de ensino, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional;
- III. propor aos diversos setores da Instituição de Ensino, ações que viabilizem um melhor funcionamento das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras;
- IV. requisitar ao setor competente, o material necessário para desenvolver sua atividade, dentro das possibilidades da Instituição de Ensino;
- V. sugerir ações que objetivem o aprimoramento dos procedimentos de ensino, da avaliação do processo pedagógico, da administração, da disciplina e das relações de trabalho na Instituição de Ensino;
- VI. utilizar-se das dependências e dos recursos materiais da instituição para o desenvolvimento de suas atividades;
- VII. votar ou ser votado como representante no Conselho Escolar e associações afins;
- VIII. participar de associações ou agremiações afins;
- IX. ter assegurado, pelo mantenedor, o processo de formação continuada;
- X. ter acesso às orientações e normas emanadas da SEED;
- XI. participar da avaliação institucional, conforme orientação da SEED;
- XII. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e dos Regulamentos Internos da Instituição de Ensino;
- XIII. compor equipe multidisciplinar, para orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo;

Seção II – Dos Deveres

Art. 373 Aos docentes, Equipe Pedagógica, Coordenação e Direção, além das



atribuições previstas neste Regimento Escolar, compete:

- I. ser assíduo, comparecendo pontualmente à Instituição de Ensino nas horas efetivas de trabalho e quando convocado, para outras atividades programadas e definidas pelo coletivo;
- II. cumprir e fazer cumprir o Calendário Escolar;
- III. comunicar, com antecedência, eventuais atrasos e faltas;
- IV. possibilitar que a Instituição de Ensino cumpra a sua função, no âmbito de sua competência;
- V. desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso, permanência e sucesso dos estudantes na Instituição de Ensino;
- VI. elaborar tarefas domiciliares aos estudantes impossibilitados de frequentar a Instituição de ensino;
- VII. promover relações cooperativas no ambiente escolar;
- VIII. manter ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de trabalho escolar;
- IX. colaborar com as atividades de articulação da Instituição de Ensino com as famílias e a comunidade;
- X. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- XI. contribuir na elaboração e implementação do PPP, Regimento Escolar e Regulamentos Internos;
- XII. acompanhar a definição da Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso da Instituição de Ensino e sua Matriz Curricular, conforme normas emanadas da SEED;
- XIII. cumprir as diretrizes definidas no PPP/Proposta Pedagógica Curricular;
- XIV. cumprir rigorosamente o contido no Programa de Combate ao Abandono Escolar;
- XV. zelar pela manutenção e conservação das instalações escolares;
- XVI. cumprir as atribuições inerentes ao seu cargo;
- XVII. comunicar aos órgãos competentes quanto à frequência dos



- estudantes, para tomada das ações cabíveis;
- XVIII. atender aos estudantes independentemente de suas condições de aprendizagem;
 - XIX. solicitar aos pais ou responsáveis, os motivos do afastamento dos estudantes;
 - XX. discutir junto à comunidade escolar sobre a importância do uso obrigatório do uniforme, encaminhando pedagogicamente as situações;
 - XXI. zelar pela conservação e preservação das instalações escolares;
 - XXII. comunicar à autoridade policial quando verificado ato infracional cometido por criança ou adolescente, tal como contra criança ou adolescente;
 - XXIII. denunciar situações de discriminação e preconceito étnico, de orientação sexual, de identidade de gênero, de religião, território, sofrido ou presenciado na comunidade escolar;
 - XXIV. respeitar toda identidade de gênero e a orientação sexual de qualquer membro da comunidade escolar;
 - XXV. assegurar o sigilo do nome de registro de civil de estudante respeitando sua identidade de gênero;
 - XXVI. utilizar o nome social de estudantes nos registros escolares conforme legislação vigente;
 - XXVII. contribuir com as medidas sanitárias de prevenção recomendadas pelos órgãos competentes, de forma a garantir a proteção à saúde coletiva;
 - XXVIII. participar das medidas para prevenir a ocorrência de atos de indisciplina ou infracionais, promovendo a prevenção e a mediação de conflitos;
 - XXIX. participar das ações de mobilização com a comunidade escolar a fim de propor medidas de prevenção às violências;
 - XXX. tomar conhecimento das disposições contidas no Regimento Escolar;
 - XXXI. orientar os estudantes quanto ao uso obrigatório do uniforme;
 - XXXII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.



Art. 374 Compete à Direção da Instituição de Ensino, conforme a legislação vigente, atender situações que envolvam famílias sem condições de adquirir uniforme escolar.

Art. 375 Compete à Direção da Enstituição de ensino implementar de forma integrada as medidas sanitárias de prevenção recomendadas pelos órgãos competentes garantindo a proteção dos membros da comunidade escolar.

Parágrafo único - Resguardar o direito ao acesso e permanência do estudante na Instituição de Ensino, considerando a legislação vigente.

Art. 376 Para os casos de ato infracional, deverá a equipe gestora:

§ 1º Quando praticado por criança, comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar, em atendimento ao disposto na legislação.

§ 2º Quando praticado por adolescentes a partir de 12 anos até 18 anos incompletos, comunicar a autoridade policial, imediatamente, e em seguida ao Conselho Tutelar ou à Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude.

§ 3º Não permitir prejuízo à frequência do estudante na Instituição de Ensino, salvo decreto de internação provisória.

Seção III – Das Proibições

Art. 377 Aos docentes, Equipe Pedagógica, coordenação e Direção são vetados:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico;
- II. ministrar, sob qualquer pretexto, aulas particulares e atendimento especializado remunerado aos seus estudantes nas dependências da



- Instituição de Ensino ou fora dela;
- III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente à Instituição de Ensino;
 - IV. ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de trabalho;
 - V. impedir o acesso e permanência do estudante na Instituição de Ensino, quando no desempenho de atividades escolares.
 - VI. receber pessoas estranhas ao funcionamento da Instituição de Ensino, durante o período de trabalho, sem a prévia autorização do órgão competente;
 - VII. expor colegas de trabalho, estudantes ou qualquer membro da comunidade a situações constrangedoras;
 - VIII. ausentar-se da Instituição de Ensino, durante sua jornada de trabalho, sem prévia autorização do órgão competente;
 - IX. transferir para outras pessoas o desempenho do encargo que lhe foi confiado;
 - X. utilizar-se em sala de aula de equipamentos eletrônicos que não estejam vinculados ao processo ensino-aprendizagem;
 - XI. divulgar por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da Instituição de Ensino, sem prévia autorização da Direção;
 - XII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, campanhas de qualquer natureza, envolvendo o nome da Instituição de Ensino, sem prévia autorização da Direção ou do Conselho Escolar;
 - XIII. comparecer à Instituição de Ensino embriagado ou com indicativos de ingestão ou uso de substâncias psicoativas ilícitas;
 - XIV. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;
 - XV. fumar nas dependências da Instituição de Ensino.

Art. 378 A prática de atos de indisciplina realizados pelos estudantes não poderá resultar na aplicação, por parte das autoridades escolares, em sanções que



impeçam o exercício do direito fundamental à educação por parte das crianças, adolescentes e adultos.

Art. 379 Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados ouvindo os envolvidos e registrado em ata.

CAPÍTULO II – Do Agente Educacional I e II

Seção I – Dos Direitos

Art. 380 Aos Agentes Educacionais I e II, além dos direitos que lhes são assegurados têm ainda, as seguintes prerrogativas:

- I. ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;
- II. participar de grupos de estudos, encontros, cursos, seminários e outros eventos, ofertados pela SEED e pela própria Instituição de Ensino, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional;
- III. colaborar na implementação da Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso definida no PPP/PPC;
- IV. utilizar-se das dependências, das instalações e dos recursos materiais da instituição, necessários ao exercício de suas funções;
- V. requisitar o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades da Instituição de Ensino;
- VI. sugerir aos diversos setores de serviços da Instituição de Ensino, ações que viabilizem um melhor funcionamento de suas atividades;
- VII. votar ou ser votado como representante no Conselho Escolar e associações afins;
- VIII. participar de associações ou agremiações afins;
- IX. ter assegurado pelo mantenedor, o processo de formação continuada;
- X. ter assegurado o gozo de férias previsto em lei.



Seção II – Dos Deveres

Art. 381 Aos Agentes Educacionais I e II compete:

- I. ser assíduo, comparecendo pontualmente à Instituição de Ensino nas horas efetivas de trabalho e quando convocado para outras atividades programadas e definidas pelo coletivo;
- II. cumprir e fazer cumprir os horários e Calendário Escolar;
- III. comunicar com antecedência, eventuais atrasos e faltas;
- IV. desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do estudante na Instituição de Ensino;
- V. promover relações cooperativas no ambiente escolar;
- VI. manter ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de trabalho escolar;
- VII. colaborar na realização dos eventos da Instituição de Ensino quando convocado;
- VIII. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- IX. zelar pela manutenção e conservação das instalações escolares;
- X. contribuir com as atividades de articulação da Instituição de Ensino com as famílias e a comunidade;
- XI. cumprir as atribuições inerentes ao seu cargo;
- XII. tomar conhecimento das disposições contidas no Regimento Escolar;
- XIII. respeitar toda identidade de gênero e a orientação sexual de qualquer membro da comunidade escolar;
- XIV. assegurar o sigilo do nome de registro civil de estudantes, respeitando sua identidade de gênero;
- XV. denunciar situações de discriminação e preconceito étnico, de gênero, de orientação sexual, de identidade de gênero, de religião, de território, sofrido ou presenciado na comunidade escolar;
- XVI. contribuir com as medidas sanitárias de prevenção recomendadas pelos órgãos competentes, de forma a garantir a proteção à saúde coletiva;



- XVII. participar das medidas para prevenir a ocorrência de atos de indisciplina ou infracionais, promovendo a prevenção e a mediação de conflitos;
- XVIII. participar das ações de mobilização com a comunidade escolar a fim de propor medidas de prevenção às violências;
- XIX. prevenir situações de *bullying* estabelecendo medidas que promovam a cultura de Educação em Direitos Humanos;
- XX. denunciar os casos suspeitos de desrespeito aos Direitos Humanos contra a população infanto-juvenil, conforme legislação vigente;
- XXI. tomar conhecimento das disposições contidas no Regimento Escolar e dos regulamentos internos da Instituição de Ensino;
- XXII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Seção III – Das Proibições

Art. 382 Aos Agentes Educacionais I e II é proibido:

- I. tomar decisões individuais que venham prejudicar o processo pedagógico e o andamento geral da Instituição de Ensino;
- II. retirar e utilizar qualquer documento ou material pertencente à Instituição de Ensino, sem a devida permissão do órgão competente;
- III. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;
- IV. ausentar-se da Instituição de Ensino no seu horário de trabalho sem a prévia autorização do setor competente;
- V. ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de trabalho;
- VI. receber pessoas estranhas ao funcionamento da Instituição de Ensino durante o período de trabalho, sem prévia autorização do órgão competente;
- VII. expor estudantes, colegas de trabalho ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;
- VIII. impedir o acesso e permanência do estudante na Instituição de Ensino, quando no desempenho de atividades escolares;



- IX. transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confiado;
- X. divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da Instituição de Ensino, sem prévia autorização da Direção ou do Conselho Escolar;
- XI. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, que envolvam o nome da instituição de ensino, sem a prévia autorização da Direção;
- XII. comparecer à Instituição de Ensino embriagado ou com indicativos de ingestão ou uso de substâncias psicoativas ilícitas;
- XIII. fumar nas dependências da instituição de ensino.

Art. 383 Os Direitos, deveres e proibições dos trabalhadores contratados terceirizados equivalem aos do Agente Educacional I e II, excetuando-se a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou atividades que requerem a tomada de decisão, conforme legislação vigente.

Art. 384 Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo os envolvidos e registrando os acontecimentos em ata, com as respectivas assinaturas.

CAPÍTULO III – Dos estudantes

Seção I - Dos Direitos

Art. 385 Aos estudantes, regularmente matriculados na Instituição de Ensino, de qualquer nível, no exercício da liberdade de consciência e de crença além dos direitos que lhes são assegurados pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações, Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações vigentes, são garantidos:

- I. condições para o acesso e permanência na Instituição de Ensino asseguradas pelo princípio constitucional de igualdade;



- II. ensino-aprendizagem efetivado pelo cumprimento da função da Instituição de Ensino;
- III. ensino-aprendizagem, com acompanhamento pedagógico da Instituição de Ensino, quando impossibilitado de frequentar as aulas por motivo de enfermidade ou gestação, mediante laudo médico;
- IV. ensino de qualidade ministrado por profissionais habilitados para o exercício de suas funções e atualizados em suas áreas de conhecimento;
- V. acesso a todos os conteúdos previstos na Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso da Instituição de Ensino
- VI. ser informado sobre o Sistema de Avaliação da Instituição de Ensino;
- VII. acompanhar seu aproveitamento escolar e de sua frequência, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem;
- VIII. ter recuperação de conteúdos, no decorrer do ano letivo, com diferentes metodologias que possibilitem sua aprendizagem;
- IX. contestar os critérios avaliativos que julgar estar em divergência do contido no disposto deste Regimento Escolar, podendo recorrer ao Conselho Escolar e instâncias superiores;
- X. solicitar pelos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, revisão do resultado final do aproveitamento escolar, dentro do prazo máximo de 48 horas úteis, a partir da divulgação do mesmo;
- XI. utilizar os serviços, as dependências escolares e os recursos materiais da Instituição de Ensino, de acordo com as normas estabelecidas nos regulamentos internos;
- XII. solicitar orientação dos diversos setores da Instituição de Ensino;
- XIII. participar das aulas e das demais atividades escolares;
- XIV. participar de forma representativa na construção, acompanhamento e avaliação do PPP;
- XV. ter assegurada a prática facultativa, da Educação Física, nos casos previstos em lei;
- XVI. requerer transferência, quando maior ou quando criança e adolescente por meio dos pais ou responsáveis;



- XVII. requerer previamente, prova, aula ou atividades a critério da Instituição de Ensino, em razão de sua ausência por motivo de guarda religiosa, conforme legislação vigente;
- XVIII. reposição das aulas e conteúdos, cumprindo o mínimo de 800 horas e 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Médio Integrado. Para o Novo Ensino Médio (NEM) a carga horária será específica para cada série:
- 1ª série – 800h – FGB + 200 – IF
2ª série – 600h – FGB + 400 – IF
3ª série – 400h – FGB + 600 – IF.
- Conforme previsto na LDBEN e na instrução de Calendário Escolar vigente.
- XIX. serem representados no Conselho Escolar pelos seus pais ou responsáveis, que terão direito à voz e ao voto e assinatura, representando os interesses do segmento –estudantes - quando menores de 16 anos;
- XX. votar e assinar pelo segmento que representam estudantes - maiores de 16 e menores de 18 anos - devem estar assistidos pelos seus pais ou responsáveis legais;
- XXI. participar do Grêmio Estudantil;
- XXII. representar ou fazer-se representar nas reuniões do Pré-Conselho, do Conselho Participativo e do Conselho de Classe;
- XXIII. atividades avaliativas pré-estabelecidas, em caso de faltas, mediante atestado médico no prazo de no máximo 48 horas a partir da data da atividade avaliativa;
- XXIV. ausentar-se de prova ou de aula marcada, mediante prévio e motivado requerimento, para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, prova ou aula de reposição, observado os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do estudante;
- XXV. atendimento de escolarização hospitalar, quando impossibilitado de frequentar a Instituição de Ensino por motivos de enfermidade, em



- virtude de situação de internamento hospitalar;
- XXVI. ter registro de carga horária cumprida pelo estudante, no Histórico Escolar e das atividades pedagógicas complementares;
- XXVII. requerer por escrito, a inserção do nome social em registros escolares internos, conforme legislação vigente;
- XXVIII. ser respeitado, sem qualquer forma de discriminação;
- XXIX. ter respeitada a sua identidade de gênero e ser tratado pelo nome social, no âmbito escolar;
- XXX. denunciar situações de discriminação e preconceito étnico, de orientação sexual, de identidade de gênero, de religião, de território, sofrido ou presenciado na comunidade escolar;
- XXXI. ambiente escolar que promova uma Educação em Direitos Humanos e de respeito às diversidades;
- XXXII. receber AEE, quando necessário.
- XXXIII. reunir-se com outros estudantes para organizar, dentro da Instituição de Ensino, agremiações de cunho cultural, cívico, recreativo ou desportivo, nas condições estabelecidas ou aprovadas pelo respectivo Diretor;
- XXXIV. recorrer de medida educativa quando se julgarem prejudicados, ao gestor competente.

Seção II – Dos Deveres

Art.386 São deveres dos estudantes:

- I. conhecer as disposições do Regimento Escolar e dos regulamentos internos da Instituição de Ensino, no ato da matrícula;
- II. manter e promover relações de cooperação no ambiente escolar;
- III. realizar as tarefas escolares definidas pelos docentes;
- IV. atender as determinações dos diversos setores da Instituição de Ensino, nos respectivos âmbitos de competência;
- V. participar de todas as atividades curriculares programadas e desenvolvidas pela Instituição de Ensino;



- VI. cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares;
- VII. zelar pelo patrimônio público, e em caso de dano intencional e comprovada a sua autoria, caberá encaminhamento aos órgãos responsáveis;
- VIII. cumprir as ações pedagógicas disciplinares propostas pela Instituição de Ensino;
- IX. providenciar e dispor, sempre que possível, do material solicitado e necessário ao desenvolvimento das atividades escolares;
- X. tratar com respeito e sem discriminação professores, funcionários e colegas;
- XI. comunicar aos pais ou responsáveis sobre reuniões, convocações e avisos gerais, sempre que lhe for solicitado;
- XII. comparecer pontualmente às aulas e demais atividades escolares;
- XIII. cumprir Protocolo de Biossegurança, contribuindo com as medidas sanitárias de prevenção recomendadas pelos órgãos competentes, de forma a garantir a proteção à saúde coletiva;
- XIV. manter-se em sala durante o período das aulas;
- XV. comunicar qualquer irregularidade de que tiver conhecimento ao setor competente;
- XVI. apresentar justificativa dos pais ou responsáveis, à Equipe Pedagógica, ao entrar após o horário de início das aulas;
- XVII. apresentar à Equipe Pedagógica o atestado médico ou justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, em caso de falta às aulas, no prazo máximo de 48 horas;
- XVIII. zelar e devolver os livros didáticos recebidos e os pertencentes à biblioteca escolar;
- XIX. observar a organização do horário semanal, deslocando-se para as atividades e locais determinados, dentro do prazo estabelecido;
- XX. respeitar a identidade de gênero e a orientação sexual de qualquer membro da comunidade escolar;
- XXI. denunciar situações de discriminação e preconceito étnico, de



- identidade de gênero, de crença religiosa, de território, sofrido ou presenciado na comunidade escolar;
- XXII. denunciar os casos suspeitos de desrespeito aos Direitos Humanos contra a população infanto-juvenil conforme legislação vigente;
 - XXIII. participar de medidas para prevenir a ocorrência de atos de indisciplina;
 - XXIV. cooperar com as medidas preventivas nos casos de *bullying*;
 - XXV. respeitar a propriedade alheia;
 - XXVI. comparecer à Instituição de Ensino devidamente uniformizado, quando o uso obrigatório do uniforme for aprovado pelo Conselho Escolar e pela APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar;
 - XXVII. auxiliar no combate ao racismo e discriminações que possam ocorrer nas dependências da Instituição de Ensino, levando o caso quando ocorrido até a equipe gestora;
 - XXVIII. manter práticas sadias de higiene individual e coletiva, zelando por sua boa apresentação pessoal;
 - XXIX. trajar corretamente o uniforme da Instituição de Ensino;
 - XXX. cumprir com as normas e valores dos CCM;
 - XXXI. apresentar-se corretamente e ter conduta exemplar no seu relacionamento com a comunidade escolar e local.
 - XXXII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Seção III – Das Proibições

Art. 387 Ao estudante é vetado:

- I. prejudicar o processo pedagógico e o bom andamento das atividades escolares;
- II. ocupar-se, durante o período de aula, de atividades contrárias ao processo pedagógico;
- III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente à Instituição de Ensino;
- IV. trazer para a Instituição de Ensino qualquer material não pedagógico;



- V. ausentar-se da Instituição de Ensino sem prévia autorização dos pais ou responsáveis e do órgão competente;
- VI. receber pessoas estranhas ao funcionamento da Instituição de Ensino;
- VII. discriminar, usar de violência, agredir fisicamente ou verbalmente colegas, professores e demais funcionários da Instituição de Ensino;
- VIII. expor colegas, funcionários, professores ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;
- IX. entrar e sair da sala durante a aula, sem a prévia autorização do respectivo professor;
- X. consumir, portar, manusear ou ingerir qualquer tipo de substância psicoativa lícita ou ilícita nas dependências da Instituição de Ensino, bem como comparecer às aulas sob efeito de tais substâncias;
- XI. fumar nas dependências da Instituição de Ensino;
- XII. utilizar-se de aparelhos eletrônicos na sala de aula, que não estejam vinculados ao processo ensino-aprendizagem;
- XIII. danificar os bens patrimoniais da Instituição de Ensino ou pertences de seus colegas, funcionários e professores;
- XIV. carregar material que represente perigo para sua integridade moral ou física ou de outrem;
- XV. divulgar, por qualquer meio de publicidade, ações que envolvam direta ou indiretamente o nome da Instituição de Ensino, sem prévia autorização da Direção ou do Conselho Escolar;
- XVI. promover excursões, jogos, coletas, rifas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, no ambiente escolar, sem a prévia autorização da Direção;
- XVII. rasurar ou adulterar qualquer documento escolar;
- XVIII. utilizar de fraudes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
- XIX. impedir colegas de participar das atividades escolares ou incitá-los à ausência.



Seção IV - Das Ações Pedagógicas, Educativas e Disciplinares Aplicadas aos Estudantes

Art. 388 O estudante que deixar de cumprir ou transgredir, de alguma forma, as disposições contidas no Regimento Escolar ficará sujeito às seguintes ações:

- I. orientação disciplinar com ações pedagógicas dos professores, Equipe Pedagógica e Direção, posterior comunicação aos pais ou responsáveis;
- II. ter registrado em livro ata a reincidência dos fatos envolvendo o estudante;
- III. convocar os pais para ciência e assinatura, quando menor;
- IV. após as ações descritas caso haja novas situações, comunicar os órgãos competentes para encaminhamentos com autorização dos pais ou responsáveis, da situação ocorrida, quando criança ou adolescente, conforme Constituição Federal

Art. 389 Os atos de indisciplina serão analisados na esfera pedagógica e administrativa da escola, aplicando as ações pedagógicas, educativas e disciplinares previstas no Regimento Escolar e, após esgotados todos os recursos aplicáveis no âmbito da Instituição de Ensino, o estudante deverá ser encaminhado aos órgãos competentes, para análise e aplicação de medidas cabíveis.

Art. 390 A família deve ser comunicada para que possa ter ciência da situação e como responsável pelo menor acompanhar o caso; nas situações que extrapolam o âmbito da Instituição de Ensino, o menor deverá ser conduzido aos órgãos competentes para novos encaminhamentos.

Art. 391 O ato infracional deverá ser apurado pela autoridade policial, com acompanhamento dos pais ou responsáveis dos estudantes envolvidos.

Art. 392 A prática de atos de indisciplina conforme a gravidade pode resultar na aplicação de ações que coíbem momentaneamente a presença do estudante em sala de aula, esse afastamento, entretanto, não deve configurar perda de conteúdos garantindo assim o direito fundamental à educação por parte das crianças,



adolescentes ou maiores de 18 anos.

Art. 393 Todas as ações pedagógicas disciplinares previstas no Regimento Escolar serão devidamente registradas em ata e apresentadas aos responsáveis e demais órgãos competentes para ciência das ações tomadas.

Art. 394 Quanto ao uso do uniforme este deve ser definido junto à comunidade escolar, mediante aprovação do Conselho Escolar.

§ 1º O não uso do uniforme pelo estudante prevê as seguintes medidas pela instituição de ensino:

- I. conscientização dos estudantes e seus responsáveis, inculcando noções básicas de cidadania e respeito às normas emanadas pela Instituição de Ensino quanto a utilização do uniforme;
- II. registro dos fatos da ausência do uso do uniforme, com assinatura dos pais ou responsáveis, quando menor;
- III. comunicar por escrito, com ciência e assinatura dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, observando a falta de uso do uniforme;
- IV. a instituição deve providenciar o empréstimo do uniforme para utilização no ambiente escolar.

Art. 395 O estudante, bem como, pais ou responsáveis deverão ser formalmente cientificados, por escrito, da imputação que lhes é feita e informados que a conduta praticada se refere à violação de norma contida no Regimento Escolar.

Art. 396 O ato de indisciplina previsto nesse Regimento Escolar e o procedimento para a aplicação de ações pedagógicas, educativas e disciplinares obedecem rigorosamente ao princípio da legalidade, considerando o amplo direito de defesa e o contraditório.



Art. 397 Todas as ações pedagógicas disciplinares previstas no Regimento Escolar serão devidamente registradas em ata e assinadas pelos responsáveis e, caso necessário, aos demais órgãos competentes, para ciência das ações tomadas.

Art. 398 A Direção deve analisar os atos praticados por estudantes menores, com idade entre 12 a 18 anos no interior da Instituição de Ensino com base na gravidade fazer o encaminhamento cabível.

CAPÍTULO IV – Dos direitos, deveres e proibições dos pais ou responsáveis

Seção I – Dos Direitos

Art. 399 Os pais ou responsáveis, além dos direitos outorgados pela legislação vigente, têm ainda as seguintes prerrogativas:

- I. serem respeitados na condição de pais ou responsáveis, interessados no processo educacional desenvolvido na Instituição de Ensino;
- II. terem conhecimento das disposições contidas neste Regimento Escolar;
- III. sugerirem aos diversos setores da Instituição de Ensino, ações que viabilizem melhor funcionamento das atividades;
- IV. serem informados sobre o Sistema de Avaliação da Aprendizagem da Instituição de Ensino;
- V. serem informados no decorrer do ano letivo, sobre a frequência e rendimento escolar obtido pelo estudante;
- VI. terem acesso ao Calendário Escolar da Instituição de Ensino;
- VII. solicitarem no prazo máximo de 48 horas úteis, a partir da divulgação dos resultados, pedido de revisão de notas do estudante;
- VIII. terem assegurada autonomia na definição dos seus representantes no Conselho Escolar;
- IX. analisar critérios avaliativos, encaminhamentos pedagógicos e demais disposições que julguem estar em divergência do contido no disposto deste Regimento Escolar, podendo recorrer ao Conselho Escolar e instâncias superiores;



- X. terem assegurado o direito de votar ou ser votado enquanto representante no Conselho Escolar e associações afins;
- XI. representarem ou serem representados, na condição de segmento, no Conselho Escolar;
- XII. participarem das ações que promovam a cultura de Educação em Direitos Humanos;
- XIII. terem acesso ao aplicativo Escola Paraná para acompanhamento dos conteúdos e informações escolares do estudante.

Seção II – Dos Deveres

Art. 400 Aos pais ou responsáveis, além de outras atribuições legais, compete:

- I. matricular o estudante na Instituição de Ensino, de acordo com a legislação vigente;
- II. manter relações cooperativas no âmbito escolar;
- III. assumir junto à Instituição de Ensino ações de corresponsabilidade que assegurem a formação educativa do estudante;
- IV. assegurar o comparecimento e a permanência do estudante na Instituição de Ensino;
- V. respeitar a decisão do Conselho Escolar quanto ao uso do uniforme pelo estudante no ambiente escolar;
- VI. respeitar os horários estabelecidos pela Instituição de Ensino para o bom andamento das atividades escolares;
- VII. requerer transferência quando responsável pelo estudante, criança ou adolescente;
- VIII. identificar-se na secretaria da Instituição de Ensino, para que seja encaminhado para atendimentos;
- IX. comparecer às reuniões e demais convocações do setor pedagógico e administrativo da Instituição de Ensino, sempre que se fizer necessário;
- X. comparecer às reuniões do Conselho Escolar quando membro;
- XI. acompanhar o desenvolvimento escolar do estudante pelo qual é responsável;



- XII. encaminhar e acompanhar o estudante pelo qual é responsável aos atendimentos especializados, solicitados pela Instituição de Ensino e ofertados pelas instituições públicas;
- XIII. respeitar e fazer cumprir as decisões tomadas nas assembleias de pais ou responsáveis para as quais for convocado;
- XIV. apresentar à Equipe Pedagógica, o atestado médico do estudante ou justificativa, em caso de falta às aulas, no prazo máximo de 48 horas;
- XV. respeitar a identidade de gênero e a orientação sexual de qualquer membro da comunidade escolar;
- XVI. denunciar os casos suspeitos de desrespeito contra a criança e ou adolescente, conforme legislação vigente;
- XVII. prevenir todas as formas de violência no ambiente escolar;
- XVIII. cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 401 Os pais ou responsáveis serão notificados sobre atrasos no comparecimento do estudante às aulas.

Art. 402 Cabe aos pais ou responsáveis pelos estudantes que deixarem de cumprir ou transgredir de alguma forma as disposições contidas no Regimento Escolar tomarem ciência das ações pedagógicas educativas aplicadas, comparecendo, quando convocados pela Direção, assinando o registro dos fatos ocorridos envolvendo os estudantes.

Art. 403 Em qualquer hipótese, os pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, após serem notificados e orientados, poderão acompanhar todo procedimento disciplinar e interpor os recursos administrativos, caso julguem necessário.

Art. 404 O ato infracional será apurado pela autoridade policial, com acompanhamento dos pais ou responsáveis dos estudantes envolvidos.



Seção III – Das Proibições

Art. 405 Aos pais ou responsáveis é vetado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o desenvolvimento escolar do estudante pelo qual é responsável, no âmbito da Instituição de Ensino;
- II. interferir no trabalho dos docentes, entrando em sala de aula ou acompanhando o estudante durante a aula, sem a permissão do setor competente;
- III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente à Instituição de Ensino;
- IV. desrespeitar qualquer integrante da comunidade escolar, inclusive o estudante pelo qual é responsável, discriminando-o ou utilizando-se de violência;
- V. expor o estudante pelo qual é responsável, funcionário, professor ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;
- VI. divulgar por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da Instituição de Ensino, sem prévia autorização da Direção ou do Conselho Escolar;
- VII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, em nome da Instituição de Ensino, sem a prévia autorização da Direção;
- VIII. comparecer às reuniões ou eventos da Instituição de Ensino embriagado ou com sintomas de ingestão ou uso de substâncias psicoativas ilícitas;
- IX. fumar nas dependências da Instituição de Ensino;
- X. permitir o uso de aparelhos eletrônicos pelo estudante do qual é responsável, na sala de aula, que não estejam vinculados ao processo ensino-aprendizagem.

Art. 406 Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo os envolvidos e registrando em ata, com as respectivas assinaturas.



Parágrafo único - Nos casos de recusa de assinatura do registro, por parte da pessoa envolvida, o mesmo será validado por assinaturas de testemunhas.

É fundamental a ciência de todos os segmentos da comunidade escolar:

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I – Das disposições finais

Art. 407 A comunidade escolar deverá respeitar e cumprir o disposto no Regimento Escolar, analisado e aprovado pelo Conselho Escolar e homologado pelo NRE, mediante Parecer de Legalidade e Ato de Homologação.

Art. 408 O Regimento Escolar pode ser modificado na íntegra ou por Adendo de Alteração ou de Acréscimo, sempre que necessário, visando a melhoria do processo educativo e quando da alteração da legislação vigente, sendo as suas modificações orientadas pela SEED, devendo ser submetido à análise e aprovação do Conselho Escolar, com homologação do NRE.

Art. 409 Todos os profissionais em exercício na Instituição de Ensino e representantes da comunidade escolar (estudantes regularmente matriculados e pais ou responsáveis) devem participar da elaboração coletiva do Regimento Escolar da instituição.

Art. 410 Os casos omissos no Regimento Escolar serão analisados pelo Conselho Escolar e, se necessário, encaminhados aos órgãos superiores competentes.

Art. 411 O Regimento Escolar entrará em vigor no período letivo subsequente à sua homologação, pelo NRE.



LEGISLAÇÃO FEDERAL

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Decreto Lei nº 1.044/1969, de 21 de outubro de 1969.** Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1044.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Decreto Lei nº 715/1969, de 30 de julho de 1969.** Altera dispositivo da Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-715-30-julho-1969-374749-norma-pe.html>. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 6.202/1975, de 17 de abril de 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, instituídos pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 6.503/1977, de 13 de dezembro de 1977.** Dispõe sobre a Educação Física, em todos os graus e ramos do ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 7.692/1988, de 20 de dezembro de 1988.** Dá nova redação ao disposto na Lei nº 6.503, de 13 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7692.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 7.716/1989, de 05 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, alterada pelas Leis nº 8.081/1990 e nº 9.459/1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 8.069/1990, de 13 de junho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 9.294/1996, de 15 de julho de 1996.** Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, alterada pelas Leis nº 10.167/2000 e 10.702/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9294.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes



e bases da educação nacional, alterada pelas Leis nº 9.475/1997, nº 9.795/1999, nº 10.287/2001, nº 10.639/2003, nº 10.793/2003, nº 11.114/2005, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007, nº 11.645/2008, nº 11.684/2008, nº 11.741/2008, Lei nº 12.013/2009 e Lei nº 12.061/2009. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm
Acesso em: 21 mai 2021

_____. **Lei nº 11.692/2008, de 10 de junho de 2008.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129/2005; altera a Lei nº 10.836/2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608/1998, 10.748/2003, 10.940/2004, 11.129/2005, e 11.180/2005; e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm.
Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, e a Lei nº 9.394/1996; revoga as Leis nº 6.494/1977, e 8.859/1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9394/1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41/2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm.
Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 11.947/2009, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880/2004, 11.273/2006, 11.507/2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2178-36/2001, e a Lei nº 8.913/1994; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.html. Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 12.031/2009, de 21 de setembro de 2009.** Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, para determinar a obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12031.htm.
Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 12.073/2009, de 29 de outubro de 2009** - Institui o dia 10 de dezembro como o Dia da Inclusão Social. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12073.htm.
Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino



Médio em Tempo Integral. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 18 jun 2020.

_____. **Lei nº 13.796/2019, de 3 de janeiro de 2019.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa. 3 de janeiro de 2019.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13796.htm.

Acesso em: 03 jun 2020.

_____. **Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.

Acesso em: 14 jan 2020.

_____. **Lei nº 13.429/2017, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm

Acesso em: 03 mar 2021.

_____. **Decreto nº 4.281/2002, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm.

Acesso em: 28 mai 2020.

_____. **Decreto nº 7037/2009, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm.

Acesso em: 28 mai 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

Resolução nº 02/1998- CNE/CEB, de 07 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16261-rceb02-98&category_slug=agosto-2014-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 28 mai 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

Resolução nº 01/2002, de 03 de abril de 2002-CNE/CEB. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 01 jun 2020.



_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 01/2004, de 17 de junho de 2004-CNE/CP.** Normas Complementares à educação referente às relações Étnico- Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 01/2004, de 21 de janeiro de 2004-CNE/CEB.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_04.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02/2005, de 04 de abril de 2005-CNE/CEB.** Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb002_05.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 03/2005, de 03 de agosto de 2005-CNE/CEB.** Normas Nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 04/2005, de 27 de outubro de 2005-CNE/CEB.** Inclui novo dispositivo à Resolução nº 1/2005- CNE/CEB, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5154/2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 05/2005, de 22 de novembro de 2005-CNE/CEB.** Inclui nos quadros anexos à Resolução nº 04/1999- CNE/CEB, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla_resol05.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 01/2006, de 31 de janeiro de 2006-CNE/CEB.** Altera alínea “b” do inciso IV do art. 3º da Resolução nº 02/1998- CNE/CEB, referente à denominação da disciplina de Educação Artística para Artes. Disponível em:



http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_06.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº03/2006, de 15 de agosto de 2006-CNE/CEB. Aprova as diretrizes e procedimentos técnico- pedagógicos para a implementação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criado pela Lei nº 11.129, de 30/7/2005, aprovado como “Projeto Experimental”, nos termos do art. 81 da LDBEN, pelo Parecer nº 2/2005-CNE/CEB. Disponível em:
[http://www.cee.pe.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/RESOLU%C3%87%C3%83O-CEE-PE- N%C2%BA-03-2006.pdf](http://www.cee.pe.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/RESOLU%C3%87%C3%83O-CEE-PE-N%C2%BA-03-2006.pdf). Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 04/2006, de 16 de agosto de 2006-CNE/CEB. Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 03/1998, de 26 de junho de 1998 - que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_06.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 02/2008, de 28 de abril de 2008-CNE/CEB. - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-%20rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 03/2008, de 09 de junho de 2008-CNE/CEB. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10940-rceb003-08&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 01/2009, de 18 de maio de 2009-CNE/CEB. Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb001_2009.pdf.
Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 03/2009, de 15 de junho de 2009-CNE/CEB - Dispõe sobre a instituição Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução nº 04/99-CNE/CEB. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003_09.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.



_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 04/2009, de 02 de outubro de 2009-CNE/CEB. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 01/2010, de 14 de janeiro de 2010-CNE/CEB. Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 03/2010, de 15 de junho de 2010-CNE/CEB. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 04/2010, de 13 de julho de 2010-CNE/CEB. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5916-rceb004-10&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192.
Disponível em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 06/2010, de 20 de outubro de 2010-CNE/CEB. Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15542-rceb006-10-pdf-1&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 01 jun 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
Resolução nº 07/2010, de 14 de outubro de 2010-CNE/CEB. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 anos. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7246-rceb007-10&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. **PORTARIA nº 1.127, de 14 de outubro de 2019.** Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Define as datas e condições em que as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos



sistemas CAGED e RAIS serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial. (Processo nº 19965.103323/2019-01). Acesso em: 09 fev 2021.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.127-de-14-de-outubro-de-2019-221811213>

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=7682&codItemAto=67826>
Acesso em: 06 abr 2021.

PARANÁ. Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970. Disponível em:
http://www.lex.com.br/doc_7475035_lei_n_6174_de_16_de_novembro_de_1970.asp
x. Acesso em: 13 out 2020.

_____. **Constituição Estadual do Paraná. 1989.** Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAt o=10 &orgaoUnidade=1100&retiraLista=true&site=1>. Acesso em: 01 jun 2020.

_____. **Lei nº 7.962/1984, de 22 de novembro de 1984.** Proíbe a cobrança de taxas e contribuições nos estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus e adota outras providências, alterada pela Lei 14.361/2004. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7962.htm.
Acesso em: 01 jun 2020.

_____. **Lei nº 10.054/1992, de 16 de julho de 1992.** Dispõe sobre o funcionamento de cantinas comerciais nas escolas de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-10054-1992-parana-%20dispoe-sobre-o-funcionamento-de-cantinas-comerciais-nas-escolas-de-1o-e-2o-graus-%20da-rede-oficial-de-ensino>. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 10.129/1992, de 12 de novembro de 1992.** Institui o Programa de Segurança Escolar, no Estado do Paraná. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 11.991/1998, de 06 de janeiro de 1998.** Dispõe que os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas ou privadas de ensino fundamental, ficam proibidos de fumar cigarros de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-11991-1998-parana-dispoe-que-os-alunos-professores-e-demais-funcionarios-das-escolas-publicas-ou-privadas-de-ensino-fundamental-ficam-proibidos-de-fumar-cigarros-de-qualquer-especie-nos-recintos-das-escolas-mesmo-nos-patios-e-areas-de-lazer>. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 13.666/2002, de 05 de julho de 2002.** Enquadra os Profissionais do



Quadro Geral para Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE e dá outras providências. Disponível em:
<http://celepar7cta.pr.gov.br/PRPrevidencia/SitePRPrev.nsf/0/38487517d1df3bf183256fb20067e aab?OpenDocument>. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 13.807/2002, de 30 de setembro de 2002.** Institui o percentual de hora-atividade da jornada de trabalho para professor regente de classe, alterada pela Lei Complementar nº 174/2014. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13807-2002-parana-dispoe-sobre-percentual-de-hora-atividade-na-jornada-de-trabalho-para-todos-os-professores-do-estado-do-parana>.
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 14.361/2004, de 19 de abril de 2004.** Altera a redação da Lei nº 7962/1984, referente à obrigatoriedade do uso de uniforme escolar. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14361-2004-parana-altera-a-redacao-conforme-especifica-da-lei-no-7-962-84>. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 14.423/2004, de 02 de junho de 2004.** Dispõe sobre os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas no Estado do Paraná, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14423-2004-parana>. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei Complementar nº 103/2004, de 15 de março de 2004.** Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-103-2004-parana-institui-e-dispoe-sobre-o-plano-de-carreira-do-professor-da-rede-estadual-de-educacao-basica-do-parana-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei Complementar nº 106/2004, de 22 de dezembro de 2004.** Altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 103/04. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-106-2004-parana-altera-os-dispositivos-que-especifica-da-lei-complementar-no-103-de-15-de-marco-de-2004>.
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 14.855/2005, de 19 de outubro de 2005.** Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14855-2005-parana-dispoe-sobre-padroes-tecnicos-de-qualidade-nutricional-a-serem-seguidos-pelas-lanchonetes-e-similares-instaladas-nas-escolas-de-ensino-fundamental-e-medio-particulares-e-da-rede-publica>. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 14.938/2005, de 14 de dezembro de 2005.** Autoriza o poder executivo a criar o Programa SOS - Racismo no Paraná, conforme especifica e



adota outras providências. Disponível em:
<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=155>.
Acesso em: 06 abr 2021.

_____. **Decreto nº 3.371/2008, de 03 de setembro de 2008.** Regulamenta o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei. Disponível em:
http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/socioeducacao/DecretoEstadual3371.pdf.
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 123/2008, de 09 de setembro de 2008.** Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Disponível em:
<https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Lei-Complementar-123.pdf>
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 17.482/2013, de 10 de janeiro de 2013.** Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná. Disponível em:
<https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=Lei+n%C2%BA+17482%2F2013%2C+de+10+de+janeiro+de+2013d&q=Lei+n%C2%BA+17482%2F2013%2C+de+10+de+janeiro+de+2013>
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Decreto nº 3.371/2008, 03 de setembro de 2008.** Regulamenta o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei. Disponível em:
http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/socioeducacao/DecretoEstadual3371.pdf. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 16.239/2009, de 29 de setembro de 2009.** Estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos, conforme especifica e adota outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=143993>
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 17.482/2013, de 10 de janeiro de 2013.** Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná. Disponível em:
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=250004>. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 18.118/2014, de 24 de junho de 2014.** Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná. Disponível em:
<http://www.comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=11862>.



Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº Lei 20.199, de 5 de Maio de 2020.** Estabelece norma geral sobre execução indireta de serviços, extingue, ao vagar, cargos conforme especifica, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=234285&codItemAto=1458197>

Acesso em: 27 abr 2021.

_____. **Lei Ordinária nº 20.338, de 6 de outubro de 2020.** Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências.

<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20338-2020-parana-institui-o-programa-colegios-civico-militares-no-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>

Acesso em: 06 nov 2020.

_____. **Lei nº 20.358/2020 de 26 de outubro de 2020.** Altera dispositivos da Lei 18.590/2015 e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=240891&indice=1&totalRegistros=257&anoSpan=2020&anoSelecionado=2020&mesSelecionado=0&isPaginado=true> Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Lei nº 20.506, de 23 de fevereiro de 2020.** Estabelece as atividades e serviços educacionais como atividade essencial no Estado do Paraná. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=410136>. Acesso em: 18 mai 2021.

_____. **Deliberação nº 03/1998-CEE/PR, de 02 de julho de 1998.** Reformula as normas relativas à nomenclatura dos estabelecimentos de ensino de Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em:

[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/2c6cb65fe63d8e58032569f9005d17f5/\\$FILE/_18himoqb2clp631u6dsg30cpd64sjie0_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/2c6cb65fe63d8e58032569f9005d17f5/$FILE/_18himoqb2clp631u6dsg30cpd64sjie0_.pdf). Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 07/1999-CEE/PR, de 09 de abril de 1999.** Normas Gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio. Disponível em:

[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/b15be00846f01f20032569f1004972fb/\\$FILE/88himoqb2clp631u6dsg30dpd64sjie8.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/b15be00846f01f20032569f1004972fb/$FILE/88himoqb2clp631u6dsg30dpd64sjie8.pdf). Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 10/1999-CEE/PR, de 04 de agosto de 1999.** Normas Complementares para o Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal para o Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em:

[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/b15be00846f01f20032569f1004972fb/\\$FILE/88himoqb2clp631u6dsg30dpd64sjie8.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/b15be00846f01f20032569f1004972fb/$FILE/88himoqb2clp631u6dsg30dpd64sjie8.pdf)



b978/9334ef898169d75b032569f100499c60/\$FILE/_j8himoqb2clp631u6dsg32c1d64sjie8_.pdf. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 09/2001-CEE/PR, de 01 de outubro de 2001.** Matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos que ofertam Ensino Fundamental e Médio nas suas diferentes modalidades. Disponível em:

[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/b15be00846f01f20032569f1004972fb/\\$FILE/_88himoqb2clp631u6dsg30dpd64sjie8_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/b15be00846f01f20032569f1004972fb/$FILE/_88himoqb2clp631u6dsg30dpd64sjie8_.pdf) Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 09/2002-CEE/PR, de 05 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre criação e funcionamento da Escola Indígena, autorização e reconhecimento de cursos, no âmbito da Educação Básica no Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em:

[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb9%2078/5c87723e6960b9ac03256c95005364ae/\\$FILE/_b8himoqb2clp631u6dsg30e9d68o30cg_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb9%2078/5c87723e6960b9ac03256c95005364ae/$FILE/_b8himoqb2clp631u6dsg30e9d68o30cg_.pdf) Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 07/2005-CEE/PR, de 09 de dezembro de 2005.** Altera a Deliberação n.º 09/2001-CEE/PR. Disponível em:

[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/189c43e3e0922d8183257116005cee95/\\$FILE/_18himoqb2clp631u6dsg30dpd68o30d8_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/189c43e3e0922d8183257116005cee95/$FILE/_18himoqb2clp631u6dsg30dpd68o30d8_.pdf) Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 10/2005-CEE/PR, de 14 de dezembro de 2005.** Normas Complementares às Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em:

[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/fa665c19b2349421832570e0005fcb0e/\\$FILE/_q8himoqb2clp631u6dsg32c1d68o30d8_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/fa665c19b2349421832570e0005fcb0e/$FILE/_q8himoqb2clp631u6dsg32c1d68o30d8_.pdf) Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 01/2006-CEE/PR, de 10 de fevereiro de 2006 - Normas para o Ensino Religioso no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.** Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_01_06.pdf Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 03/2006-CEE/PR, de 09 de junho de 2006.** Normas para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos de duração no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Disponível em:

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/Deliberacao_03_06.pdf Acesso em: 02 jun 2020.



_____. **Deliberação nº 04/2006-CEE/PR, de 02 de agosto de 2006.** Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_04_06.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 05/2006-CEE/PR, de 01 de setembro de 2006.** Orientações para a implantação do ensino fundamental de nove anos. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_05_06.pdf
f. Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 06/2006-CEE/PR, de 10 de novembro de 2006.** Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia na Matriz Curricular do Ensino Médio nas Instituições do Sistema de Ensino do Paraná. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_06_06.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 07/2006-CEE/PR, de 10 de novembro de 2006.** Inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da Educação Básica. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_07_06.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 02/2007-CEE/PR, de 13 de abril de 2007.** Alteração do art. 12 da Deliberação nº 03/2006-CEE/PR, de 09 de junho de 2006 - Normas para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos de duração no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2007/deliberacao_02_07.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 03/2007-CEE/PR, de 15 de junho de 2007.** Normas complementares para a implementação do ensino fundamental de nove anos. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2007/deliberacao_03_07.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 02/2008-CEE/PR, de 10 de outubro de 2008.** Normas para a matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos, a partir do ano letivo de 2009. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2008/deliberacao_02_08.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 03/2008-CEE/PR, de 07 de novembro de 2008.** Normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia na Matriz Curricular do Ensino Médio nas



instituições do Sistema de Ensino do Paraná. Disponível em:

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2008/deliberacao_03_08.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 02/2009-CEE/PR, de 06 de março de 2009.** Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio, no Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no Ensino Médio, nas Séries Finais do Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Disponível em:

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2009/deliberacao_06_09.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 06/2009-CEE/PR, de 15 de dezembro de 2009.**

Implantação do Ensino da Língua Espanhola no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em:

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2009/deliberacao_06_09.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 04/2010-CEE/PR, de 03 de dezembro de 2010.** Nova redação do artigo 2º da Deliberação CEE/PR nº 04/06. Disponível em:

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2010/deliberacao_04_10.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 05/2010-CEE/PR, de 03 de dezembro de 2010.**

Estabelece Normas para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio do Sistema de Ensino do Paraná Disponível em:

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2010/deliberacao_05_10.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 03/2013-CEE/PR, de 04 de outubro de 2013.** Dispõe sobre as normas para a regulação, supervisão e avaliação da Educação Básica em instituições de ensino mantidas e administradas pelos poderes públicos Estadual e Municipal e por pessoas jurídicas ou físicas de direito privado, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em:

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/Del_03_13.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 05/2013-CEE/PR, de 10 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre normas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio. Disponível em:

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao_05_13.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 02/2014-CEE/PR, de 03 de dezembro de 2014.** Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.

Disponível em:



http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2014/Del_02_14.pdf.
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 02/2016-CEE/PR, de 15 de setembro de 2016.** Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 02/2017-CEE/PR, de 10/11/2017.** Revogação da Deliberação nº 031/1986-CEE/PR, que trata de incineração e prazos para emissão de documentos escolares. Disponível em:
www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2017/Del_02_17.pdf.
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 02/2018-CEE/PR, de 12/09/2018.** Normas para a Organização Escolar, o PPP, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2018/deliberacao_02_18.pdf
Acesso em: 02 jun 2020.

_____. **Deliberação nº 03/2018-CEE/PR, de 22/11/18, Normas complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná:** princípios, direitos e orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.
http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/Deliberacao_03_06.pdf

Acesso em: 02 jun 2020.

PARANÁ. Resolução SEED nº 2.857, de 02/07/2021 — Atribuições e procedimentos dos diretores, Estabelece os procedimentos complementares referentes à atuação, atribuições e competências do Diretor e Diretor Auxiliar das instituições de ensino da Rede Estadual do Paraná.
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=250199&indice=1&totalRegistros=1383&anoSpan=2021&anoSelecionado=2021&mesSelecionado=0&isPaginado=true>. Acesso em????

MEC. **Manual de orientação para constituição de Unidade Executora Própria.** Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pdde/area-para-gestores/manuais-e-orientacoes-pdde>. Acesso em: 21 mai 2021.

VASCONCELOS, Annete Elise S. e SILVA, Maycon Adriano (orgs.)
Fundamentação legal para a elaboração do regimento escolar da educação básica/Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Legislação Escolar. - Curitiba: SEED — Pr. 2017. 117p.



APÊNDICE

PARANÁ. **Lei nº 12.031, de 21 de setembro de 2009.** Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, para determinar a obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de Ensino Fundamental.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 39 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
Parágrafo único. Nos estabelecimentos públicos e privados de Ensino Fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana.

Hino Nacional

Ouviram do Ipiranga as margens
plácidas
De um povo heróico o brado
retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria nesse instante.
Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço
forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!
Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e
límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.
Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.
Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!



ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL
Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77
Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82
Rua Julio Gomes, 158 – Jardim Orliza – Cornélio Procópio
Fone: (43)3524-2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br
Cornélio Procópio – Paraná



189

Deitado eternamente em berço
esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!
Do que a terra, mais garrida,
Teus risonhos, lindos campos têm mais
flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores."
Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- "Paz no futuro e glória no passado."
Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria
morte.
Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
Música: Francisco Manuel da Silva

Atualizado ortograficamente em conformidade com Lei nº 5.765 de 1971, e com art.3º da Convenção Ortográfica celebrada entre Brasil e Portugal em 29/12/1943.

Hino à Bandeira do Brasil

Salve, lindo pendão da esperança,
Salve, símbolo augusto da paz!
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!



ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL
Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77
Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82
Rua Julio Gomes, 158 – Jardim Oriza – Cornélio Procópio
Fone: (43)3524-2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br
Cornélio Procópio – Paraná



190

Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul,
A verdura sem par destas matas,
E o esplendor do Cruzeiro do Sul.

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!
Contemplando o teu vulto sagrado,
Compreendemos o nosso dever;
E o Brasil, por seus filhos amado,
Poderoso e feliz há de ser.

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

Sobre a imensa Nação Brasileira,
Nos momentos de festa ou de dor,
Paira sempre, sagrada bandeira,
Pavilhão da Justiça e do Amor!

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

Letra: Olavo Bilac
Música: Francisco Braga



ePROCOLO



Documento: **RegimentoEscolarCastroAlves2022B.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em 18/03/2022 09:12.

Inserido ao protocolo **18.758.322-5** por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em: 18/03/2022 09:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
a666898f36373cf816ab196d52209679.

NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Protocolo: 18.758.322-5
Assunto: REGIMENTO ESCOLAR DO COLEGIO ESTADUAL CASTRO ALVES
Interessado: COLEGIO ESTADUAL CASTRO ALVES
Data: 18/03/2022 16:27

DESPACHO

DE:NRE/PPP/SEF
PARA: Colégio Estadual Castro Alves
Retornamos o processo n.o 18.758.322-5, que trata do Regimento Escolar desta Instituição de Ensino, localizada neste município.
Considerando as análises realizadas pela NRE, solicitamos:

- 1) -inserir a Declaração de Legalidade do Regimento Escolar;
- 2)-inserir Ata de Aprovação do Regimento Escolar;
- 3)- inserir o CHECKLIST do Regimento Escolar;

Após a juntada dos referidos documentos, retornar o processo para:
ÓRGÃO: SEED/NRE CPP - NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
LOCAL: SEED/PPP/SEF
Aos Cuidados de Luciana Aparecida Venâncio



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em 21/03/2022 19:23.

Inserido ao protocolo **18.758.322-5** por: **Luciana Aparecida Venâncio** em: 18/03/2022 16:27.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
543907070c47aed067622b6b7f80ce2d.



COLÉGIO ESTADUAL "CASTRO ALVES"
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL.

Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77.

Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82.

Av. Minas Gerais, 1295 – Centro Cornélio Procópio

Fone: 043 – 3524 -2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br

Cornélio Procópio - Paraná

**ATA 001/2022 – Ata de Aprovação do Regimento Escolar do Colégio Estadual
Castro Alves – EFMP**

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se em uma das salas do Colégio Estadual Castro Alves os membros do Conselho Escolar do Colégio Estadual Castro Alves – Ensino Fundamental, Médio e Profissional para realizar o processo de aprovação do Regimento Escolar. O presidente do Conselho Escolar e Diretor do colégio, professor Edward Soares Silva Sobrinho conduziu a reunião apresentando o Regimento Escolar a todos os membros presentes e disponibilizou para análise final e aprovação. Os membros do conselho escolar deliberaram entre si e aprovaram por unanimidade o Regimento Escolar. O presidente do conselho escolar, professor Edward ressaltou a importância do Regimento Escolar que norteia as atividades laborais de todos dentro do colégio e a importância para a comunidade escolar, agradeceu a presença dos membros que compuseram a reunião e encerrou a reunião. Nada mais a constar, eu, Ana Paula Claudino, secretária, lavro a presente ata que vai assinada por mim e demais presentes.

Ana Paula Claudino
Edward Soares Silva Sobrinho
Cláudio
Edson
Edson



ePROTOCOLO



Documento: **AtaAprovacaoRegimentoEscolar.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em 23/03/2022 13:29.

Inserido ao protocolo **18.758.322-5** por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em: 23/03/2022 13:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
e49a2846b742e70f7ff6f465ae36cbd9.

CHECKLIST - REGIMENTO ESCOLAR

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MANTENEDORA

Município:

Instituição de ensino:

Código INEP:

Mantenedor (a):

Marque com X a especificidade:

() campo (X) urbana () indígena () quilombola () ilhas () EJA
() APEDs () itinerantes () casas familiares () cívico-militar () CPM () Ed
Especial

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no Regimento Escolar

	SIM	NÃO
Finalidade	X	
Princípios	X	
As especificidades somente quando a instituição ofertar	X	

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no Regimento Escolar

	SIM	NÃO
Seção I - Da Equipe Gestora	X	
Subseção I - Da Direção e Direção Auxiliar	X	
Subseção II - Da Equipe Pedagógica	X	

Seção II - Das Coordenações	SIM	NÃO
Coordenação de Curso	X	

Coordenação de Estágio	X	
Supervisão de Estágio	X	
Suporte Técnico	X	
Coordenação de Curso de Formação de Docentes		X
Coordenação de Prática de Formação		X
Coordenação da Unidade Didático-Produtiva/Agricultura		X
Coordenação da Unidade Didático-Produtiva/Floresta		X
Coordenação da Unidade Didático-Produtiva/Pecuária		X

SEÇÃO III - Do Conselho de Classe	SIM	NÃO
Pré-conselho	X	
Conselho de classe	X	
Pós-conselho	X	

Seção IV - Da Equipe Docente	SIM	NÃO
Competência	X	

Seção V - Dos Monitores – Nas ECIM e CCM	SIM	NÃO
Competência		X
Subseção I - Integração dos Monitores com a Equipe Pedagógica		X
Subseção II - Formação dos monitores		X

Seção VI - Do Agente Educacional I e II e trabalhadores contratados terceirizados	SIM	NÃO
Subseção I - Agente Educacional I e trabalhadores contratados terceirizados	X	
Subseção II - Agente Educacional II e trabalhadores contratados terceirizados	X	

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Seção VII - Instâncias Colegiadas	SIM	NÃO
Subseção I - Do Conselho Escolar	X	
Subseção II - Estatuto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários –APMF	X	
Subseção III - Do Grêmio Estudantil	X	

	SIM	NÃO
Componentes		X

Seção I - Das Etapas e Modalidades de Ensino da Educação Básica	SIM	NÃO
Educação Infantil		✓
EF Anos iniciais (anos iniciais)		x
EF Anos finais (anos finais)	X	
Ensino Médio	X	
Ensino Médio em Tempo Integral		x
AEE Complementar e Suplementar		x
EJA		x
Ed. Profissional (Cursos)	X	
PROEJA		x
Profucionário		x
Formação de Docentes		x
Formação de Docentes Indígena Bilingue		x
Atividades de Educação em Tempo Integral ou atividades em Jornada Ampliada		x

Seção II - Dos fins e objetivos da Educação Básica	SIM	NÃO
Dos fins e objetivos de acordo com a oferta		x
Dos princípios de acordo com a oferta		x

Seção III - Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento							
	Anos	Ciclos	Semestre	Alternância de períodos	Multianos	Creche	Pré-escola
Educação Infantil							✓

	Séries/anos	Ciclos
Ensino Fundamental anos iniciais		✓
Ensino Fundamental anos finais	X	

	Séries/Anos	Ciclos	Semestres	Alternância de períodos
Ensino Médio	X			
Ensino Médio Integrado	X			
Ensino Médio Subsequente	X			
Ensino Médio Concomitante				
Integrado à EJA – PROEJA				
Cursos de Qualificação Profissional Básica				
Cursos de Formação de Docentes				

EJA - Áreas de Conhecimento na Fase I Ensino Fundamental				
EJA - Áreas de Conhecimento na Fase II Ensino Fundamental				
EJA - Áreas de Conhecimento no Ensino Médio				
Ensino Fundamental - anos finais, Ensino Médio e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Casas Familiares Rurais, com desenvolvimento curricular da Pedagogia da Alternância				

	BLOCOS	SIM	NÃO
Cursos Técnicos de Nível Médio do Eixo Tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social do Profucionário			X

Organização Curricular Educação Infantil	SIM	NÃO
Eixo Interações e Brincadeiras		X
Campos de Experiência		X

Organização Curricular Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais)	SIM	NÃO
Base Nacional Comum Curricular	X	
Ensino Religioso	X	
Educação Escolar indígena dos anos finais - Língua Indígena		X
Educação de surdos - Libras		X

Organização Curricular Ensino Fundamental (anos finais em Tempo Integral)	SIM	NÃO
Base Nacional Comum Curricular		X
As demais disciplinas da Matriz Curricular dos anos finais do Ensino Fundamental em Tempo Integral devem ser descritas na parte diversificada		X
Modalidade Educação do Campo por áreas do conhecimento		X
Educação do Campo		X
Colégios de Assentamento		X
Colégio das Ilhas		X
Educação Escolar Quilombola		X
Educação Bilingue		X
Ensino Médio de 1000 horas		X

Organização Curricular Ensino Médio	SIM	NÃO
Base Nacional Comum Curricular	X	
parte diversificada contempla as disciplinas de Educação Financeira LEM – Inglês e LEM – Espanhol		X

CELEM	X	
Educação do Campo		X
Colégios de Assentamento		X
Colégio das Ilhas		X

Organização Curricular Ensino Médio em Tempo Integral	SIM	NÃO
Base Nacional Comum Curricular		X
Parte diversificada contempla as disciplinas de Educação Financeira LEM – Inglês e LEM – Espanhol		X
CELEM		X

Organização Curricular EJA	SIM	NÃO
Organização semestral		X
A educação no Sistema Prisional e na Socioeducação seguem orientações e instruções próprias		X
Educação Especial		X
Educação Profissional Técnica de Nível Médio		X

	SIM	NÃO
Curso de Formação de Docentes da Educação para egressos do Ensino Fundamental		X
Organização		X
	SIM	NÃO
Seção IV - Da Matrícula		X
Seção V - Da Matrícula por transferência		X
Seção VI - Da Matrícula em regime de Progressão Parcial		X
Seção VII - Do aproveitamento de estudos		X
Subseção I - Da Classificação		X
Subseção II - Da Reclassificação		X
Subseção III - Da Adaptação		X
Subseção IV - Da revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior		X
Subseção V - Da Regularização de Vida Escolar		X
Seção VIII - Da Frequência		X

Seção IX - Da Avaliação da Aprendizagem, da Recuperação de Estudos e da Promoção	SIM	NÃO
Aspectos da avaliação		X
Critérios		X
Recuperação		X
Planejar e desenvolver as ações pedagógicas		X
Formas de organização do ensino		X
Resultados das avaliações		X
Promoção		X
Frequência mínima		X

Média final mínima exigida		X
Disciplina de Ensino Religioso		X
Memorial descritivo		X
PPS dos Cursos Técnicos		X
Promoção e certificação nos Cursos Técnicos		X
Certificação do Curso de Qualificação Profissional		X

Seção X - Do Estágio	SIM	NÃO
Planejado, executado e avaliado	X	
Estágio obrigatório	X	
Estágio não obrigatório	X	

Seção XI - Do Calendário Escolar	SIM	NÃO
Elaborado atendendo à legislação vigente	X	
Aprovado pelo Conselho Escolar	X	
Todas as exceções devem estar descritas	X	
Deverá garantir o mínimo de horas e dias letivos	X	
Homologar	X	

Seção XII - Do Ano Escolar	SIM	NÃO
ECIM e nos CCM cumprimento da carga horária		X
atividades diretamente vinculadas aos objetivos de ensino		X

Finalidade		X
Os regulamentos		X
Termos de abertura		X
Registros individuais		X
Listar os documentos de registro escolar		X

Subseção I - Da Eliminação de Documentos Escolares	SIM	NÃO
Seguir critérios determinados pela Comissão Setorial de Avaliação de Documentos		X

Seção XV - Dos Espaços Pedagógicos	SIM	NÃO
Os princípios		X

TÍTULO III - DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR

CAPÍTULO I - DA EQUIPE GESTORA E DOCENTES

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no Regimento Escolar

Seção I - Dos Direitos	SIM	NÃO
Equipe gestora e docentes	X	

Direção Cívico-Militar		X
------------------------	--	---

Seção II - Dos Deveres	SIM	NÃO
Compete	X	
Ações pedagógicas/ casos de ato infracional	X	

Seção III - Das Proibições	SIM	NÃO
Vetos	X	
Atos de indisciplina	X	

CAPÍTULO II - DO AGENTE EDUCACIONAL I E II

Seção I - Dos Direitos	SIM	NÃO
Prerrogativas	X	

Seção II - Dos Deveres	SIM	NÃO
Competência	X	

Seção III - Das Proibições	SIM	NÃO
Vetos	X	
Trabalhadores contratados terceirizados		X

CAPÍTULO III - DOS ESTUDANTES

Seção I - Dos Direitos	SIM	NÃO
Garantias	X	

Seção II - Dos Deveres	SIM	NÃO
Competência	X	

Seção III - Das Proibições	SIM	NÃO
Vetos	X	

Seção IV - Das Ações Pedagógicas, Educativas e Disciplinares Aplicadas aos Estudantes	SIM	NÃO
Deixar de cumprir ou transgredir o Regimento Escolar	X	
Atos de indisciplina	X	
Ato infracional	X	
Uso do uniforme	X	
Responsáveis deverão ser formalmente cientificados	X	
Princípio da legalidade	X	
As ações pedagógicas disciplinares devidamente registradas em ata	X	

Seção V - Das ações advertências e sanções das ECIM e dos CCM	SIM	NÃO
Deixar de cumprir ou transgredir o Regimento Escolar		X

Atos de indisciplina		<input checked="" type="checkbox"/>
----------------------	--	-------------------------------------

Seção VI - Dos chefes de Turma	SIM	NÃO
Atribuições		<input checked="" type="checkbox"/>
Apresentar a turma ao professor		<input checked="" type="checkbox"/>
Prestará a continência		<input checked="" type="checkbox"/>

Seção VII - Das Formaturas dos Estudantes das ECIM e dos CCM	SIM	NÃO
Normas gerais		<input checked="" type="checkbox"/>

Seção VIII - Dos Uniformes das ECIM e dos CCM	SIM	NÃO
Apresentação do efetivo		<input checked="" type="checkbox"/>

CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no Regimento Escolar

Seção I - Dos Direitos	SIM	NÃO
Prerrogativas	<input checked="" type="checkbox"/>	

Seção II - Dos Deveres	SIM	NÃO
Atribuições	<input checked="" type="checkbox"/>	
Ciência das ações pedagógicas	<input checked="" type="checkbox"/>	
Ato infracional	<input checked="" type="checkbox"/>	

Seção III - Das Proibições	SIM	NÃO
Vetos	<input checked="" type="checkbox"/>	
Fatos ocorridos em desacordo	<input checked="" type="checkbox"/>	
Ciência de todos os segmentos	<input checked="" type="checkbox"/>	

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no Regimento Escolar

	SIM	NÃO
Cumprir o disposto no Regimento Escolar	<input checked="" type="checkbox"/>	
Pode ser modificado na íntegra ou por Adendo	<input checked="" type="checkbox"/>	

Casos omissos		X	
---------------	--	---	--

Assinatura: _____

Edward S.S. Sobrinho
DIRETOR
RES. 4038/2021
DIOE - 11.023 DE 22/09/2021



ePROTOCOLO



Documento: **ChecklistRegimentoEscolar.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em 23/03/2022 13:29.

Inserido ao protocolo **18.758.322-5** por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em: 23/03/2022 13:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
f74ad054e3e24cde6d9446007d0ea575.



ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

Autorização de funcionamento: Dec. Nº 3749/77 - DOE 25/08/77
Reconhecimento do Estabelecimento: Res. nº 343/81- DOE 23/04/82
Rua Julio Gomes, 158 – Jardim Orliza – Cornélio Procópio
Fone: (43)3524-2156 E-MAIL – cppcastroalves@seed.pr.gov.br
Cornélio Procópio – Paraná

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº001/2022
Emitida pelo Conselho Escolar da Instituição de Ensino.

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Regimento Escolar.

Colégio Estadual Castro Alves EFMP apresenta o Regimento Escolar elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Regimento Escolar da referida Instituição.

O presente Regimento Escolar atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Cornélio Procópio, 25 de janeiro de 2022.



Edward Soares Silva Sobrinho
Presidente do Conselho Escolar



ePROTOCOLO



Documento: **DeclaracaoLegalidadeRegimentoEscolar.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em 23/03/2022 13:29.

Inserido ao protocolo **18.758.322-5** por: **Edward Soares Silva Sobrinho** em: 23/03/2022 13:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
fe4fe5348b927074d3d3daba2bab4161.

PARECER DE LEGALIDADE Nº153/2022 – NRE

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do Regimento Escolar

O COLÉGIO ESTADUAL CASTRO ALVES- Ensino Fundamental, Médio e Profissional, apresenta o Regimento Escolar aprovado pelo Conselho Escolar.

O Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio emite o presente Parecer que resulta da verificação da Declaração de Legalidade que atende aos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, da Deliberação 02/2018 – CP/CEE/PR, que versa sobre o, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo 01/2019 – CP/CEE/PR.

É o Parecer.

Cornélio Procópio, 28 de março de 2022.



Eliandra Francielli Bini Jaskiw

Chefe do NRE – Cornélio Procópio

Decreto nº 8404/21

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2022

O NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO, Mantenedor do COLÉGIO ESTADUAL CASTRO ALVES- ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO E PROFISSIONAL no uso de suas atribuições legais e conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº 153/2022-NRE,

HOMOLOGA

Art. 1º - O Regimento Escolar do Colégio Estadual Castro Alves- Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

Art. 2º- O Regimento Escolar, homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2022.



Eliandra Francielli Bini Jaskiw
Chefe do NRE - Cornélio Procópio
Decreto nº 8404/21

**NÚCLEO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

Protocolo: 18.758.322-5
Assunto: REGIMENTO ESCOLAR DO COLEGIO ESTADUAL CASTRO ALVES
Interessado: COLEGIO ESTADUAL CASTRO ALVES
Data: 29/03/2022 10:00

DESPACHO

DE:NRE/CP/SEF
PARA: COLÉGIO ESTADUAL CASTRO ALVES

Retornamos o processo no 18.758.322-5, que trata do Regimento Escolar esta Instituição de Ensino, localizada no município de Cornélio Procópio.

Considerando as análises realizadas pela NRE, informamos que os documentos encaminhados estão de acordo com a legislação vigente. Encaminhamos o Parecer de Legalidade e o Ato de homologação.

Cornélio Procópio, 29 de Março de 2022.

Luciana Aparecida Venâncio
SEF/NRE/PPP